

Caminhos

Edição especial conjunta – números 8 e 9 – junho, 1994

MESA-REDONDA
APUBH, 16 ANOS
O MOVIMENTO DOCENTE DEMOLE SEUS MUROS

apubh

Biblioteca APUBH



DATA DE DEVOLUÇÃO

APUBH - BIBLIOTECA

SUMÁRIO

CONJUNTURA — *Corrupção e autoritarismo ou crônica de um casamento brasileiro*, por José Ribeiro de Paiva Filho — 7

MOVIMENTO DOCENTE — *O papel da Apubh no Movimento Docente*, por Délcio Vieira Salomon — 15

POLÍTICA & SOCIEDADE — *Servidor Público e Negociação Coletiva: conflito e democratização do Estado*, por Fernando Marsoni e Hilbert David — 29

Movimentos Sociais, Informação e Cidadania, por Ana Maria Rezende Cabral — 37

ENSAIO — *O Terceiro Mundo não é, está assim. Reflexões provocativas.* por J.A.C. Viana — 41

DOCUMENTO — *Apubh, 16 anos. Balanço da trajetória política do Movimento Docente na UFMG*, mesa-redonda — 69

Caminhos

Revista da Associação Profissional dos Docentes da UFMG – Seção sindical da Andes-SN
Edição especial conjunta números 8 e 9 – junho, 1994

Apubh – UFMG
Rua Artur Itabirano, 70 – São José,
Cep nº 31.275–020
Belo Horizonte, Minas Gerais
Tel. (031)441–7211
Fax (031)441–1303
Presidente
José Henriques Maia Filho
1º Vice-Presidente
Paulo Augusto Moreira Camargos
2º Vice-Presidente
Júlio Anselmo de Sousa Neto
1º Secretário
Marco Aurélio Rodrigues
2º Secretário
Luiz Humberto Pinheiro
1º Tesoureiro
Júlio Maria de Paula
2º Tesoureiro
Túlio Jorge dos Santos
Conselho Editorial
Cleuza Graça Fonseca, Délcio Vieira Salomon, Domingos A. Giroletti, Herzila Maria de Lima Bastos, Humberto Coelho de Carvalho, José Milton dos Santos,
Gerência
Vânia Macedo Reis
Apoio
Fernanda Veloso Torres
Mary Oliveira de Assis
Edição e Revisão
Ricardo Arreguy Maia
Projeto Gráfico
Paulo Fatal/Ricardo Arreguy Maia
Ilustração
Paulo Fatal
Jornalista responsável
Rejane Dias dos Santos -MTb/DF 1376
Editoração Eletrônica/Pré-impressão
Paulo Fatal/Apubh
Fotolitos
Compor
Impressão
SEGRAC

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas à Apubh no endereço acima. Os artigos deverão ter, no máximo, 120 linhas (5 laudas) datilografadas em espaço 2 com identificação e endereço do autor para eventual contato. O Conselho Editorial de *Caminhos* poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que excedam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

CS 1820
APU
CAM
1994

EDITORIAL

O número 8 de *Caminhos* deveria, à rigor, sair no segundo semestre do ano passado. Vários foram os motivos desse atraso. O principal, a falta de material em quantidade e tempo suficientes para compor a revista. Simultaneamente, o Conselho Editorial resolveu promover uma mesa-redonda com os ex-dirigentes da Apubh para resgatar a memória da entidade e proporcionar um espaço de discussão sobre a crise atual do Movimento Docente. Era de se esperar rica contribuição, justamente porque construída pelo "saber de experiência feito". De fato foi o que ocorreu. A dificuldade surgiu na transposição do debate videogravado para o papel. Superamos nosso amadorismo à custa, porém, de enorme tempo gasto.

Atraso, extensão do debate e o surgimento posterior de alguns textos levaram o Conselho Editorial à decisão de lançar os números 8 e 9 conjuntamente, numa só edição.

Quando do lançamento do número 7, estabeleceu-se que o seguinte seria destinado predominantemente ao tema "Movimento Docente na UFMG – crise e perspectivas de organização". Em encarte à revista distribuída, solicitavam-se artigos aos companheiros. Infelizmente só houve uma resposta específica, e assim mesmo surgida de dentro do próprio Conselho Editorial.

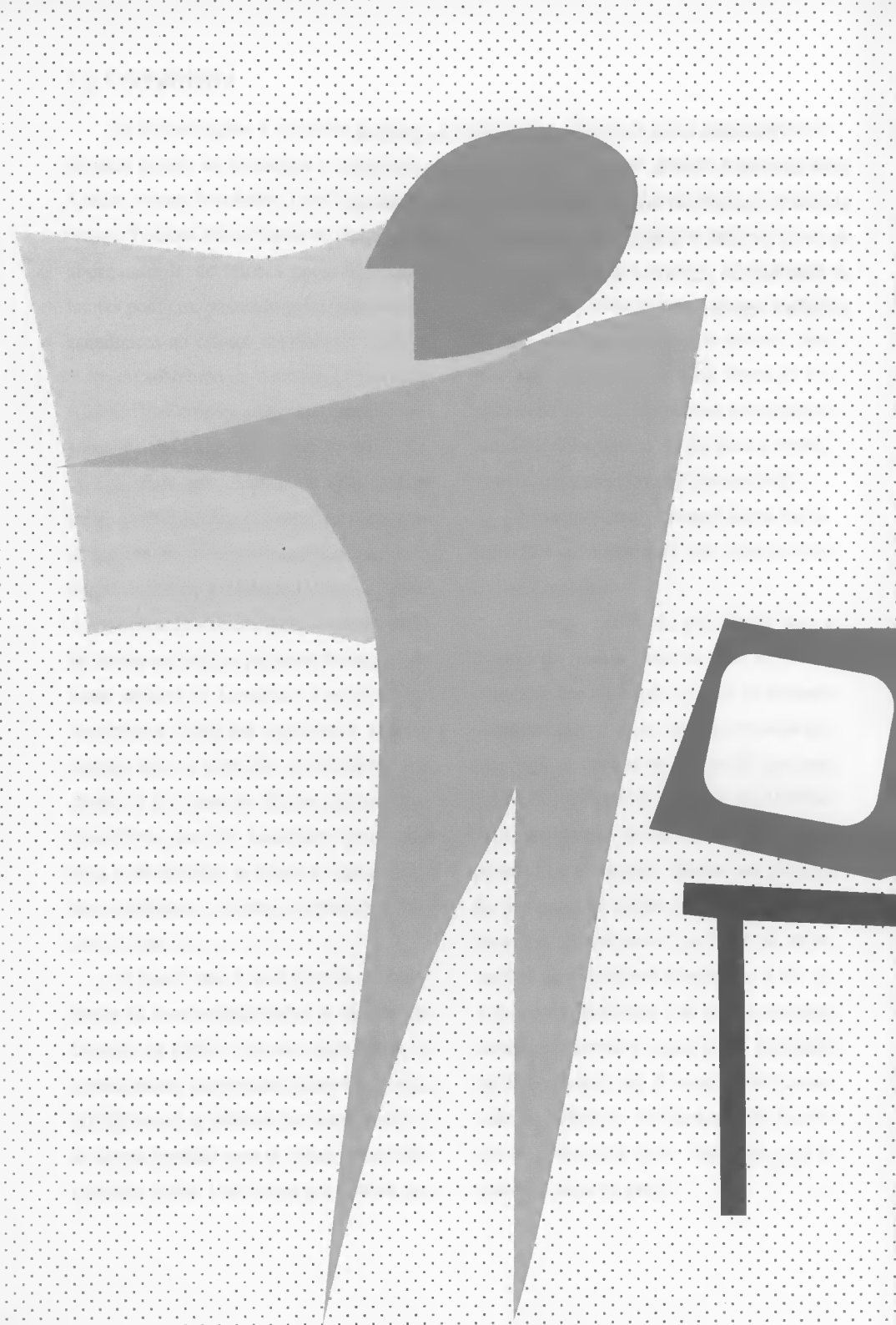
As comunicações e reflexões aqui publicadas gozam de relevância e atualidade. Assim, somos brindados com um estudo sobre o Terceiro Mundo bastante abrangente, abordando desde fatores geográficos até fatores políticos, passando pelos históricos e econômicos no esforço analítico de explicar o atraso, sobretudo da América Latina e da África. Uma crônica sobre a corrupção, de sabor machadiano, revela-se de evidente oportunidade, por tratar-se de tema que se tornou a tônica diária das atenções e das preocupações de todos os brasileiros, desde o *impeachment* do presidente Collor de Mello – justamente por constituir-se fator de abalo de nossas instituições políticas. Estampam-se neste número de *Caminhos* considerações importantes, feitas por especialista, sobre a relação entre o exercício da cidadania e o direito à informação. Somos agraciados, finalmente, com um documento produzido para o debate sobre as relações – quase sempre conflituosas – entre os servidores públicos e o Estado.

O ponto alto é, sem dúvida, a reprodução da mesa-redonda sobre o Movimento Docente na UFMG. Durante doze horas, os companheiros convidados debateram a crise do MD hoje e apontaram diretrizes possíveis de serem seguidas para se superarem as dificuldades atuais. Um evento por demais significativo, digno de ficar registrado em destaque. Ficará em nossos anais, como diziam os antigos, *ad perpetuam rei memoriam*. Ou, como costumavam fazer os romanos diante dos penates, ao comemorarem alguma efeméride, em gesto de exaltação e reconhecimento aos deuses: *dies albo notanda lapilo* – data digna de ser assinalada no altar de nossas homenagens com "pedrinha branca" (para eles, a marca-símbolo do acontecimento inesquecível).

A comunicação integral desta mesa-redonda valeria, por si só, um número especial de *Caminhos*.

É com redobrada satisfação que a direção da revista transmite aos leitores a notícia de que o número 10 sairá no segundo semestre deste ano, com os resultados (descrição e análise de dados) da pesquisa sobre o movimento docente na UFMG. Trata-se de um *survey* cientificamente planejado e conduzido. Merece ser publicado por todas as razões, especialmente por duas: por constituir-se em fonte de informações para trabalhos congêneres e por ser o primeiro produzido por uma associação docente. Demonstra assim que a militância político-sindical não é incompatível com a vida acadêmica. Parafraseando Castro Alves, poder-se-ia dizer: "uma não cora de chamar a outra de irmã".

Ao editarmos nossa revista pela primeira vez na gestão da nova diretoria da Apubh, cumprimentamos os bravos companheiros que assumiram a responsabilidade de dirigir os destinos da nossa entidade e desejamo-lhes pleno sucesso na travessia de lutas, abrindo para todos os associados novos *caminhos*, iluminados e seguros.



Conjuntura

CORRUPÇÃO E AUTORITARISMO OU CRÔNICA DE UM CASAMENTO BRASILEIRO

José Ribeiro de Paiva Filho

Professor Adjunto do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG

Não dá para ignorar o grande tema do Brasil na atualidade: a corrupção. É irresistível refletir e indignarmo-nos com o que estamos assistindo. É necessário e útil pôr pra fora o que estamos sentindo, pelo menos para aliviar as tensões ou, o que é mais importante, para exercitar a cidadania.

Seria fenômeno recente ou sempre existiu corrupção na administração pública do Brasil? Pelo menos com o grau de intensidade que se observa hoje, parece coisa recente.

Em mais de trinta anos de atividade profissional quase exclusivamente dedicada à administração pública, pudemos acompanhar a evolução dessa praga.

Antes dos militares tomarem o poder em 1964, empunhando as bandeiras do combate à corrupção e ao comunismo, casos de corrupção na administração pública ocorriam. Contudo, eram episódicos e geralmente os responsáveis eram punidos sempre que seus delitos fossem apurados e confirmados.

Naquela época, especialmente durante o governo JK, eram freqüentes acusações de corrupção. Era o assunto preferido da imprensa oposicionista, principalmente os

jornais ligados à União Democrática Nacional – UDN. A construção de Brasília foi durante muito tempo seu principal foco, e o grande corrupto apontado seria o engenheiro Israel Pinheiro. Era o inimigo-público número um. No entanto, nada foi provado contra o responsável direto pela administração das obras de construção da nova capital.

Eleito governador de Minas em 1965, em oposição ao governo federal, Israel Pinheiro marcou seu governo com significativos avanços em termos de racionalização administrativa do Estado, com iniciativas arrojadas como a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento, Escritório Técnico de Racionalização Administrativa – Etra e Fundação João Pinheiro. Foi, sem dúvida, o grande responsável pela reforma administrativa que resultou na implantação dos sistemas operacionais e pela incorporação das técnicas de planejamento do Estado.

Em seu governo ocupei cargo de direção e assessoramento superior na Secretaria de Saúde e na Comag – empresa pública de saneamento do Estado – e pude verificar a lisura do seu governo. Jamais observei ou senti interferências para favorecer fornecedores ou empreiteiras. Lembro-me, por exemplo, de um episódio muito expressivo: somente após aprovar a primeira etapa do programa de construção de sistemas públicos de abastecimento de água do Estado, a ser incorporado ao Plano Nacional de Saneamento – Planasa, foi que manifestou-me pesar pela não-inclusão de sua cidade natal, Caeté, dentre as 16 cidades contempladas. Em momento algum fez qualquer questionamento aos critérios de prioridades adotados, definidos com base em razões técnicas de natureza epidemiológica, social e econômica.

Pouco tempo após deixar o governo, Israel Pinheiro faleceu. O inventário de seus bens, para surpresa de muitos que não o conheceram de perto, mostrou ter deixado um apartamento em bairro classe média em Belo Horizonte e uma pequena fazenda em sua terra natal. Para quem administrou uma fabulosa quantia de dinheiro público durante a construção de Brasília, dirigindo a nova capital, deu inequívoca prova de desprendimento, desmoralizando o falso moralismo udenista da época. Esse moralismo, aliás, não era levado muito a sério. Seu líder máximo, o ex-governador Milton Campos, tinha uma definição magistral da ética udenista, que ele referia com certa discrição: "exagerada preocupação com a moralidade do vizinho".

Em 1968, com a edição do AI-5, o movimento de 1964 revela sua verdadeira face e o autoritarismo explícito é implementado. A bandeira do combate à corrupção é

colocada de lado. Para compensar a falta de legitimidade básica foi necessário buscar sustentação através do estabelecimento de acordos espúrios – troca de apoio político pela apropriação privada de recursos públicos – com o empresariado nacional e estrangeiro. A corrupção, até então combatida, se bem que muitas vezes só de fachada, passa a ser tolerada, ainda que com certo acanhamento de alguns setores do governo, e acaba se transformando em estratégia de poder.

Ao incorporar-se aos altos escalões do governo, a corrupção gera efeito multiplicador e se propaga como uma epidemia, atingindo todo o aparelho do Estado. O aspecto que se afigura mais alarmante é que o Estado adquire feição cartorial e passa a ser criminosamente privatizado, em benefício de interesses particulares ou de grupos nacionais e internacionais, postergando inteiramente o interesse público e a própria soberania nacional.

O regime passa a funcionar como uma verdadeira "ditadura do empresariado", com fortes vínculos aos interesses estrangeiros. Ressalta-se que não se trata apenas de conivência ou complacência com enriquecimento ilícito de dirigentes e servidores públicos e com favorecimento indevido de grupos privados. O descomunal endividamento externo do país para financiar obras não-prioritárias e desvinculadas das reais necessidades da população – usinas nucleares, Transamazônica, Ferrovia do Aço, aeroportos internacionais etc– se não foi um ato que se enquadra na categoria de corrupção, foi, pelo menos, uma enorme infração à ética social. Talvez com exceção de Itaipu, nenhuma destas grandes obras contribuiu efetivamente para o desenvolvimento nacional. É difícil deixar de atribuir caráter criminoso a esse ato, se considerarmos as trágicas conseqüências desse festival de desperdícios: endividamento externo, dívida interna, hiperinflação, miséria, fome, doenças e violência.

Ao abordar esse tema, sinto que ainda pesa no ar qualquer coisa ameaçadora como a censura dos tempos da ditadura. Ultimamente parece que dívida externa virou assunto proibido. A análise das grandes mazelas nacionais chega no máximo à dívida interna, como se esta nada tivesse a ver com sua principal causa. Nossos meios de comunicação evitam o assunto. Quando alguém se arrisca é logo batizado de animal pré-histórico da família dos dinossauros.

As últimas referências sérias sobre o assunto ocorreram há mais de oito anos. Tancredo Neves se elegeu presidente prometendo "não pagar a dívida externa com a fome do povo brasileiro". No início da Nova

República, ainda naquele clima de euforia, chegou a ser criada uma CPI no Congresso Nacional com o propósito de investigar e promover uma auditoria sobre a dívida externa. Talvez se fosse adiante, não apenas os "anões" de hoje, enrolados na Comissão de Orçamento, seriam atingidos. Possivelmente alguns gigantes que controlam a economia nacional seriam afetados. Infelizmente esta CPI não deu em nada. Acabou em pizza, ou melhor, em hamburguer com Coca-Cola.

É lamentável que figuras expressivas dos meios de comunicação, da política e da intelectualidade brasileira mantenham silêncio sobre um assunto de tal relevância – o que nos deixa pessimistas sobre a possibilidade de solução dos grandes problemas nacionais. Será que estamos condenados a essa submissão humilhante?

Será que a queda do muro de Berlim, a desagregação da União Soviética e a decretação do "fim da história" pelas grandes potências geram conseqüências capazes de oferecer solução automática e natural para os gravíssimos problemas sociais dos países do Terceiro Mundo?

Um simples exemplo na área da saúde se presta para ilustrar o enorme custo social de tamanho desperdício. O Aeroporto Internacional de Confins, inaugurado no final do regime militar, custou a bagatela de 280 milhões de dólares. Esta obra até hoje ainda funciona como alternativa ao nosso antigo Aeroporto da Pampulha.

Os recursos consumidos, se aplicados na àrea da saúde, seriam suficientes para construir 30 hospitais de porte médio. Naturalmente a partir de projetos sérios, sem o superfaturamento que se tornou habitual no país.

Permitiria também contratar os 35 mil médicos desempregados ou subempregados existentes no país e colocá-los no atendimento de 40 milhões de brasileiros sem acesso algum a serviços médicos, por um período de 3 anos, se isto fosse considerado prioritário.

A partir de 1985, com a redemocratização, os padrões éticos não mudaram significativamente na administração pública. A corrupção talvez tenha se tornado mais explícita, graças à liberdade e a maior desenvoltura dos meios de comunicação. Certamente ficou mais difícil esconder ou abafar a corrupção.

No governo Collor surgiram os esquemas de PC Farias, do Orçamento, da Previdência e outros menos investigados, que acabaram por demonstrar que a corrupção no governo havia sido institucionalizada na prática e transformada em norma de exercício do poder, banalizando-se como procedimento corriqueiro.

Felizmente, em virtude da mobilização da sociedade e de denúncias bem fundamentadas, estes esquemas estão sendo estourados. Ainda que desprovidos de motivações éticas ou patrióticas, um irmão preterido e um burocrata corrompido puseram a boca no trombone. O primeiro confirmou a máxima de Sérgio Porto: "ou nos locupletemos todos ou restaure-se a moralidade". O segundo, ao sentir-se abandonado pelos seus protetores poderosos, decidiu não cumprir o papel de marisco na briga entre a onda e o rochedo. Esses esquemas de corrupção estão indo pelos ares, e, positivamente, teremos dois novos figurantes na galeria de "heróis" nacionais.

AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO SÃO DESPROVIDAS DE MOTIVAÇÃO ÉTICA OU PATRIÓTICA

Seria o início de um processo de restabelecimento de padrões éticos no governo? Ou é apenas um sonho bom demais para ser verdade? Em todo caso, o momento que o país atravessa, pelo ineditismo de fatos como o afastamento por meios democráticos de um presidente legalmente eleito, a prisão de seu principal cúmplice e a autodepuração do Congresso, poderá configura-se como de grande importância histórica, pelos efeitos capazes de produzir na retomada de rumos para o nosso país. Seria sonhar muito alto ver o Brasil retomando seu destino, consolidando-se como nação democrática, caminhando em busca de solução para seus graves problemas sociais e afirmando-se como país desenvolvido e soberano?

No Brasil, a evolução da corrupção na administração pública pode ser esquematizada em quatro fases: ato ilícito condenado e punido; ato tolerado porém punido quando não acobertado; estratégia inevitável ao exercício do poder ilegítimo, e institucionalizado como instrumento indispensável ao exercício do poder.

Este esquema lembra até a estória do inglês que decidiu abandonar seu país. Indagado por um amigo, que o encontrou arrumando as malas, se ia viajar, respondeu que realmente estava de mudança para outro país. Surpreso ao ver o amigo renegando o tradicional sentimento de orgulho nacional do cidadão inglês, insistiu para que ele declarasse os motivos. O inglês saiu-se com esta: "em minha mocidade o homosse-xualismo na Inglaterra era combatido como uma depravação; depois de algum tempo passou a ser tolerado como uma fraqueza humana e, recentemente, evoluiu para uma opção sexual a ser respeitada. Agora o Parlamento está aprovando uma

resolução que permite a casais homossexuais adotarem crianças, como se fosse possível a um homem tomar o lugar de uma mãe natural. Antes de tornar-se obrigatório, eu vou me mandar daqui".

Não acredito que seguir os passos de nossos conterrâneos de Governador Valadares ou os conselhos de empresários paulistas que vêem no Aeroporto de Cumbica a única saída seja, para nós brasileiros que ainda alimentamos um fio de esperança, o melhor caminho.

Não vejo outra solução senão empregar o antídoto da democracia: "participação ampla e efetiva do povo no governo da sociedade e no governo da economia", conforme definição de nosso saudoso Tristão de Athayde. A consolidação da democracia formal reconquistada e sua permanente evolução – não só como forma de organização da sociedade política, mas também de modalidade de convivência humana – poderia trazer em conseqüência a expansão e o reconhecimento de direitos civis, políticos, sociais e humanos. E, ao reverter o processo de concentração do poder, da riqueza e da renda, poderão produzir mecanismos capazes de manter um patamar ético na administração pública que restrinja a corrupção a níveis suportáveis.


Gaurabh

O PAPEL DA APUBH NO MOVIMENTO DOCENTE

Délcio Vieira Salomon
Professor Adjunto do Depto. de Sociologia e Antropologia da UFMG

Este artigo é o resultado da fusão de dois outros até hoje não publicados: o primeiro intitulado "Apubh: Associação Sindical ou Seção Sindical da Andes-SN?", escrito em 11/02/92, ao calor do *affair* Apubh versus a então diretoria da Andes-SN e às vésperas do XI Congresso da Andes em Cuiabá, quando se daria o credenciamento da Apubh àquele evento e a respectiva homologação da entidade como Seção Sindical. O segundo, "O papel do Movimento Docente na conjuntura atual" é fruto de reflexão durante o Encontro do Setor das Federais, logo após o Conad extraordinário da Andes-SN, realizado em Brasília em 10 e 11/10/92.

Foi gratificante ao autor constatar que o conteúdo dos dois trabalhos gozam de forte atualidade. Torna-se pertinente, pois, aproveitá-los, no momento em que *Caminhos* se propõe dedicar um número especial ao tema " O Movimento Docente na UFMG ".

1 - Uma concepção avançada de Sindicato Nacional

Quando a diretoria da Andes-SN levou o XXIII Conad

a colocar a Apubh *sub judice*, não lhe reconhecendo o credenciamento para aquele evento, remetendo o julgamento para o XI Congresso da Andes-SN em Cuiabá, obrigou as lideranças do Movimento Docente (MD) na UFMG a desenvolver profunda discussão sobre a importância, a necessidade e o significado de a Apubh continuar na Andes-SN, bem como a avaliar o papel e a contribuição da Apubh tanto no MD nacional como na criação da Andes e na transformação desta em Sindicato Nacional. Sobretudo levou a exaustiva análise da proposta da Apubh dentro da nova conjuntura, criada a partir da Constituição Federal de 88, notadamente no que diz respeito à institucionalização da "liberdade de associação profissional e sindical" e ao "direito de greve" pelos servidores públicos.

Hoje, passada a tempestade, acalmados os ânimos, avaliados os ganhos e as perdas políticas das correntes em disputa e dos atores envolvidos, pode-se sumariamente concluir :

1°) A diretoria da Andes realmente teve razão em não permitir estatutariamente que a Apubh fosse ao mesmo tempo "associação sindical" e "seção sindical" da Andes-SN. A diretoria da Andes, porém, foi precipitada no açodamento de punir a Apubh. Quis resolver o problema com um *coup de force*. Mas, ao invés de solução, provocou um problema maior. Fez lembrar-me de Felix Kaufmann, ao abrir sua "Metodologia das Ciências Sociais":

"Se Alexandre realmente cortou o nó górdio, talvez isso tenha sido a razão por que as relações entre Aristóteles e seu pupilo se deterioraram mais tarde. Nada, de fato, poderia ser mais repugnante para o grande filósofo, que combatera os "coups de force" na retórica dos sofistas, do que essa violação das regras do jogo, essa extinção do problema em vez de sua solução honesta."[1]

Realmente, a diretoria que sempre fez apelo à solução política, acabou, com seu gesto intempestivo, cometendo verdadeiro atentado político contra uma das principais filiadas da Andes. Bloqueou a discussão que se fazia (e até hoje se faz) necesssária: a de uma AD deixar de ser AD para ser seção sindical – o significado político da Andes-SN, enquanto matriz sindical centralizadora de todo o MD convertido em movimento sindical.

2°) A Apubh, por outro lado, esteve coberta de razões ao apontar os erros políticos e jurídicos cometidos durante o *affair*, especialmente ao:

a) estigmatizarem a Apubh como "defensora da Andes-Federação de Sindicatos contra a Andes-Sindicato Nacional";

b) discriminarem a entidade, com o objetivo de atingir seu presidente na época,

que despontava como forte candidato à presidência da Andes-SN;

c) declararem oficialmente que a Apubh, por causa do registro em cartório do estatuto da "associação sindical", se auto-excluia da Andes[2];

d) indeferirem um pedido da Apubh para retirada da pauta de discussão do Conad, do assunto relativo a sua homologação como seção sindical da Andes-SN por motivo relevante (falta da condição estabelecida como necessária pelo congresso de Curitiba: discussão no âmbito nacional – visto o fato de este período ter coincidido com a greve de 124 dias na UFMG e a difícil eleição da nova diretoria da Apubh);

e) encaminharem ao Conad, para homologação, a decisão administrativa de inaceitabilidade do pedido de registro da Apubh como "seção sindical", sob o argumento de que "associação sindical não é seção sindical, logo é incompatível com o estatuto da Andes-SN, o qual só admite AD seção sindical e AD com prerrogativas de seção sindical". Bastaria recusar simplesmente o pedido com um "devolva-se para reformular". Teriam evitado toda a celeuma e, inclusive, a flagrante derrota na plenária do XI Congresso em Cuiabá.

3°) A Apubh levantou a tese da personalidade jurídica e da autonomia das ADs fundadoras da Andes-SN – institutos que ficaram confusos e obscurecidos no estatuto da Andes-SN – substituto do antigo estatuto desta última. Até novembro de 1988, conforme se verifica na comparação dos dois, a Andes tinha dois tipos de associados: os associados propriamente ditos, docentes das IES e as filiadas ou as associações docentes – as ADs.

Com esta constituição varou quase uma década de existência, sem nunca ter sido tachada de federalista, verticalista ou anti-democrática. Pelo contrário, a autonomia jurídica, política, administrativa, patrimonial e financeira, tanto da Andes como das ADs existiam paralelamente, sem que fosse obstáculo à unidade e ao fortalecimento do MD.

Ao fundar-se o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – a Andes-SN – a figura de AD filiada deixou de existir: associados são apenas os docentes das IES. Mas o que sejam as ADs, infelizmente o estatuto deixa de dizê-lo. Certamente são "instâncias locais de organização dos associados para se sindicalizarem, com o nome de "seção sindical". Se for correta esta leitura, então a manutenção da sigla "AD" anteposta à figura jurídica "seção sindical" é apenas para manter as aparências ou a tradição ou um "nome fantasia", pois a única que tem, de direito e de fato, o caráter de associação docente e sindical é a seção sindical. E nesta leitura, por questão de lógica e até por

definição, seção é inferior à associação, mera parte de uma divisão orgânica e administrativa, algo criado burocraticamente de cima para baixo. Causa suspeição, ao menos política, a afirmação de que a sigla AD (inclusive presente no nome Andes e Conad) seja mera fantasia, mero amor à tradição. Sem aprofundar a análise dos motivos ideológicos ou políticos ou mesmo dos interesses de grupos dentro da Andes, ao criar-se o Sindicato Nacional, o Estatuto aprovado naquele Congresso Extraordinário fez "tábula rasa" da existência das antigas ADs. Uma nova concepção de organização surgiu naquele momento: em vez de a Andes transformar-se em sindicato nacional, deixa de existir por um átimo – e isso por vontade política de seus associados congressistas, não de suas filiadas – e se constitui naquele solene momento o "Sindicato Nacional". Uma vez criado o SN, o novo poder determina o destino das ADs fundadoras: em vez de "transformarem-se", extinguem-se e em seu lugar criam-se ou melhor, constituem-se as "seções sindicais". Faz lembrar a teogonia clássica: "o filho devora ou destrói o deus pai para constituir-se deus; caso contrário, não seria deus (a morte da filiação, decorrente do parricídio, é condição necessária e suficiente para constituir-se o poder divino) e paradoxalmente – porque o processo é dialético – institui-se o poder pátrio e, em decorrência, o paternalismo. Cá, tal qual lá, o novo "deus" erguido sobre o cadáver do pai ressuscita-o (mas transmudado) por um ato de benevolência: será seu "concessionário". À antiga AD será concedida a prerrogativa – não mais do que isso – de representar *in loco* o Sindicato Nacional.

Pela letra do estatuto vê-se que as seções sindicais são braços estendidos do SN: apenas braços, ou seja, ramificações. Não novos organismos ou novas entidades, sem identidade própria (apenas com a identidade do poder central), sem real autonomia (apenas delegações de poder).

Como se vê, num passe de mágica, a Assembléia Estatuinte da Andes-SN, ao formular o estatuto, fez desaparecer a pessoa jurídica AD e fez surgir o indivíduo (filosófica e juridicamente "aquele que ainda não é pessoa") chamado "seção sindical". A preocupação é resolver o problema da criação do SN. O destino das ADs vai depender de sua capacidade de adequação a esta nova ordem política e jurídica.

Esqueceram, entretanto, que cientificamente está comprovado (teoria de Piaget) que no processo de adaptação a uma nova situação, todo organismo reage por acomodação ou por assimilação. E a história do MD mostra que a Apubh, juntamente com algumas outras ADs, não se acomodou. No passado como no presente tem recorrido ao

mecanismo de assimilação. Por isso reage para tentar modificar a situação equivocada e perversa, em que a querem prender. E o faz com o objetivo de avançar e fazer avançar o MD.

Nossa concepção de Andes-SN e do papel das ADs nesta concepção se prende a alguns princípios e pressupostos que merecem ser explicitados, além dos que já o foram:

1°) Defendemos que a Andes-SN é ainda um projeto em execução, um processo em constante mutação. Por isso não pode ser identificada como produto acabado e muito menos reduzida à letra morta de um estatuto.

REDUZIR A APUBH A MERA SEÇÃO SINDICAL É ESVAZIAR SEU PAPEL POLÍTICO

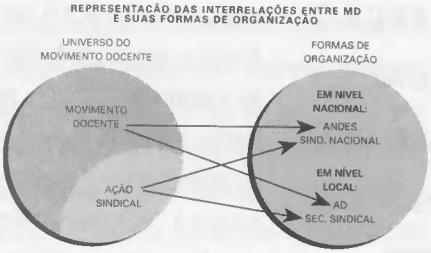
2°) Por ser processo, há de se enfatizar a direção a ser dada pelas bases, através de discussões e decisões democráticas. E este é um outro processo também e que tem de ser respeitado. Respeitar significa não só acatar a decisão da maioria, como contribuir para a flexibilidade do poder de decidir, para a capacidade do exercício da crítica e da autocrítica, a fim de possibilitar a riqueza dos momentos de avaliação e revisão das deliberações tomadas. Se nada é definitivo, tudo é mutável e revisionável.

3°) No momento atual é urgente e necessário resgatar o papel político das ADs dentro do SN, tanto quanto seu papel manifesto e reconhecido no MD. Uma AD no MD não pode reduzir-se a mera seção sindical, sob o risco de esvaziar-se ou mutilar sua participação no MD. Este se institucionaliza sob a forma de associação docente e não de seção sindical. Esta, por ser seção e por ser sindical, é mera instância para assuntos sindicais e trabalhistas do SN. O máximo de eufemismo jurídico e político que se poderia usar seria: é o SN no local em que ela atua. Fora desse âmbito e que é o do MD, o espaço pertence à AD (por função e por direito histórico adquirido muito antes de surgir a "seção sindical"). A seção sindical é que se acopla à AD, para poder agir de maneira especializada e específica nas questões trabalhistas e sindicais e não vice-versa.

4°) A tipicidade do MD deve ser aproveitada e respeitada no momento em que se cogita sua institucionalização, quer em forma de AD, quer de sindicato: o MD atua num espaço que é ao mesmo tempo o da associação profissional, da representação de classe de profissionais liberais (à semelhança da associação médica, da dos engenheiros etc.) e o do sindicato, enquanto este

institucionaliza o papel da representação de trabalhadores e de empregados face ao patrão. Esta ambivalência ou esta tipicidade faz com que não se aceite, sob hipótese alguma, a redução de um dos papéis do MD ao outro.

Topologicamente poder-se-ia representar o universo do MD e o das formas de organização desse movimento de acordo com a figura abaixo, onde se ilustra a concepção de que o MD tem extensão maior que a "ação sindical" e mantém-se a respectiva simetria nas "formas de organização":



A esfera de ação do MD é eminentemente política: por isso abarca a "ação sindical" ou a chamada "luta dos trabalhadores" (de natureza tipicamente política e que era exercida pela AD antes de existir SN e "seção sindical"). Mas não se identifica plenamente com ela. Sua extensão é maior.

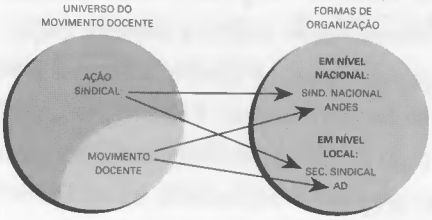
Quando a Apubh propôs a entidade "associação sindical" dentro do novo conceito de sindicato nacional (diferente de federação de sindicatos), tentou fundir numa só associação a antiga AD e a atual "seção sindical". Não passou pela cabeça dos autores dessa proposta, nem dos participantes da Assembléia Geral que a aprovou, a idéia de criar-se um "sindicato regional" em contraposição ao sindicato nacional com sua extensão chamada "seção sindical". Tanto isso é verdade que o pedido de homologação feito no congresso de Curitiba o declara explicitamente (o que já estava registrado no estatuto da Apubh ali apresentado). Era uma forma de preservar a autonomia e a personalidade jurídica da antiga AD e a função de seção sindical da Andes-SN.

À época pensou-se que a transformação de uma AD em associação sindical resolveria o problema da "substituição processual". Mas, depois de acirrados debates e aprofundados estudos, recheados de amplo número de consultas, acordou-se que "associação sindical" não é sindicato, mas um "pré-sindicato", sem gozo do direito à substituição processual. Mas é também unânime entre os juristas que associação com prerrogativas de seção sindical é uma ficção jurídica: só tem efeito *intra corporis*, ou seja, no seio da Andes-SN.

Por isso é que a Apubh propôs a forma de fundir a AD e a forma de organização da ação sindical: a Apubh-UFMG (a associação profissional dos docentes da UFMG) e a Apubh-Seção Sindical da Andes-SN. Uma

forma criativa e inovadora que faz jus à concepção de MD e aos princípios que o norteiam acima expostos. Uma forma progressiva de aperfeiçoamento, em que se faz o compromisso histórico de escoimar excrescências que ficaram. A mais grave, sem dúvida é: para evitar a federalização, extinguir-se a autonomia e a personalidade jurídica das antigas ADs.

Se a mantivéssemos, seríamos levados a acreditar que seus defensores distorceram a concepção original de sindicato nacional, implantada em 1988, pois teriam invertido o modelo topológico há pouco apontado, da seguinte forma:



Pela figura 2 vê-se a inversão da concepção representada na figura 1: a "ação sindical" passa a ser priorizada e, por isso, a ocupar espaço maior que o MD. Correlatamente, as formas de organização obedeceriam a essa concepção.

Do exposto o leitor concluirá que nossa reflexão tomou como referencial a concepção de SN e não a defesa da transformação da Apubh em associação sindical. Reconhecemos que a opção, pela Assembléia Geral da Apubh, por transformá-la em associação sindical foi equivocada. É inequívoca, porém, a intenção de resgatar uma concepção avançada de SN que está sendo obnubilada por determinadas práticas e interpretações do estatuto da Andes.

O fato de hoje a Apubh estar com a personalidade jurídica de associação profissional docente e manter o vínculo com a Andes-SN como seção sindical, evidenciou que sua concepção de sindicato nacional, ao contrário do que julgava a ex-diretoria da Andes, é muito mais condizente com a tipicidade do MD. Nossa concepção procura resgatar, inclusive, a originalidade embutida no termo "sindicato" (*syn* + *diké*: com + justiça) - pois é o amor e a luta pela justiça social que constituem o cerne da longa história do movimento sindical em fazer-se admitir e ser respeitado pela sociedade e pelo Estado.

Ao procurar recuperar sua origem - idêntica a de quase todas as ADs filiadas à antiga Andes - a Apubh se identifica com as raízes do movimento sindical mundial, que surgiu justamente dentro do império da proibição da lei (bastaria lembrar a Lei Chapelier, na França , e a Ata de 1799 na Inglaterra).

Não se pode desconhecer que a Apubh nasceu em 1977 como um movimento organizado de resistência e protesto contra a ditadura militar – no momento em que esta acabava de invadir, com suas tropas, o campus da Universidade.

Nossa defesa intransigente da autonomia e da personalidade jurídica da AD, para salvar sua tipicidade de associação docente – não encontrada em sua plenitude na "seção sindical" – encontra respaldo nas análises dos grandes sociólogos do trabalho, desde Sorokin até Touraine, passando por W. Mills e Friedman. Todos apontam que só uma associação com autonomia consegue exercer, na prática, aquilo que teórica e historicamente define o sindicalismo moderno: "defesa contra a miséria, a arbitrariedade e o capitalismo, para que possa ser fundamentalmente uma "instituição social, política e econômica". Isso a Andes, tanto quanto a Apubh-UFMG e seção sindical da Andes-SN conseguem ser; não, porém, uma mera seção sindical.

Nossa concepção de sindicato realmente encampa o que a análise sociológica tem mostrado: o sindicato moderno tem uma posição ambígua na vida social e política da comunidade. Não é um grupo político em toda sua pureza (podendo chegar até a manifestações de "apoliticismo"), mas intervém ativamente na política. E é um grupo econômico em sua pureza, pois intervém ativamente nos processos econômicos, para manter o ponto de vista de seus filiados. Ou seja, é um grupo defensor da categoria profissional. Mas não é só isso. Uma mera seção sindical não pode substituir a associação profissional no âmbito de sua atuação. Há dois anos atrás um arguto militante da Apubh fazia blague: "quem vai conversar com o reitor não é a seção sindical, mas a AD; quem vai responder junto ao juiz do trabalho não é a AD, mas a seção sindical".

Acredito que a exposição acima tinha de ser feita para que se possa entender a reflexão que se segue sobre o papel do MD na conjuntura atual.

2 - O papel do MD na conjuntura atual

Num encontro do Setor das Federais da Andes em Brasília, tive a oportunidade de ressaltar o seguinte: "coletivamente estamos sempre fazendo a análise de conjuntura e ninguém até agora levantou a questão fundamental. Esta não é outra senão: qual o papel do MD na conjuntura atual? será que o nosso papel é simplesmente fazer a análise? será que não conseguimos nos livrar-nos do hábito acadêmico de apenas expor e discutir? "

O acatamento de minha sugestão se expressou no subtítulo da matéria: "Nossas Tarefas Políticas". Pena que ficou só nesse subtítulo, pois substantivamente nada se apontou em termos de estratégias, táticas e operacionalizações.

Naquele momento cheguei a lembrar a figura mitológica da filosofia religiosa hindu – do "*Maha-Lila*" (o jogo do autoconhecimento) – em que a serpente denominada *Tamoguna*, embora possuidora de luz, não

consegue desenvolver-se, devido a sua ignorância e falta de iniciativa. Ela, então, passa a atuar como um véu que acoberta a verdade. A vítima, quando por ela mordida, continua a busca da verdade, mas em outro caminho. Arrematava a metáfora com a preocupação: o MD se transformou numa *Tamoguna* ou foi por ela mordido? Terá que procurar outro caminho?

A indagação nos faz remontar ao cerne do MD – à sua origem e evolução históricas – como criador da Universidade no século XII e como a principal força, às vezes institucionalizada, outras vezes, não, de defesa da Universidade.

Já tive ocasião de escrever: "a partir do momento histórico em que a Universidade deixou de ser a "corporação" de suas origens e se transformou na "instituição de ensino, pesquisa e extensão" dos tempos modernos – pelo processo natural de adpatação à realidade – o MD teve de assumir as funções, os direitos e prerrogativas da antiga *universitas magistrorum* em nova forma e constituição(...) Concretamente, a opção do MD em institucionalizar-se como "associação docente" e como "sindicato" representa a decisão de não transformar-se em "grêmio cultural", "clube de lazer" ou "serviço social e assistencialista". O espírito acadêmico que impregna a Universidade continua no MD, mas não pode sufocar, muito menos substituir sua alma. A história do MD tem mostrado que esta preocupação freqüentemente surge em seus militantes, mas sempre tem sido superada. Em outras palavras: não há incompatibilidade entre o "acadêmico" e o "militante".[3] Tanto quanto não há entre ser associação docente e sindicato!

O ACADEMICISMO PENETRA FORTE NO MD, DIFICULTANDO O EXERCÍCIO DA PRAXIS

Em outro local também afirmei: "Como atividades e como instituições sociais, pesquisa-ensino-extensão como um todo integrado e integrador realizam e superam o conflito que desde a origem da Universidade,vem desafiando-a e atormentando-a (muitas vezes em forma de crise aguda, crise também institucionalizada!), qual seja, o conflito entre conhecimento e ação – entre contemplação do saber e fazer saber – entre pensar e agir – entre teoria e prática."[4]

No fundo, parece que o "academicismo", que penetra forte no MD, dificulta-lhe o exercício da praxis.

Nossos encontros, nossas assembléias, nossos Conads e nossos congressos são a prova concreta da justeza da afirmação

acima. Somos competentes e até brilhantes no diagnóstico, na análise, nas leituras, no debate, mas tal qual a *Tamoguna*, temos o "dom" de encobrir com nosso discurso a verdade que portamos ou almejamos portar. Sobretudo, "nossa falta de iniciativa nos atrapalha".

Talvez por causa das ambiguidades e ambivalências que carregamos: ser Universidade e ao mesmo tempo uma categoria profissional, ser movimento político e não partido político, ser MD e simultaneamente sindicato.

O papel do MD se faz, se manifesta e parece se resumir nos sete verbos :

a) exercer a consciência crítica;

b) diagnosticar;

c) avaliar;

d) denunciar;

e) reivindicar;

f) intervir;

g) agir.

E quase tudo isso através do discurso-ação. Já observamos que ele tem facilidade de cumprir seu papel nas cinco primeiras instâncias e muita dificuldade nas duas últimas, principalmente a última: a esfera da ação. Sua maior dificuldade se situa justamente na transposição das idéias para o agir. O velho desafio de transformar em prática a teoria.

Trata-se evidentemente de um processo. Dentro do universo racional (não do espontâneo e do automático – típico dos movimentos reflexos, inatos ou adquiridos), a ação humana individual ou coletiva, sobretudo quando política, é sempre um processo que se inicia no pensamento que reflete a realidade externa e onde surgem as idéias e os objetivos a alcançar; em que os móveis e os motivos da ação são avaliados para se atingir uma decisão amadurecida e, finalmente, para converter o projeto ou o programa em concretude.

Aliás,o próprio MD é um processo. Um processo de construção constante. Para construir a ação eficaz é necessário percorrer fases e superar etapas. Neste sentido contentamo-nos freqüentemente com exaurir o exercício da consciência crítica, com o diagnóstico da realidade, com a avaliação, com a denúncia e até com a reivindicação. Mas, nestas ocasiões, quando tomamos a decisão de intervir ou de agir, quase sempre o tempo já se escoou e nossos propósitos foram atropelados pelos acontecimentos. Perdemos o bonde e, às vezes, a esperança.

Complica-se o processo, quando este se nos apresenta como o lugar e a ocasião de realizar-se o próprio MD: como movimento de defesa da Universidade e ao mesmo tempo como movimento sindical de defesa da categoria. E esta realização está necessariamente condicionada ao que já se consagrou chamar de mobilização. Esta, por sua vez,

paradoxalmente, depende de paralisação. É a tônica na história de nosso movimento: temos de parar para nos mobilizar.

Agrava-se mais a dificuldade, quando tomamos consciência de que quase sempre não satisfazemos à necessidade de paralisar para mobilizar, por escrúpulo de deixar de cumprir nossas obrigações. Como se estivéssemos punindo-nos previamente de um atentado social ou de uma omissão eticamente imperdoável.

De todas as categorias profissionais, talvez sejamos os mais exigentes e os mais complicados em nos realizar como movimento organizado. Como educadores, como professores, como pesquisadores, temos o hábito arraigado de autopoliciar-nos. Somos por isso mesmo vítimas do que ensinamos e do que fazemos com competência para os outros – não, porém, para nós mesmos.

Um último complicador estamos detectando no momento atual. É que entramos de cheio no círculo vicioso que tem travado o avanço dos movimentos sociais organizados. O MD está entre dois pólos: liderança e base. Estamos presenciando que nossas lideranças formais só agem quando ouvidas as bases e estas só se mobilizam quando as lideranças apontam o que fazer ou sinalizam o momento de agir. Um de olho no outro, na espera do sinal verde, acaba-se na fixação do sinal amarelo, ou seja, em expectativa prolongada – irmã gêmea da estagnação e parente próximo da catalepsia política.

Isso se reflete freqüentemente nos documentos da Andes-SN.

3 - Os documentos andinos

Ninguém pode negar a oportunidade, a correção de análise e o próprio mérito dos documentos que têm surgido nos congressos e Conads da Andes-SN (embora freqüentemente haja discordância quanto à profundidade e quanto à motivação ou a intenção por trás de tais textos). Como eu, muitos colegas da UFMG e de outras universidades discordam de três pontos fundamentais nestes documentos: o tom (parecem direcionados a militantes de um determinado partido político e não a professores universitários); a falta de estratégia (no momento em que o conteúdo tende a converter-se em diretrizes para uma ação coletiva do MD, transforma-se em ideário político com cartas partidariamente marcadas); a insistência em proporem-se como contribuição teórico-analítica para a CUT.[5]

Por isso é que estou dizendo desde o início que, apesar de serem documentos sérios e oportunos, não apontam cabalmente o papel do MD na atual conjuntura. Percebe-se nitidamente que são documentos para qualquer movimento organizado, qualquer

sindicato, mas não específicos para mostrar o papel do MD como tal.

Poder-se-ia, talvez, contra-argumentar dizendo que a função de tais documentos – como, em última instância a dos Conads que os geram ou dos congressos que os sacramentam – seja a de servir como referencial e não como palavra de ordem para as bases descobrirem o próprio papel na conjuntura atual. Será? O aparelhamento demonstrado não nos tem possibilitado vislumbrar sequer esta perspectiva.

NOTAS

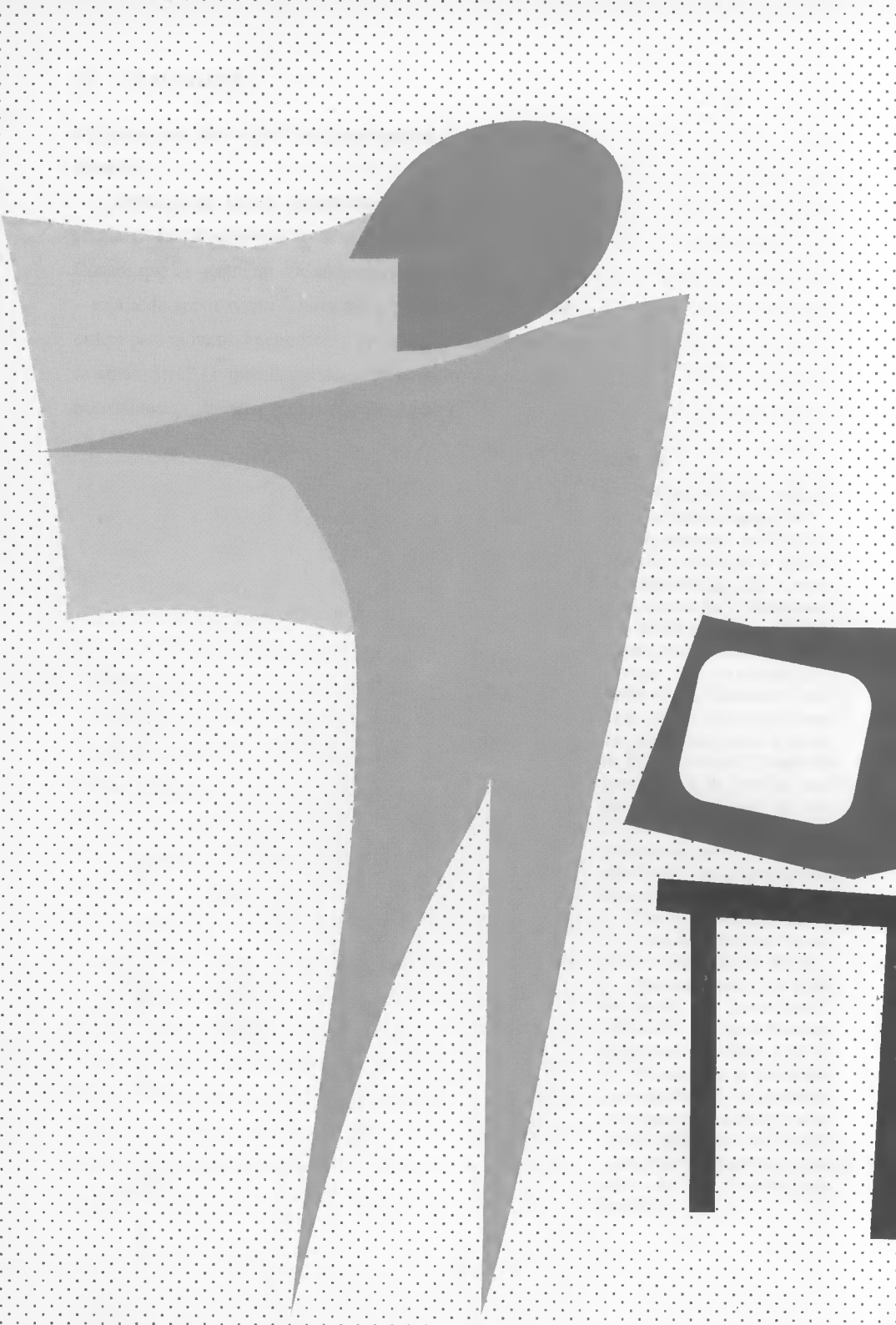
1 – KAUFMANN, Felix. *Metodologia das Ciências Sociais.* 1977.

2 – No congresso de Cuiabá foi apontada a contradição da diretoria da Andes-SN no XXIII Conad: proclamava-se que se deveria tomar uma decisão política, quando o ato daquela diretoria era simplesmente jurídico. Com o agravante de a Apubh ter sido considerada "convidada", no ato de credenciamento das participantes, quando o parecer da Secretaria Geral da Andes-SN seria objeto de votação pela plenária, após a discussão do Tema IV. O correto seria considerar a entidade *sub judice* como "associação docente com prerrogativas de seção sindical", como sempre fôra.

3 – "Movimento docente: resistência e luta em defesa da Universidade". CAMINHOS, 4, dez. 91.

4 – "Pesquisa e extensão em função do ensino na Universidade". CONEXÃO, Revista da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 3, abr. 89.

5 – Recentemente no Conad realizado em Pelotas, foi distribuído aos grupos de discussão texto sobre política agrária para ser enviado como parte do programa do candidato do PT à Presidência da República.



SERVIDOR PÚBLICO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA: CONFLITO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

Fernando Marroni (UFPel)
Hilbert David (UFMG)
Coordenadores da Diretoria Executiva da Fasubra Sindical

Este documento tem como objetivos iniciar o debate acerca da construção de um sistema de negociação coletiva na administração pública no interior do Movimento dos Servidores Públicos Federais e subsidiar nosso processo de preparação para a 1ª Conferência Nacional do Trabalho, a ocorrer no 1º semestre de 1994. As idéias aqui expostas refletem posições que foram levadas a termo pela representação da Coordenação das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais - CNESPF, no interior do Fórum Nacional sobre Negociação Coletiva, organizado pelo Ministério do Trabalho durante o ano de 1993.

O desenvolvimento de uma política unificada de intervenções e as negociações e lutas conjuntas das entidades nacionais dos servidores públicos federais, no ano de 1993, podem ser caracterizadas, sem nenhum constrangimento, como vitoriosas.

Sem entrar na polêmica e nos problemas ainda existentes acerca da construção da unidade (que em raríssimas oportu-

nidades transpareceu para o governo), é inegável que houve avanço na compreensão política. Também a forma de organização da Coordenação da Entidades Nacionais, forjada nos últimos três anos, tem se mostrado mais plural, mais democrática, mais representativa da totalidade dos servidores públicos – ainda que com períodos de maior e menor participação política.

No último período, não por boa vontade do governo, mas pela demonstração de força da nossa unificação, principalmente a partir da greve nacional de maio-junho de 1993, avançamos na relação com a administração pública. O resultado são várias leis e decretos que unificaram as políticas de recursos humanos no âmbito da administração central.

O aspecto mais relevante, porém, é o fato de o governo ter reconhecido a Coordenação das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (CNESPF), articulada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), como legítima interlocutora da maioria dos servidores públicos federais.

A relação com o governo, entretanto, tem se pautado pela informalidade. O significado disso é que, a depender da correlação de forças e do perfil dos administradores, essa relação poderá ser mais ou menos democrática e apresentar ou não resultados favoráveis ao nosso movimento (não se trata de afirmar que nossas reivindicações serão atendidas apenas a partir de uma boa relação com os administradores. Pelo contrário, temos claro que a luta concreta é que estabelece uma correlação de forças favorável à conquista de nossas reivindicações).

Temos que reconhecer que o Estado brasileiro mantém com os servidores uma relação baseada no "princípio da autoridade". Nossa luta, tem, em síntese, o objetivo de estabelecer uma relação "cidadã" do servidor com o Estado. Os textos apresentados pela CNESPF no fórum nacional sobre contrato coletivo de trabalho e relações de trabalho no Brasil, organizado pelo Ministério do Trabalho (MTb), são aqui agregados para melhor compreensão dessa afirmação.

Sistema de solução de conflitos trabalhistas

A concepção administrativa professada no Brasil pelos agentes do Estado, adeptos ainda da teoria unilateralista (que defende o monopólio estatal na edição de cláusulas que compõem a relação da função pública), nega ou trata de forma compulsória os conflitos do trabalho.

Antes da Constituição Federal de 88, e já na última fase da ditadura militar, os governantes foram obrigados a reconhecer que o arcabouço jurídico-institucional era impotente para deter a vida social. Essa se resolve à margem ou até mesmo contra o direito pro-

fessado pelos juristas tradicionais – que ainda não renunciaram, em definitivo, à faculdade de acionar o direito autoritário, da doutrina tradicional do direito administrativo.

Os conflitos só são reconhecidos quando redundam do confronto direto. Nesse caso, o que é pior, são tratados *informalmente*, em negociações que só se desenrolam pela força do movimento, e das quais resultam leis, decretos, sentenças ou atos administrativos. Invariavelmente o Estado-administração trata o conflito como um ato de rebeldia e não como uma fonte reveladora de causas, indicadora de soluções e até mesmo de mudanças a serem operadas, para que se alcancem os objetivos-fins das instituições públicas: a prestação eficiente de serviços públicos de qualidade.

Constatamos assim que no setor público não existe nenhum sistema de solução dos conflitos trabalhistas, ou melhor, poderíamos afirmar que no sistema existente há o predomínio da autoridade discricionária da administração que, na verdade, impõe a dissimulação dos conflitos, ao invés de administrá-los como algo permanente e inerente às relações sociais, mormente as do trabalho.

Relacionamento empresa/ sindicato - setor público

O direito à livre associação sindical, embora assegurado aos servidores públicos pela Constituição de 88, na prática não é reconhecido pelo Estado-administração e pelos tribunais.

Na compreensão dos administradores tradicionais, as normas que configuram as relações de trabalho, mesmo aquelas que escapam à competência do legislador ordinário, não podem ser objeto de negociação com os sindicatos representativos dos servidores. Assim, para eles, os sindicatos podem até existir, mas não podem exercer as prerrogativas de defesa dos interesses coletivos da categoria.

Da mesma forma, recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao manifestar-se sobre a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar dissídios coletivos ou individuais envolvendo servidores públicos (*stricto sensu*), opinou ainda pela impossibilidade de celebração de acordo ou convenção coletiva por administrações públicas, proscrevendo o direito dos servidores ao exercício da negociação coletiva.

Por outro lado, o Estado reproduz características das relações trabalhistas no âmbito da iniciativa privada, sobretudo a prática do autoritarismo. Os direitos à reunião, à informação, à representação, assegurados pela Constituição (art. 5º), não são reconhecidos aos sindicatos de servidores públicos, aos quais não é permitida a participação na definição das condições de traba-

lho, vale dizer, nas condições de vida dos servidores.

Sistema de negociação coletiva

Tendo como pressuposto a idéia de que "o Estado-administração é encarnação do interesse público em sua totalidade" – contidos explícita ou implicitamente na doutrina dos administradores brasileiros – perpetua-se a resistência dos agentes do Estado a qualquer sistema de negociação coletiva entre o Estado e os servidores públicos.

Em nome desse pressuposto, a visão dominante é aquela que submete os trabalhadores dos serviços públicos à vontade da administração e castra as legítimas aspirações dos trabalhadores, concebendo as relações entre ambos não como relações jurídicas conflitivas, mas como *relações autoritárias de poder.*

O STF, ao manifestar-se sobre a inconstitucionalidade do art. 240 da Lei 8.112/90 1, criou um obstáculo à implantação do Regime Institucional Negocial, consagrado pelo Direito Positivo, único capaz de dar curso ao *Estado democrático de direito* na relação da função pública.

Direito de greve

Em primeiro lugar queremos deixar consignado que a greve é um direito subjetivo dos trabalhadores e não nasceu apenas das norma e nem é dádiva do Estado. Prova dessa afirmação é que mesmo antes da Constituição de 88, ela já era praticada pelos servidores públicos. A Constituição de 88, ao inscrever o direito de greve entre os *Direitos Fundamentais dos Trabalhadores*, assegurou aos mesmos a decisão sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses a serem defendidos.

Já em seu art. 5º, estabeleceu-se que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata". Porém, na visão do Estado-administração e no direito autoritário professado pelos tribunais, esse direito está condicionado à edição de norma regulamentadora, o que implica, na prática, sonegação do direito. Manifesta-se, também nesse caso, a visão autoritária que compreende a greve como um ato de rebeldia, impróprio nas relações da função pública.

Feito este resgate e essas considerações, é imperioso que lutemos para regulamentar uma nova relação entre Estado e as entidades sindicais representativas dos servidores. Significa dispor de um sistema baseado na transparência, constituído de forma permanente, com regras precisas, articulado e dinâmico, que goze de absoluta credibilidade junto às partes. A esse sistema chamaríamos "Sistema de Negociação Coletiva".

Nele, as partes buscarão discutir, ajustar, regular e contratar direitos, obrigações, vencimentos e remuneração, proventos e demais fatores e condições que digam respeito à relação de trabalho no Serviço Público Federal. Evidentemente respeitadas as garantias e preceitos constitucionais. Sendo um sistema de caráter permanente, caberá a iniciativa à qualquer das partes em qualquer tempo. O objetivo principal e permanente será o desenvolvimento e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Devido às especificidades e ao grau de abrangência das negociações, instrumentos como *Acordo Coletivo, Convenção Coletiva* e *Protocolo* devem ser adotados com os seguintes objetivos específicos:

O SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA BUSCA A QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

Acordo Coletivo – instrumento de caráter normativo celebrado entre a Administração Pública e pelo menos uma entidade sindical para estipular normas sobre direitos, garantias, deveres e condições de trabalho a serem aplicadas no âmbito daquela representação sindical.

Convenção Coletiva – instrumento de caráter normativo celebrado entre a Administração Pública e entidades sindicais representativas dos servidores públicos para estipular normas sobre direitos, garantias, deveres e condições de trabalho a serem aplicadas a todos os servidores civis dos três poderes da União.

Protocolo – ajuste celebrado entre as partes visando estipular normas sobre a remuneração e demais condições de trabalho cuja aprovação dependa de lei, de caráter obrigatório para as partes, fixando prazos de validade e para envio ao Congresso Nacional.

O sistema de Negociação Coletiva deve observar os seguintes princípios básicos:

a) liberdade de organização e de exercício da atividade sindical, inclusive o direito de greve;

b) legitimidade da representação sindical e do respeito à vontade da maioria dos representados;

c) adoção de procedimentos democráticos de deliberação;

d) publicidade dos atos e procedimentos de natureza coletiva;

e) direito à resposta, por escrito, em prazo compatível com o calendário negociado, sempre que requerido pela contraparte;

f) direito de acesso a todas as informações relativas a orçamento, emprego, jornada de trabalho, dentre outros;

g) autonomia do processo de negociação coletiva;

h) direito das partes de escolher membros representativos da sociedade civil para um conselho de mediação e arbitragem para acompanhamento do Sistema de Negociação Coletiva, de forma a garantir à sociedade civil o exercício da cidadania no controle, fiscalização e execução das políticas públicas.

A alteração das relações estabelecidas entre servidores e o Estado é, pois, fator determinante para o avanço do processo de democratização e a garantia da construção de uma cidadania radical dos trabalhadores do serviço público. O avanço de nossas lutas e a superação da visão arcaica da unicidade sindical passam pelo reconhecimento da pluralidade dos indivíduos-cidadãos e, conseqüentemente, de suas relações sociais, mormente as sindicais.

Conquistarmos a Negociação Coletiva é uma das tarefas prioritárias do período em que vivemos.

NOTAS

1- Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico único dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. "Art. 240 - Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical, entre outros, dela decorrentes. (...) d) de negociação coletiva; e) do ajuizamento, individual ou coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal". Esses dois incisos, vetados pelo Presidente Collor, foram derrubados pelo Congresso Nacional. Posteriormente, o STF os declarou inconstitucionais.





MOVIMENTOS SOCIAIS, INFORMAÇÃO E CIDADANIA.

Ana Maria Rezende Cabral
Professora Assistente da Escola de Biblioteconomia da UFMG

Na década de 30, com o impulso dado à industrialização nos grandes centros urbanos brasileiros, é que realmente toma forma a classe trabalhadora. No contexto do novo país capitalista emergente, já se delineia uma acentuada diferenciação social, em que o proletariado sempre será vítima de discriminação por parte das elites burguesas. Ao longo de nossa história, os oprimidos têm sido os protagonistas de um processo de pauperização crescente e tratados pelos governantes como cidadãos de segunda classe. Nesta sociedade cunhada pela injustiça e pelas desigualdades sociais, as classes médias e baixas – maioria de nossa população – nunca puderam usufruir igualitariamente dos bens materiais, culturais e sociais distribuídos, sendo impedidas até mesmo de expressar suas idéias e opiniões.

A ditadura e a repressão que o Brasil viveu durante cerca de 20 anos roubou do povo o direito à informação e o direito de dizer sua palavra, submetendo-o por muito tempo à "cultura do silêncio". Mesmo depois da abertura política o brasileiro continua mal informado e com "fome de informação", pois os meios de comunicação de massa obrigam-no

a receber informação parcial, deformada, esquemática e culturalmente tendenciosa.

A informação, elemento de vital importância na sociedade moderna, depende essencialmente de estruturas informativas que contribuam para seu processo de desenvolvimento e para o fortalecimento da sociedade civil, sendo o ingrediente fundamental *de* e *para* a integração dos indivíduos e da coletividade, tanto nacional como internacional.

A questão da informação está diretamente relacionada à da democracia, que pressupõe a livre circulação de informações para que os indivíduos possam exercer efetivamente seus direitos de cidadania, participando das decisões em todos os níveis. A informação é matéria-prima que permite aos cidadãos fazer escolhas e opções; um povo bem informado é a única base segura para que o governo de um país represente a vontade popular. Assim, a informação torna-se essencial ao exercício da cidadania, possibilitando o desenvolvimento do espírito cívico e o reconhecimento do outro como indivíduo, assegurando a todos a participação política.

O processo de formação da cidadania no Brasil só poderá avançar quando houver uma verdadeira democratização da informação, que permita aos cidadãos adquirir um razoável nível informativo para manifestar livremente suas idéias e opiniões e formular claramente suas reivindicações.

Com a abertura política do país, instituições da sociedade civil como partidos, sindicatos, associações de classe etc., voltaram a funcionar normalmente, com a função de representar os diversos segmentos e classes junto ao poder governamental. O resgate destes mecanismos associativos foi possível graças ao esforço coletivo e à capacidade de organização e mobilização da sociedade. Também neste processo, a informação foi imprescindível e desempenhou o mais relevante papel.

Enfim, a conquista dos direitos políticos, tanto como dos direitos civis e sociais, dependem grandemente do livre acesso à informação e sua ampla distribuição na sociedade. Sem ela torna-se praticamente inviável o alcance da plena cidadania.

Neste momento de crise profunda, cabe unicamente à sociedade civil brasileira acionar e usar todos os mecanismos informativos existentes, bem como criar alternativas de comunicação para, através de suas entidades representativas, apresentar propostas de seu legítimo interesse aos governantes. Este é provavelmente o caminho mais eficiente para pressionar por mudanças e exigir providências rápidas e imediatas, além de ser o melhor canal para cobrar dos políticos o compromisso e a vontade política necessários

à promoção das mudanças sociais.

Também no Movimento Docente (MD) as ações têm que ser integradas e articuladas através do diálogo e da participação, e a informação deve, necessariamente, ser a mediadora entre as práticas e vivências do cotidiano universitário e o jogo de forças políticas que se dão na sociedade.

O MD não pode atuar isoladamente e ficar dentro dos muros da Universidade, devendo buscar formas efetivas para interagir dinamicamente com os movimentos sociais mais amplos.

Por isso, consideramos que o incremento do uso da informação e das formas de comunicação no MD poderão contribuir grandemente para seu processo de rearticulação, mobilização e organização. A informação é o motor que impulsiona a conscientização dos grupos e estimula o diálogo e a discussão de seus problemas, permitindo, assim, que avancem em seus projetos políticos.

Deste modo, devemos reconhecer o importante papel que a informação e a comunicação podem desempenhar para o encaminhamento e o deslanche das campanhas do MD. Sendo verdadeiros instrumentos a serviço da integração e da cooperação dos movimentos sociais nos níveis local e nacional, podem estreitar os laços de solidariedade e cooperação entre o nosso movimento e outras classes e grupos organizados, aumentando a eficácia de suas lutas e ações conjuntas.



Ensaio

O TERCEIRO MUNDO NÃO É, ESTÁ ASSIM. REFLEXÕES PROVOCATIVAS.

J.A.C. Viana
Professor Emérito da Escola de Veterinária da UFMG

"É dolorosa esta necessidade de repetir, monotonamente a cada hora, que a maior riqueza de uma nação é o homem, o seu sangue, o seu cérebro, os seus músculos. E que ela está fatalmente destinada à decadência, quaisquer que sejam os tesouros que encerre, quando o homem que a habita não os merece" (Prof. Miguel Couto, 1927).

1 – Introdução

Vamos procurar abordar o assunto sem tabus, sem preconceitos, sem *parti pris*, sem parcialidades, embora tudo isso seja muito difícil: são desenvolvidos todos os países da Europa (exceto a ex-Iugoslávia), ex-União Soviética, Estados Unidos da América, Canadá, Japão, Israel, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Subdesenvolvidos são os demais países do mundo.[1]

Os desenvolvidos são cerca de 36 e os subdesenvolvidos aproximadamente 172. O Terceiro Mundo é constituído por países subdesenvolvidos, dos quais apenas um, a Groenlândia, de clima polar, está definitivamente fora da faixa trópico-subtropical.[2]

O que teria tornado tão poucos países desenvolvidos e tão numerosos (cerca de 83%) os subdesenvolvidos?

A resposta resulta, principalmente, da Revolução Industrial, ocorrida, de início, na Inglaterra (1780-1840). Posteriormente outros países também vieram a se industrializar, passando, em prazos mais ou menos curtos, por transformações econômicas e sociais como as ocorridas na Grã-Bretanha. Pouco a pouco, dentro de quase um século, os países da Europa e da América Inglesa, de economias agrárias, transformaram-se em economias industriais, passando por mutações profundas em sua cultura, em seus modos de vida, em suas instituições sociais e políticas. Criou-se, assim, a tendência a ampliar-se o abismo entre as nações industrializadas –"desenvolvidas" – e as não industrializadas – "subdesenvolvidas"–, de economia dependente.

Certamente, o exemplo mais significativo de Revolução Industrial, em matéria de tempo e profundidade, foi o da Rússia, após 1917. Mas, tal como a China Popular de hoje (e os países da Europa Oriental) realizou-se segundo um tipo de economia totalmente socializada, fugindo aos velhos padrões da economia capitalista."[3]

E nós da América Latina? Portugal e Espanha, governados pela nobreza e clero, confiantes na proteção de Roma (Papado), ficaram à margem da Revolução Industrial do século XIX. "É notório que Portugal e Espanha não participaram desse processo e o Brasil faz parte desse grupo, que perdeu o trem da história."[4]

Portugal, antigo aliado, comprometeu-se com a Inglaterra, pelo lesivo tratado de Methuen (1703-1842), a não fabricar têxteis, mas exportar vinhos – vinhos esses produzidos por capitalistas ingleses. O príncipe regente de Portugal, D. João VI, fugindo à invasão napoleônica, transportado para o Brasil pela esquadra inglesa, ao tocar na Bahia já faz concessões a seus protetores, abrindo os portos do Brasil às nações amigas, isto é, à Inglaterra.[5] Para efeito comparativo, assinalemos que, na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra proibiu os colonos ingleses da América do Norte de fabricar tecidos, de explorar minas de carvão, de instalar fundições e de ter qualquer comércio de exportação para outras partes do mundo. Por isso se sublevaram, tornaram-se independentes. Posteriormente, promoveram a sua própria industrialização.

Como resultado do ciclo das revoluções industriais, em termos de nosso continente, observamos hoje a Anglo-América, desenvolvida, e a América Latina subdesenvolvida.

E a Revolução Agrícola? A Revolução Industrial, empregada em sentido genérico, não exclui a industrialização da Agricultura,

mas atribui à última dimensão especial (tanto é assim que a Enciclopédia Barsa, 1965, destaca a Revolução Agrícola). Em sentido amplo, ela resultou daquelas transformações que caracterizam, numa economia, a passagem da agricultura feudal, de base comunal, à capitalista, de base individualista. No sentido estrito, a Revolução Agrícola corresponde a um fato histórico preciso: o conjunto de mudanças ocorridas na agricultura ocidental entre 1750-1850. Assim, houve uma interpenetração e simultaneidade entre a Revolução Industrial propriamente dita e a Revolução Agrícola.

O TERCEIRO MUNDO AINDA NÃO SE BENEFICIOU DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAL E AGRÍCOLA

O Terceiro Mundo, em geral, ainda não se beneficiou nem da Revolução Industrial nem da Revolução Agrícola, exceto uns poucos países, embora de maneira dependente.

Apesar dos efeitos da Revolução Agrícola aparentemente poderem ser avaliados, por exemplo, pelas estatísticas que a FAO oferece (números de tratores, de colheitadeiras e da indústria de fertilizantes), não encontramos exemplo tão esplêndido e evidente sobre o ideário da Revolução da Agricultura – salvo melhor juízo – como o da criação em 1862 pelo Estados Unidos, dos *Land-Grant Colleges and Universities*, quando o estudo de agricultura e engenharia era ainda considerado "abaixo da dignidade acadêmica". Naquele país, educação universitária de então era destinada às elites, à formação de líderes governamentais e profissionais liberais. Por intermédio de doação de terras da União, cada Estado pôde ter o seu *College of Agriculture and Mechanic Arts*. O *Land-Grant system*, o maior sistema único de educação superior da nação norte-americana, contribui agora com mais da metade dos cientistas do país.[6]

Aqui um depoimento pessoal. Quando fizemos o mestrado (Nutrição Animal) em Iowa (setembro de 1946-agosto de 1947) ficamos maravilhados com a estrutura da instituição e trouxemos material bibliográfico sobre os *Land-Grant Colleges and Universities*. Depois de meditarmos bastante sobre qual instituição em Minas Gerais me-lhor poderia servir como base de instituição assemelhada, redigimos um "memorial" (era esta a terminologia da época) e o submetemos à apreciação do corpo docente da Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, sugerindo a transformação da Escola Superior de Agricultura de Viçosa em Universidade Rural do Estado de

Minas Gerais. O documento provocou grande polêmica, principalmente porque implicava no retorno da Escola de Veterinária para Viçosa. Apenas dois colegas o assinaram: Francisco Megale e Antonio Vieira Machado. O deputado estadual José Carvalheira Ramos, do Partido Republicano, prontificou-se a submeter o assunto à Assembléia Legislativa, sendo o "memorial" publicado na íntegra no *Diário da Assembléia*.[7] A lei que criou a nova Universidade foi assinada em 13 de novembro de 1948, mas a Escola de Veterinária permaneceu na capital, federalizada posteriormente como unidade da UFMG. A Universidade de Viçosa, porém, estava definitivamente criada, à imagem de uma *Land-Grant University*.

Convencido de que o exemplo dos *Land-Grant Colleges and Universities* poderia ser útil a outros estados e territórios brasileiros, já contando o país com o pioneirismo de Viçosa, elaboramos um trabalho mais extenso[8], separata do qual foi enviada a cada um dos deputados federais e senadores de então. A proposta não significava apenas espírito de cópia do *Land-Grant System* mas muito além: buscava uma estrutura que pudesse dar à agricultura e à indústria brasileiras o que aquele sistema dera à agricultura e à indústria americanas. No entanto, não houve qualquer demonstração de interesse do Congresso Federal a respeito. Apesar da vasta contribuição dos Estados Unidos à civilização Ocidental, nada nos impressionou tanto como a iniciativa generosa dos *Land-Grant Colleges and Universities*. Geralmente copiamos daquele país o que é adjetivo, recusando o substantivo.

No boletim comemorativo do centenário dos *Land-Grant Colleges and Universities* o governo americano oferece a "experiência do sistema aos povos de outras nações, particularmente às nações emergentes, buscando soluções para modelos econômicos, sociais e físicos e enriquecendo a vida cultural do povo".[9]

Como explicar a renitência do subdesenvolvimento ao processo de desenvolvimento durante e após a Revolução Industrial e a Revolução Agrícola?

Uma das explicações invocadas por diversos autores é de natureza geoclimática: a relativa justaposição entre os mapas do Terceiro Mundo e do conjunto trópico-subtropical. A coincidência obviamente não representa modelo matemático – mesmo porque há exceções, principalmente Austrália, África do Sul, Israel e, mais recentemente, Cuba. Os três primeiros são considerados países desenvolvidos pela Unesco; a ilha situada no caldeirão do Caribe aparentemente caminha para transformar-se em país industrializado, como mostra a tabela I.

Tabela I

Alguns indicadores econômicos e sociais de países latinoamericanos, Portugal e Espanha

	Argentina	*Brasil*	*Cuba*	*Espanha*	*Portugal*
Mortalidade infantil, por mil	32,2	63,2	16,5	12,0	17,0
Expectativa de vida, anos, homens	67,1	63,0	72,7	72,5	74,0
Expectativa de vida, anos, mulheres	73,7	67,0	76,	78,6	78,0
Calorias por dia/hab.	2.197	2.629	3.094	3.360	3.150
Taxa de analfabetismo	6,1	22,2	3,8	7,1	16,0
Taxa de escolaridade, 1º nível	96,0	84,0	95,0	100,0	100,0
Taxa de escolaridade, 2º nível	42,0	15,0	70,0	100,0	56,0
Índice de inflação, animal	1329,0	586,0	0,57	10,7	9,5
Dívida externa / hab (US$)	1.891	876	616	112	1.673
PNB / habitante, US$	2.466	1.984	2.621	9.092	2.830

Fonte: Directorio del Centros de Investigación Científica, Tecnologica en America Latina y el Caribe, España y Portugal. 1991.

Fato bastante expressivo é a não existência ainda de qualquer nação desenvolvida situada inteiramente no espaço intertropical. Mas se algum dia houver, será uma grande conquista humana. Ao velho adágio segundo o qual "o homem é produto do meio", caberá talvez "o domínio do meio é produto humano".

Ao grupo que aceita notadamente as influências geoclimáticas, contrapõe-se a corrente segundo a qual as razões da dependência dos subdesenvolvidos são de natureza econômica e de origem histórica.[10]

Além dos fatores geoclimáticos, de um lado, e de outro, os de natureza econômica e de origem histórica, outras causas têm sido apontadas, tais como etnia, religião, língua, bagagem cultural, educação, colonialismo, recursos naturais e assim por diante. O fato do Terceiro Mundo, de modo geral, não ser habitado por populações brancas nórdicas e apenas os países do extremo cone austral da América do Sul apresentarem populações brancas mediterrâneas constitui algo curioso, sobretudo para as culturas que acreditam na superioridade da raça branca. No entanto, se a raça branca fosse condição *sine qua non* do desenvolvimento, os japoneses teriam de ser promovidos a "brancos honorários"[11]

Como realidade, há uma espécie de tratado de Tordesilhas, estabelecido à base de paralelo em vez de meridiano.

Não conhecemos estudo comparativo entre o Brasil e a Austrália, como existe, por exemplo, entre a Austrália e a Argentina[12], onde "subdesenvolvimento é um estado de espírito". Em termos de meio físico, o trópico-subtropical Brasil, sem qualquer qui-lômetro quadrado de valor agrícola zero[13] é país subdesenvolvido, enquanto a Austrália – com extensas áreas desérticas e semi-áridas, predominantemente subtrópico-tropical, com faixa temperada inferior a 3% (Tasmânia e ultra-extremo sul da ilha-continente), e população de 17 milhões de habitantes (1991) é país desenvolvido. A condição de desenvolvimento australiano deve-se principal e indiscutivelmente ao humano que povoou e habita o país, com todas as suas implicações e conexões. Israel, com o seu pequeno território metade desértico (Negev), alinha-se no mesmo critério de raciocínio da Austrália. A polêmica África do Sul, subtrópico-tropical, apesar de todos os pesares, apresenta desempenho a ponto de ser considerada país desenvolvido pelas Nações Unidas.

2 – Produção e produtividade animais

Apesar dos grandes rebanhos (tabela II) e dos grandes espaços tropicais e subtropicais, no Terceiro Mundo não tem havido melhoria sensível da produtividade bovina, tanto em gado de leite como de corte no último quarto de século (1961-65 a 1989-91) aqui estudado. Enquanto a produtividade de leite nos países subdesenvolvidos não passava, em 1961-1965, de apenas 564 kg por vaca/ano a 802 kg em 1989-1991, em TPD (Todos os Países Desenvolvidos) a produção subiu de 2.483 para 3.593 kg de leite vaca/ano no mesmo período.

Além de TPD e TPS (Todos os Países Subdesenvolvidos), as tabelas incluem três países desenvolvidos situados na faixa trópico-subtropical (Austrália, África do Sul e Israel – que de acordo com a hipótese geoclimática não deveriam ser desenvolvidos) e três subdesenvolvidos: a Argentina, por liberar expressivamente a produtividade animal na América Latina e por cons-tituir um país predominantemente subtropical, mas com expressiva faixa temperada; o Brasil, principalmente por ser o país inteiramente trópico-subtropical de maior área do planeta, e Cuba, por haver realizado a re-volução socialista, envolvendo transformações profundas. Em todas as tabelas, TPD levam nítidas e geralmente crescentes vantagens sobre TPS.

Tanto para bovinos e suínos como para aves em geral, as diferenças entre TPD e TPS decrescem à medida que o tamanho da espécie diminui. Em apoio, aparentemente a facilidade de transferência de tecnologia ocorre em

ordem decrescente: mais exeqüí-vel em aves, em seguida em suínos e, finalmente, em grandes animais (bovinos, etc).

De acordo com a tabela II, o Terceiro Mundo apresenta aproximadamente 76,6% dos habitantes do planeta, cerca de 58% da superfície terrestre, cerca de 72,9% das áreas irrigadas e maiores porcentagens de efetivos pecuários em TPS, excetuando-se perus.

Tabela II

Número aproximado de habitantes, de superfícies terrestres, de áreas irrigadas e de espécies animais produtoras de alimentos em TPS e respectivas porcentagens sobre o total do planeta.

Itens	*Números (Milhares)*	*Porcentagens*
Habitantes	*4.130.597*	*76,6*
Superfícies Terrestres (1.000 ha)	*7.587.342*	*58,0*
Áreas Irrigadas (1.000 ha)	*173.128*	*72,9*
Bovinos	*896.951*	*69,3*
Búfalos	*141.415*	*99,4*
Ovinos	*658.583*	*54,7*
Caprinos	*562.324*	*94,6*
Cavalos	*44.700*	*72,5*
Suínos	*519.686*	*60,6*
Galinhas	*6.545.000*	*59,2*
Patos	*516.000*	*92,1*
Perus	*28.000*	*10,49*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1991.

As tabelas III, IV, V, VI, VII, respectivamente sobre bovinos, suínos e aves mostram as diferenças não só em TPD e TPS, como entre os três países desenvolvidos incluídos e os três subdesenvolvidos usados como exemplos.

Tabela III

kg de carne bovina/ rebanho bovino

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
África do Sul	*35,9*	*30*	*46,6*	*51,5*
Austrália	*48*	*46,7*	*55,6*	*69,9*
Israel	*70*	*66,7*	*54,8*	*108,8*
TPD	*59,5*	*71,2*	*78,5*	*85,9*
TPS	*7,8*	*16,1*	*15,1*	*19,3*
Argentina	*51,7*	*41*	*49,3*	*52,4*
Brasil	*23,5*	*23,3*	*15,9*	*18,7*
Cuba	*27,6*	*34,3*	*22,6*	*39*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1991.

Tabela IV

Produtividade de leite bovino (kg/vaca/ano)

	1961-1965	*1975*	*1985*	*1991*
Austrália	*2112*	*2864*	*3508*	*4066*
África do Sul	*2556*	*2198*	*2826*	*2727*
Israel	*4625*	*5942*	*8125*	*8682*
TPD	*2483*	*2919*	*3369*	*3555*
TPS	*562*	*639*	*714*	*811*
Argentina	*1836*	*1890*	*1898*	*2214*
Brasil	*746*	*767*	*729*	*793*
Cuba	*726*	*984*	*1471*	*1911*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1985 e 1991.

Tabela V

kg de carne suína/rebanho suíno

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
África do Sul	*53,2*	*65*	*84,2*	*84,5*
Austrália	*74,7*	*79,7*	*102,7*	*119,3*
Israel	*75*	*105,9*	*104,7*	*78,3*
TPD	*85,5*	*130*	*105,3*	*112,3*
TPS	*36*	*38,1*	*49,8*	*60,9*
Argentina	*50,1*	*51*	*63,2*	*48,5*
Brasil	*21,6*	*21*	*30*	*32,9*
Cuba	*26,3*	*26,2*	*35,4*	*47,7*

Fonte: Fao Production Yearbook, 1976, 1985 e 1991.

Tabela VI

kg de ovo/galinha rebanho

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
África do Sul	*3,7*	*6,2*	*5,3*	*5,2*
Austrália	*7*	*4,8*	*3,4*	*3,2*
Israel	*6,3*	*6,2*	*4,1*	*4,5*
TPD	*5,6*	*5,7*	*4,8*	*4,2*
TPS	*2,1*	*2,3*	*2,6*	*2,5*
Argentina	*4*	*5,5*	*6,4*	*7,1*
Brasil	*2,3*	*1,8*	*1,7*	*2,3*
Cuba	*4*	*5,2*	*4,4*	*3,9*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976, 1985 e 1991.

Tabela VII

Disponibilidade de carne de ave (kg/pessoa/ano)

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
África do Sul	*2,5*	*3,3*	*10,1*	*10,9*
Austrália	*5*	*14*	*21,6*	*23,8*
Israel	*23,8*	*46,9*	*39,7*	*38,3*
TPD	*8,1*	*13,6*	*17,3*	*20,3*
TPS	*1,5*	*2,3*	*2,7*	*3,5*
Argentina	*3,3*	*10,5*	*15,8*	*11,5*
Brasil	*2,1*	*3,7*	*11,3*	*15,9*
Cuba	*3,6*	*3,7*	*10,5*	*8,9*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976, 1985 e 1991.

Muitas vezes costumam ser enumerados os fatores que funcionam como inibidores da produção animal nas faixas trópico-subtropicais e, com menos severidade, nos subtrópicos. Sua repetição se torna monótona, numa relação de inibidores que nem sempre é completa nem isenta de controvérsias. Entre tais inibidores podem ser enumerados os seguintes[14]:

a) baixa disponibilidade de forragem de boa qualidade;

b) alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias;

c) entraves provocadas por altas temperaturas e umidades;

d) escassez de leguminosas nas pastagens;

e) insuficiência de programas de melhoramento genético;

f) comercialização, processamento e armazenamento insatisfatório dos produtos de origem animal e de insumos;

g) condições precárias de transporte;

h) maior dispêndio de tempo de produção, transporte e conservação de forragens;

i) sistema fundiário obsoleto;

j) práticas tradicionais de cada região;

l) insuficiência de capitais para implementar inovações;

m) déficit de trabalho;

n) escassez de tecnologia gerada ou, pelo menos, testada sob condições locais;

o) base educacional insatisfatória dos usuários potenciais da tecnologia;

p) falta de meios de comunicação adequados a fim de informar aos interessados sobre mudanças aceitáveis pela comunidade de criadores.

Na extensa lista, é bastante claro que a solução, em todos os casos, depende basicamente do humano - pois em geral a incógnita principal não é a identificação dos fatores mas, sim, como resolver cada um deles.

Os animais domésticos são essencialmente fábricas ou usinas químicas para a conversão de energia potencial dos alimentos em formas utilizáveis pelo homem. Como ocorre em todas as fábricas, é desejável, economicamente, que a relação energia consumida/rendimento seja a mais estreita possível. Muitos dos componentes do ambiente natural e humano influem sobre esta relação gasto/rendimento. Coletivamente esses fatores são denominados meio físico. Naturalmente, para melhor desempenho animal, tais componentes devem estar dentro de certos limites ou preencherem determinadas condições. No caso de ovinos e búfalos, é desejável meio climático com a temperatura do ar variando de 13 a 18° celsius, umidade relativa de 60 a 70%, velocidade de vento de 5 a 8 km/hora e nível médio de radiação solar que, geralmente, ocorre sob condições subtropicais de latitude na primavera e outono. O solo deve ser fértil com precipitação pluvial distribuída ao longo do ano, de sorte a permitir colheitas de alta qualidade e suprimento abundante. Além de fornecer água potável, o ambiente deve ser isento de doenças e parasitas. Sem dúvida, isso representa uma utopia, dificilmente imaginável como meio natural de qualquer parte do planeta[15].

O CONHECIMENTO DO MEIO FÍSICO É CONDIÇÃO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO

Quando passamos daquele meio "paradisíaco" para a temperatura, umidade e nível de radiação solar que predominam nas latitudes de, por exemplo, 30° norte-sul, os fatores apontados estão, freqüentemente, acima do ideal ou da amplitude de conforto para ótima eficiência e desempenho do rebanho. Conseqüentemente, há necessidade de ser considerada a modificação causada pelo impacto do meio sobre o desempenho dos animais. O conhecimento sobre como os diferentes elementos do meio físico influenciam os animais, tanto diretamente como através de interações torna-se assim extremamente importante para adequada intervenção humana.

De acordo com Bonsma, os elementos comuns do meio físico animal podem ser esquematicamente representados pelos raios de uma roda.[16] Nela, o homem serve como o eixo. Os animais são o cubo da roda e as

práticas de manejo, o lubrificante que mantém a roda em movimento. O aro, que representa o meio físico total, é mantido em forma pelos raios, tipificando a influência dos vários elementos. Os vários elementos do meio se interagem. Se a influência negativa de um elemento atingir o extremo, o respectivo raio se quebra e o delicado equilíbrio entre o meio e o animal pode se romper.[17]

No caso do animal ser submetido, por exemplo, a condição de temperatura de oito a dez graus acima da amplitude ótima (13-18°), a roda reflete isso, apresentando uma depressão e assim por diante. Quando diversos raios se quebram, o meio se torna tal que o animal pode passar a submarginal, tanto em saúde e em eficiência como em produtividade total.

A conclusão é clara e intuitiva: ou dominamos as carências alimentares, as doenças infecciosas e parasitárias e outros fatores limitantes ou não podemos pensar em produção animal realmente grande, nem nas dimensões que as outras variáveis permitiriam, nem em alta produtividade.

Um sério complicador adicional para manter a roda em equilíbrio pode ser constituído por muitas das práticas tradicionais de criação de animais, como por exemplo, impedindo que os bovinos tenham sombra durante a parte mais quente do dia ou os impedindo de pastarem durante as tardes e noites mais frescas. Naturalmente, o quadro é muito mais complexo, envolvendo multiplicidade de fatores e retroagindo a causas históricas e culturais, às vezes remotas – mas tudo isso é débito humano.

3 – Círculo vicioso ou causação circular cumulativa

É fácil constatar que os países subdesenvolvidos possuem indicadores de desempenho inferiores aos dos países desenvolvidos. Verificados os baixos índices de produção e produtividade animais no Terceiro Mundo e, comparativamente, em todos os países desenvolvidos, façamos ligeiras incursões em outros setores de atividades econômicas e sociais, em busca de verificação da assertiva.

3.1 – Alguns alimentos vegetais

Na produção vegetal, tomemos uma leguminosa e três cereais dentre os alimentos mais comuns nos países pobres: feijão, arroz em casca, milho e trigo e outra leguminosa, a soja como caso particular. Como deixam ver claramente as tabelas VIII, IX e X, a produtividade é muito maior em TPD que em TPS, mas a produção é maior em TPS no caso do feijão e do arroz. Assim, aparentemente, o "arroz com feijão" afigura-se como prato bastante comum em países do

Terceiro Mundo. O rendimento dos quatro alimentos é muito baixo no Brasil, no período estudado. E o caso da soja (tabela XII)? Como mostra a tabela, há diferenças entre TPD e TPS, ainda que não tão expressivas como em casos anteriores, mostrando que um cultivo relativamente recente no Terceiro Mundo ocidental talvez tenha arcado menos com os efeitos terríveis das "práticas tradicionais".

De igual maneira, os números de tratores agrícolas e de colheitadeiras em serviço são expressivamente maiores em TPD – um reflexo natural das revoluções industrial e

Tabela VIII

Produtividade (kg/ha) de feijão

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
Austrália	*525*	*758*	*966*	*667*
TPD	*451*	*1.851*	*2.155*	*2.454*
TPS	*463*	*508*	*539*	*577*
Argentina	*1049*	*791*	*1.081*	*970*
Brasil	*656*	*548*	*479*	*456*
Cuba	*767*	*571*	*771*	*419*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976, 1985 e 1991.

Tabela IX

Produtividade (kg/ha) de arroz em casca

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
Austrália	*6.167*	*5.135*	*6.857*	*8.026*
África do Sul	*1.489*	*2.308*	*2.308*	*2.308*
TPD	*4.801*	*5.613*	*5.797*	*5.903*
TPS	*1.936*	*2.341*	*3.137*	*3.484*
Argentina	*3.539*	*3.795*	*3.419*	*4.096*
Brasil	*1.607*	*1.428*	*1.898*	*1.892*
Cuba	*1.488*	*2.100*	*3.372*	*3.125*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976, 1985 e 1991.

agrícola nos países industrializados, como mostra as tabelas XIII e XIV. No Brasil, o número de tratores tem aumentado bastante a partir da década de 80, superando, em valores absolutos, a Argentina, Austrália e África do Sul. É possível que este aumento esteja relacionado principalmente com a expansão da cultura da soja, geralmente mecanizada.

Também em valores absolutos, os aumentos do número de colheitadeiras no Brasil têm sido inferiores aos da Argentina e Austrália – mas superiores aos da África do Sul.

Quanto a fertilizantes, TPD importam mais que exportam fertilizantes brutos

Tabela X
Produtividade (kg/ha) de milho em grão

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
África do Sul	*1.254*	*1.604*	*1.716*	*2.821*
Austrália	*2.110*	*2.588*	*2.995*	*4.040*
Israel	*3.958*	*5.795*	*5.200*	*3.251*
TPD	*3.158*	*4.551*	*6.005*	*5.992*
TPS	*1.359*	*1.722*	*2.343*	*2.815*
Argentina	*1.757*	*2.508*	*3.603*	*3.105*
Brasil	*1.294*	*1.562*	*1.866*	*1.869*
Cuba	*989*	*962*	*1.260*	*1.234*

Fonte: FAO Production Yearbook, Rome, 1976, 1985 e 1991.

Tabela XI
Produtividade do trigo (kg/ha)

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
África do Sul	*697*	*1.227*	*836*	*1.262*
Austrália	*1.222*	*1.401*	*1.384*	*1.488*
Israel	*1.544*	*2.329*	*1.692*	*2.452*
TPD	*1.359*	*1.723*	*2.343*	*2.650*
TPS	*944*	*1.319*	*2.051*	*2.276*
Argentina	*1.534*	*1.626*	*1.605*	*1.989*
Brasil	*707*	*610*	*1.598*	*1.423*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976, 1985 e 1991.

Tabela XII
Produtividade da soja (kg/grão/ha)

	1961-65	*1975*	*1985*	*1989-91*
África do Sul	*561*	*1.521*	*1.734*	*1.782*
Austrália	*429*	*1.538*	*814*	*1.599*
TPD	*1.548*	*1.899*	*2.228*	*2.219*
TPS	*792*	*1.087*	*1.605*	*1.576*
Argentina	*1.060*	*1.363*	*1.998*	*2.071*
Brasil	*1.049*	*1.699*	*1.800*	*1.752*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976, 1985 e 1991.

Tabela XIII
Número de tratores agrícolas em serviço

	1961-65	*1979-1981*	*1988-90*
África do Sul	*130.223*	*180.467*	*183.467*
Austrália	*283.048*	*332.000*	*332.000*
Israel	*9.190*	*26.300*	*28.081*
TPD	*11.613.497*	*18.453.232*	*21.304.416*
TPS	*796.480*	*3.455.688*	*5.078.675*
Argentina	*139.000*	*183.700*	*203.667*
Brasil	*92.700*	*533.068*	*710.000*
Cuba	*19.800*	*60.206*	*76.501*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976 e 1991.

(matéria-prima). Sobre fertilizantes industrializados, o quadro se reverte: TPD exportam mais que importam, ao passo que TPS importam mais que exportam.[18]

Em plena década final do século XX, as altas taxas de analfabetismo ainda exibidas por países subdesenvolvidos são difíceis de aceitar, embora fáceis de explicar. A tabela XV mostra a porcentagem de 35,5 de analfabetos em países do Terceiro Mundo, enquanto a taxa nos países desenvolvidos é inferior a 5%, com exceção de Portugal, ainda em 16%, e Grécia, com 9,4. Isso significa que no Terceiro Mundo em geral, pouco mais de uma em cada três pessoas são analfabetas, de acordo com a Unesco.

Tabela XIV

Número de colheitadeiras em serviço

	1961-65	*1979-1981*	*1988-90*
África do Sul	*112.253*	*26.167*	*33.500*
Austrália	*65.106*	*57.773*	*56.800*
Israel	*948*	*327*	*273*
TPD	*2.153.073*	*3.289.515*	*3.696.041*
TPS	*103.742*	*214.225*	*260.368*
Argentina	*34.000*	*44.000*	*48.000*
Brasil	*19.000*	*36.000*	*45.000*
Cuba	*1.700*	*5.717*	*7.255*

Fonte: FAO Production Yearbook, 1976 e 1991.

Tabela XV

Taxa de analfabetismo (1990) *

	% de analf.	*População (milhões)*	*População maior de quinze anos (milhões)*	
			Total	*Analfabetos*
Espanha	*4,2*	*38,1*	*30,2*	*1,3*
Portugal	*15*	*9,9*	*8*	*1,2*
PD	*< 5***	*1256*	*-*	*-*
PS	*35,2*	*4.021,6*	*2.353*	*828,9*
Argentina	*6,1*	*32,3*	*19,7*	*1,2*
Brasil	*18,9*	*150,4*	*98,9*	*18,7*
Cuba	*6*	*10,6*	*8,4*	*0,5*

** Dados sujeitos a retificação. ** Exceto Portugal (15%) e Grécia (9,5%)*
Fonte: Statistical Year Book, Unesco 1992

3.2 – Ciência e Tecnologia

O número de cientistas e engenheiros nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos constitui mais uma comprovação dos contrastes entre PD e PS (tabela XVI).

3.3 – Saúde

A saúde humana, animal e vegetal constitui outro indicador que deixa o Terceiro Mundo em seríssimas desvantagens. De modo muito geral e de maneira muito

resumida, TPS apresentam que são peculiares e desalinhantes aos seres humanos, animais e plantas, acrescidas de outras, importadas dos países desenvolvidos. Em virtude da fragilidade das defesas sanitárias do Terceiro Mundo, predominam doenças infectocontagiosas e parasitárias e de carências nutricionais. Já nos países desenvolvidos persistem as doenças crônico-degenerativas, como tumores, doenças cardiovasculares, etc.

3.4 – "Soft State"

Para caracterizar o "estado de coisas" geralmente encontrado em países subdesenvolvidos, Myrdal[9] cunhou a expressão *soft state.*

"Com este termo quero caracterizar – diz ele – uma falta geral de disciplina social nos países subdesenvolvidos, evidente pelas deficiências e, em particular, na falta de observância da lei ou seu reforçamento, falta de obediência a regras e diretrizes expedidas a oficiais do serviço público nos vários níveis. Freqüentemente há colisão de interesse de pessoas ou grupos fortes, cuja conduta se queira regulamentar e, no fundo, uma inclinação geral do povo, em todos os

Tabela XVI

Cientistas e engenheiros empregados em "Pesquisa e Desenvolvimento Experimental" (Research & Development) e recursos destinados à R&D para 1980, 1985 e 1990

Grupos	*Ano*	*Cientistas e engenheiros de pesquisa e desenvolvimento*		*Gastos de pesquisa e desenvolvimento*	
		nº estimado	*nº estimado por milhão de hab.*	*Quantias estimadas (milhões de U$)*	*%PNB %PNB*
	1980	*3.452.128*	*3.038*	*195.788*	*2,22*
TPD	*1985*	*3.834.251*	*3.267*	*258.834*	*2,62*
	1990	*4.463.798*	*3.694*	*434.265*	*2,92*
	1980	*468.626*	*144*	*12.571*	*0,52*
TPS	*1985*	*568.616*	*158*	*13.016*	*0,54*
	1990	*759.816*	*189*	*18.326*	*0,64*

** A Unesco usa PD E PS em vez de Teomo; a FAO, TPD e TPS.*
Fonte: Statistical Yearbook, Unesco, 1992.

estratos sociais, a resistir aos controles públicos e sua ampliação. Dentro do conceito de *soft state*, estado frouxo, está incluída a corrupção, que parece crescente nos países subdesenvolvidos. Cheguei mesmo à conclusão de que sem muito mais disciplina social, o desenvolvimento encontrará grande dificuldade e, de qualquer forma, será retardado nessas regiões.

Minha visão do problema do soft state está fundamentada nos estudos de grande parte do mundo subdesenvolvido não-comunista, do sul da Ásia, que contam um quarto da espécie humana. Posso dizer que muito do que afirmo, que tem validade comprovada para minha área de pesquisa, tem validade igualmente para a Ásia Ocidental, África e mesmo América Latina, embora sejam diferentes em muitos aspectos.

Quanto à falta de disciplina social, como em outros aspectos, os países subdesenvolvidos "são como são, não por causa de um mal qualquer inerente ao seu povo, mas pelo resultado de uma longa história, muito diferente daquela de nossos países, onde todas as condições interagiram em causação circular."

Isso é parte do que leva John Kenneth Galbraith a caracterizar a Índia como uma anarquia em funcionamento[20]. Quanto a nós, sentimos incoercível tendência a associar o *soft state* à idéia de bagunça. Seria o Brasil um caso de bagunça em equilíbrio instável?

Para Myrdal, também nos Estados Unidos há traços de *soft state*. Acredita que nas universidades americanas, principalmente estudantes de ciências sociais e leis, deveriam estudar *soft state*. Naturalmente, dizemos do lado de cá, as universidades do Terceiro Mundo deveriam ter fortes motivações para abrirem tal área de estudo, pesquisa e extensão. Seria o *soft state* causa ou efeito ou, ainda, ambos?

3.5 – Potencialidades dos trópicos e subtrópicos

Os antes excassos tratados e monografias limitam-se a enfatizar os aspectos negativos que as regiões tropicais e subtropicais apresentam, nos diversos setores da atividade econômica – primário, secundário e terciário.

O que procuramos aqui, embora em moldes ainda acanhados, é mostrar a outra face da moeda nos cinturões equatoriais e adjacências, ou seja, os diversos "biofatores" positivos que inegavelmente apresentam.

a) Fotossíntese – considerada a biorreação mais importante do planeta, encontra condições muito favoráveis em tais faixas, pois a radiação solar, fonte praticamente exclusiva de energia para a Terra – 99,97%, de acordo com Trewartha[21] – com maior incidência nos trópicos, seguida dos subtrópicos, onde é distribuída abundantemente e com bastante uniformidade ao longo do ano:

36,2 "dias térmicos" no paralelo equatorial e 288,5 na latitude de 40º.

b) Água – outro recurso básico, freqüentemente não apresenta problemas de solução político-científica inviável, excetuados os casos de climas secos (desérticos e semi-áridos), das regiões sujeitas a alternância (climas tropicais chuvosos e secos, Aw) e, ainda, das situações de estiagens aleatórias. Evidentemente, em muitos desses casos, está o desafio de corrigir a falta d'água com de irrigação. Há que salientar no entanto, que os climas desérticos e áridos encontram-se em expansão[22]. Neste fim de século, o governo e o povo brasileiros já deveriam saber que o Nordeste tem solução político-científica capaz de substituir a cavilosa e incompetente "indústria da seca".

c) Estação de crescimento (*growing season*) de plantas – enquanto nas regiões temperadas geralmente varia de 150 a 200 dias, nos subtrópicos vai de sete meses até ao longo do ano e, nos trópicos é natural e praticamente sem interrupção.

d) Excluídos os desertos frios e secos – os últimos ocorrem principalmente nas faixas trópico-subtropical – os trópicos representam cerca de 40% das terras cultiváveis do planeta. Evidentemente há problemas de solo, de clima e de outros fatores do meio, mas todas essas limitações aparentemente podem ser dominadas ou pelo menos atenuadas, desde que rompido o desafio maior, qual seja, recursos humanos condizentes, de fato capazes e preparados para a georrealidade em pauta.

e) Há, assim, viabilidade de forragem verde e de pastagem ao longo do ano nos trópicos e, quase, nos subtrópicos.

f) Principalmente os trópicos, entre os paralelos 60º N-S, representam o maior espaço ainda aberto e de alta potencialidade para a produção animal.

g) Condições básicas para duas ou mais colheitas por ano, conseqüência da longa estação de crescimento e de outros aspectos favoráveis.

h) Ausência de períodos cíclicos ultracríticos (inverno nas regiões temperadas). No entanto, às vezes a ausência de inverno é considerada desfavorável, por desobrigar o homem de preparar-se para épocas de penúria de um modo geral. Assim, a vida tropical e subtropical poderia gerar mais irresponsabilidade.

i) Extrema riqueza de variação nos reinos vegetal e animal, com maiores oportunidades de seleção de espécies animais potencialmente domesticáveis e de plantas cultiváveis.

j) Maior valor em terra agrícola padrão (TAP) das áreas cultiváveis situadas nas regiões de clima quente e intermediários que nas zonas temperadas.[23]

Tabela XVII

Classificação das terras por zonas climáticas – principais países em ordem decrescente de TAP, por milhares de quilômetros quadrados

Países	*Superfície total*	*Equivalente em TAP*
União Soviética	*22.273*	*11.089*
Brasil	*8.511*	*8.867*
EUA	*7.702*	*4.772*
Canadá	*9.350*	*4.752*
ndias Orientais	*2.125*	*3.537*
Índia e Paquistão	*4.288*	*3.052*
Austrália	*7.704*	*1.532*

Fonte: CLARK, 1960

A literatura corrente assinala que é grande o potencial para melhorar a produtividade animal e vegetal nos trópicos e subtrópicos. Mas, para tanto, há barreiras que devem ser vencidas, e isso de modo geral não tem ocorrido. As mudanças implicam em grandes dificuldades e os processos são em geral demasiadamente lentos, demorados.

Quem seria capaz de dominar as barreiras e realizar as mudanças em tempo hábil? Sem dúvida o homem – que para tanto teria de ser preparado.

A Austrália – entre os países desenvolvidos selecionados – constitui exemplo do qual gostaríamos de destacar alguns aspectos. Subcontinental, como o Brasil, seu meio físico, no entanto, é nitidamente desfavorável. De seu vasto território, 10,8% são tropicais, 13,7% subtropicais, 2,6% temperados, 42, 7% desertos, 30,2% semi-áridos – para uma população de apenas 17 milhões de habitantes em 1990. O Brasil, cujo território não apresenta sequer um quilômetro quadrado de TAP de valor zero, é ainda subdesenvolvido; a Austrália, industrializada. Natural e inarredavelmente, há diferenças entre o humano australiano e o brasileiro, em todas as suas implicações e conexos.

4 – A "solucionática"

"Vocês têm a problemática, eu tenho a solucionática".[24] "Solucionática" ainda não é palavra dicionariada mas parece encerrar idéia-força com grande poder de comunicação.

Geralmente, não é muito indagado sobre como romper a barreira do subdesen-

volvimento, talvez refletindo a indiferença dos povos do Terceiro Mundo. Entre poucas exceções, os antigos planos quinqüenais soviéticos. No Brasil, o assunto começa a ser tocado sob a forma de como atingir o Primeiro Mundo. Mas o assunto não é prioritário para a mídia.

Aparentemente haveria, subentendidas, duas fórmulas principais de fazê-lo. Uma, sob modelo capitalista, levando ao desenvolvimento dependente. Outra, sob o modelo socialista (economias asiáticas subdesenvolvidas) de planificação centralizada, levando também a modelo de desenvolvimento dependente.

Numa e noutra, pelo que podemos observar, o período de transformação seria longo. Entre os socialistas, a Revolução Chinesa, que teve início em 1949, e a Revolução Cubana, de 1959, ainda não desaguaram em desenvolvimento, de acordo com a Divisão de Estatística das Nações Unidas. A antiga União Soviética realizou sua revolução industrial de forma inédita, a partir de 1917, seguindo as avenidas do subdesenvolvimento. No entanto, após cerca de 70 anos deu no que está dando, sem facilidade de previsão imediata de futuro.

PARA BRANDT E GORBACHEV, DÍVIDA É CAUSA DA POBREZA NO 3º MUNDO

Encaremos a situação do Terceiro Mundo como um todo, setorial e individualmente em relação a continentes e países.

Os políticos geralmente fogem ao assunto, mas há pelo menos dois depoimentos de estadistas. Willy Brandt e Mikhail Gorbachev consideram a situação dos países subdesenvolvidos gravíssima, insustentável mesmo.

Antigo chanceler da República Federal da Alemanha, Brandt liderou grupo de 18 experts internacionais cujo relatório publicado pelo MIT Press, em 1980, sob o significativo título de "Um Programapara Sobrevivência, estimula ajuda ao Terceiro Mundo de pelo menos quatro bilhões de dólares por ano, durante duas décadas. Entre outros aspectos, o trabalho assinala que as revoluções industriais que ocorreram na Europa e Anglo-América estão agora sendo buscadas para a industrialização da América Latina, Ásia, África e Oceania. Os países subdesenvolvidos têm participação pequena na indústria do mundo, cerca de 9% em 1977. Os países do Terceiro Mundo, agora, com cerca de dois séculos de atraso, estariam correndo principalmente atrás das revoluções industrial e agrícola, da segunda

metade do século XVIII. Assim, o mundo subdesenvolvido teria perdido, grosso modo, os séculos XIX e XX.

Gorbachev, por sua vez, dedica todo um capítulo de sua Perestroika (1977) ao Terceiro Mundo. Os países subdesenvolvidos "constituem um mundo vasto e diversificado, com enormes e complexos problemas". Para ele, o futuro da civilização depende de como se dará o desenvolvimento dessa parte do mundo. A responsabilidade é de todos os países, já que o Terceiro Mundo afeta, de modo cada vez maior e mais significativo, as atividades internacionais como um todo. A pobreza, as condições desumanas de sobrevivência, o analfabetismo, ignorância, a desnutrição, a fome, as taxas alarmantes de mortalidade infantil e as doenças epidêmicas são ainda parte do dia-a-dia das pessoas que vivem nas ex-colônias e nações ainda semicoloniais. Essa é a verdade, por mais amarga que pareça. No começo dos anos 80, a renda per capita de alguns países do Terceiro Mundo era onze vezes menor do que a dos países capitalistas industrializados. Essa distância se amplia cada vez mais. Os países subdesenvolvidos curvam-se ao peso de enorme dívida externa. Somada aos lucros carreados anualmente para fora, a dívida, sempre crescente, aponta para uma realidade indiscutível – a diminuição do ritmo de crescimento, com inegável agravamento dos problemas sociais e econômicos, já altamente preocupantes.

"É evidente que esses países não conseguirão pagar suas dívidas se se mantiverem sob as condições atuais. Caso não se encontre uma solução justa, tudo poderá acontecer. A dívida dos países subdesenvolvimento transformou-se em uma espécie de bomba-relógio, cuja detonação poderá vir a ter resultados imprevisíveis. Como, se a cada dia, se fossem aumentando as forças explosivas de uma convulsão social de tremendo potencial destrutivo.

"Na 8ª Conferência de Chefes de Estado e Governo dos Países Não-Alinhados, em Harare, foi anunciada, com clareza, não deixando margens a dúvidas que "se a corrida armamentista for suspensa e o desarmamento for levado a efeito, sobrarão fundos suficientes para resolver a maior parte dos graves problemas do Terceiro Mundo."

Os depoimentos de Willy Brandt e Gorbachev têm aparentemente como principal denominador comum a alocação das enormes despesas com armamentos em benefício dos desafios substantivos do Terceiro Mundo. Pessoalmente, não acreditamos muito em tal generosidade sem contrapartidas comprometedoras. Brandt diz textualmente:

"As despesas militares aproximam-se

de 450 bilhões de dólares por ano, dos quais mais da metade são gastos pela União Soviética e pelos Estados Unidos, enquanto as despesas anuais de ajudas oficiais somam apenas 20 bilhões. Se somente uma fração do dinheiro, trabalho humano e pesquisa presentemente destinados a fins militares fosse revertida ao desenvolvimento, as perspectivas do Terceiro Mundo haveriam de parecer inteiramente diferentes"[25]

Quanto tempo um país do Terceiro Mundo de economia de mercado como o Brasil, por exemplo, tomaria para romper a barreira do subdesenvolvimento?

Conhecemos duas estimativas, pouco específicas, e ambas passam, à época em que foram admitidas, pelo período de meio século.

1°) "Nos últimos trinta anos o rápido desenvolvimento econômico sobreveio nos subtrópicos; nos próximos 50 anos, com suficiente concentração de esforço internacional na solução de problemas peculiares dos trópicos, poderia explodir verdadeiro crescimento econômico". [26]

2°) O outro depoimento é do atual deputado federal paulista José Serra[27], segundo o qual, "seria ingênuo supor que os mais graves problemas nacionais (subdesenvolvimento?) poderiam ser resolvidos em menos de cinqüenta anos".

Aparentemente, a questão-chave permanece como romper a carapaça, a couraça, a barreira do subdesenvolvimento, abrindo os países hoje dependentes para o desenvolvimento independente.

Aqui, reconhecendo as limitações, arriscamos uma proposta-sugestão, sem qualquer outro objetivo que não seja o de colocar o tema, em geral silencioso, em discussão.

A "solucionática"que nos flui é o humano e o meio trópico-subtropical, com primazia do primeiro sobre o segundo, sem ignorarmos a grande importância do último.

Por tudo isso, estamos apresentando conclusão parcial sobre o assunto que vimos estudando há pelo menos 20 anos (trópicos e subtrópicos e subdesenvolvimento) numa linha básica de proposta, apesar de reconhecermos que se trata de assunto ultracomplexo e polêmico e que os prováveis cami-nhos de solução envolvam praticamente todas as áreas de ciência e tecnologia. No entanto uma proposta, por mais simples e ingênua que seja, pode assumir papel de imã, polarizando discussão e crítica.

Para tanto, gostaríamos de destacar o pensamento do Prof. Miguel Couto[28], que serve como epígrafe do presente estudo, cuja essência procuramos explorar aqui.

A "solucionática" passa em primeiro e principal lugar pelo homem em seu todo, (corpo, mente e espírito) em integração com o meio tropical e subtropical no qual ele

vive. O humano pensa, é consciente, o meio aparentemente não. Daí a atribuída primazia do primeiro sobre o segundo.

Assim, nasce a proposta-sugestão da *Humana Revolução Humana*, na qual humana é, a um tempo, sujeito e predicado do pensamento. A aparente redundância do título visa apenas reforçar e integrar o sentido de humana.

Naturalmente, na raiz da "solucionática" está o humano em sua saúde, em sua educação, em sua cultura, em sua antropotecnia, em sua nutrição e alimentação, em sua habitação, em seu genoma, em sua capacidade de gerar *know why*, de assimilar tecnologias, em sua coragem, em seu ecossistema, em sua antropogeografia, em sua maneira de ser e de estar, em tudo mais substantivo para dominar e ultrapassar as estreitas e difíceis rotas que levam ao desenvolvimento independente, rompendo as barreiras do atraso. No entanto, pretendemos pensar a nossa tese em termos antes antropogênicos que antropocêntricos, dando-lhe efeito de clareza e necessária flexibilidade.

O Japão constitui talvez o exemplo mais expressivo e o mais elucidativo para as nações do Terceiro Mundo. Sob clima predominantemente subtropical e de acentuada pobreza de recursos naturais, foi capaz de realizar autonomamente a sua revolução industrial, rompendo a barreira do subdesenvolvimento e estruturando a civilização industrial independente que aí está aos olhos de todos. Derrotado na II Guerra Mundial, foi ocupado pelos vencedores que lhe fizeram a reforma agrária. O Japão tem representado uma cultura difícil de ser penetrada. E o Império Nipônico aí está hoje, entre as primeiras economias de mercado industrial do planeta. Hoje ouvimos dizer: quem quiser conhecer o século XXI é só ir ao Japão. Mas em 1927 – isso é importante – o notável brasileiro Miguel Couto, baseado na histórica revolução humana (principalmente educacional) que o país asiático estava realizando, predissera o surto de progresso que aquela nação experimentaria, quando o Império àquela época, há pouco mais de cinqüenta anos, vivia ainda em pleno regime feudal. Mas o Japão tem o japonês e pouco mais precisa ser dito. E o Brasil também tem o brasileiro, por que não? Cada país do Terceiro Mundo tem o seu gentílico. Como dizia Foster Dulles, antigo secretário de estado dos EUA: Deus geralmente é generoso em distribuição de talentos; o problema é saber aproveitá-los.

Assim, também as nações do Terceiro Mundo algum dia haverão de realizar a sua *Humana Revolução Humana*, rumo ao desenvolvimento autônomo. O povo é a primeira e essencial matéria-prima de cada

país e sem ele não há nação.

Gostaríamos de poder afirmar que todos os povos desses cerca de 172 países e possessões hoje subdesenvolvidos, têm genoma suficiente para, satisfeitos outros fatores, colocá-los em pleno desenvolvimento econômico. Certamente devem tê-lo, mas temos de esperar a voz mais clara da ciência. No momento, está em andamento um projeto de determinação do genoma humano nos Estados Unidos, ao custo anual de um bilhão de dólares, aproveitando-se o projeto para fazê-lo também de animais produtores de alimento. Assim, dentro de cerca de cinco anos, ao custo estimado de cinco bilhões de dólares, novas informações devem estar disponíveis, por sua vez geradoras de novos conhecimentos. Não temos informações sobre outros projetos similares da Europa ou alhures.

O JECA TATU SIMBOLIZA A TRANSFORMAÇÃO DO CAMPONÊS EM REVOLUCIONÁRIO DA TERRA.

O Brasil, pela condição de maior país subdesenvolvido trópico-subtropical (a China é o maior, mas apresenta apreciável faixa temperada), tem não só nacional como internacionalmente, grandes responsabilidades em relação aos demais países subdesenvolvidos. A este propósito, a política internacional do Brasil tem sido tímida ou mesmo omissa. Aparentemente, a nossa diplomacia ainda não acordou para as dimensões e desdobramentos do assunto. Das responsabilidades que nos cabem, notadamente como povo mestiço que somos.

Naturalmente, estamos procurando fechar uma tese ainda não completamente acabada deixando claro que as condições atuais exibidas pelos povos do Terceiro Mundo de modo nenhum devem levar ao pessimismo, à desesperança, mas a uma mensagem de otimismo conseqüente. Fomos buscar tal expectativa alvissareira na ressurreição do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, quando o escritor paulista, em rica inspiração, afirma que "o Jeca não é assim: está assim" abrindo perspectivas para a transformação do camponês vencido pela doença, pelo desânimo do homem para o qual nada pagava pena, em ágil revolucionário da terra. Jeca Tatu é o nome e símbolo do cabloco do interior do Brasil.

Naturalmente podemos dizer: Minas Gerais não é assim, está assim. O Brasil não é assim: está assim. A Universidade não é assim: está assim. O Terceiro Mundo não é assim: está assim. A produção e a produtividade em ciências agrárias do Terceiro

Mundo não são assim: estão assim, e assim por diante.

Tal como existem miríades de "jecas-tatus" no Brasil, há os equivalentes dispersos pelos países que também ainda não venceram as barreiras do atraso. A nossa revolução, simbolicamente, teria de começar pela ressurreição do "Jeca", representante da mais numerosa e sofrida parte da população brasileira.

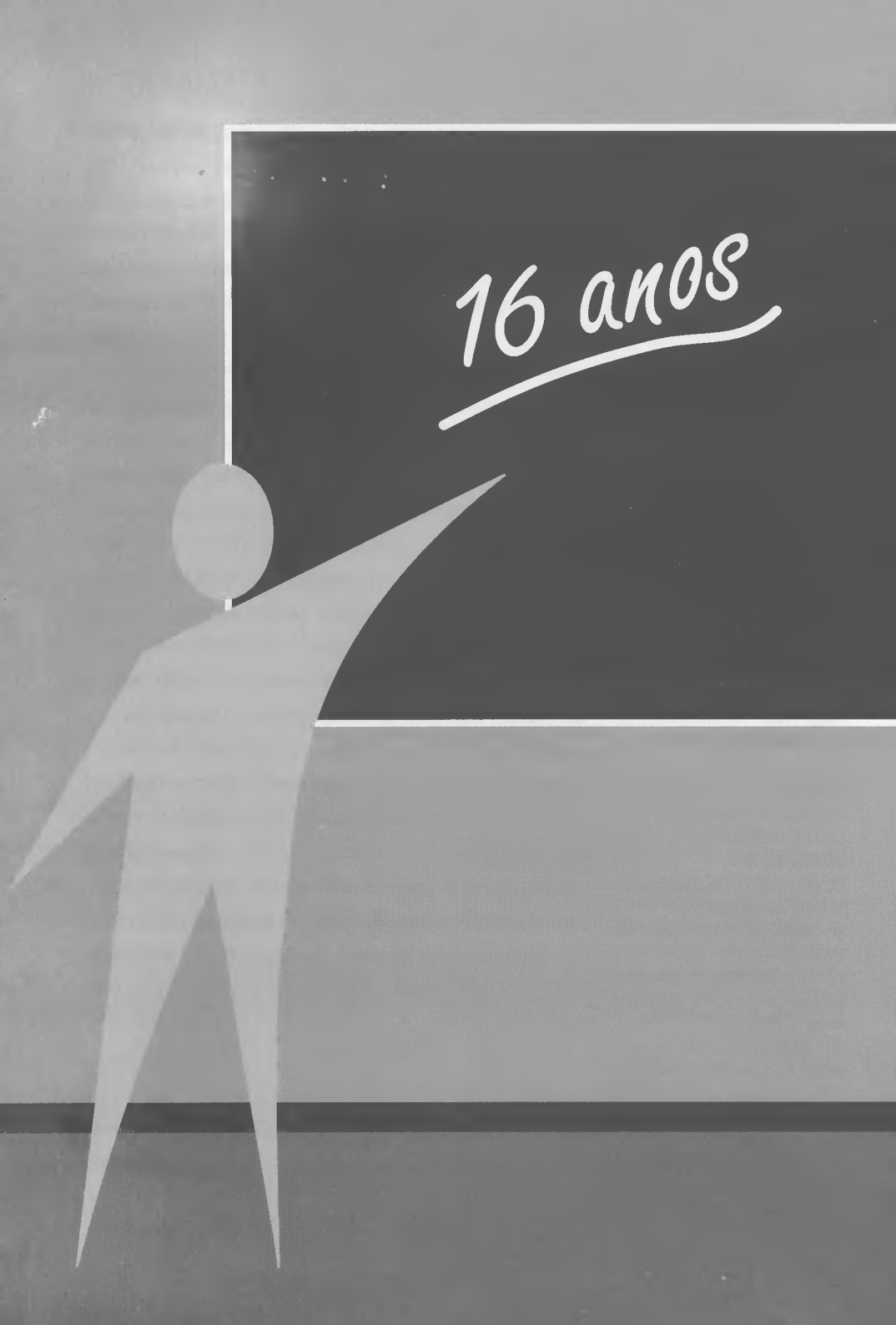
Vivemos provavelmente o ocaso de nossa vida de professor. Quase como obsessão, em dedicação exclusiva, entusiasmamo-nos e ansiamo-nos pelos desafios do Terceiro Mundo, especialmente do Brasil. Até certo ponto, é natural acharmos que nossos projetos de ensino, pesquisa e extensão devam ser orientados, nas universidades e instituições, sobretudo no sentido de nosso desenvolvimento, o maior desafio. Não só a produção animal, mas todas as áreas de conhecimento cabem dentro do assunto. Todos elas começam e caminham com o desempenho humano. Buscamos a "humana revolução humana" em produção e produtividade animais. A produção e a produtividade animais a serviço da "humana revolução humana". Buscamos a "humana revolução" pelo desenvolvimento e o desenvolvimento pela "humana revolução humana".

Naturalmente, haveria várias maneiras de desenvolvê-la. Respeitada a autonomia de cada nação, preferiríamos seqüenciá-la em moldes democráticos e metodologias incruentas.

NOTAS

1 – Statistical Yearbook, 1992.
2 – FAO, 1991.
3 – Enciclopédia Barsa, 1965.
4 – VARGAS, J. I. "Como curar esse porre." AFINAL, nº 178, 1988.
5 – Enciclopédia Mirador, 1977.
6 – BRUNNER, H.S. *Land-Grant Colleges and Universities - 1862-1962.* 1962.
7 – VIANA, J.A.C., *et alii.* "Razões e sugestões para a transformação da atual Escola Superior de Agricultura de Viçosa em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais." MINAS GERAIS, 1948.
8 – VIANA, J.A.C. *Considerações sobre ensino universitário de engenharia, agronomia, veterinária e ciências domésticas (razões e sugestões para o seu desenvolvimento associado às pesquisas e extensão no Brasil).* 1950.
9 – BRUNNER, *op.cit.*,1962.
10 – BENCHETRIT, M et alii. *Géographie zonale des régions chaudes.* 1971.
11 – GUIA do Terceiro Mundo, 1989/1990.
12 – HARRISON,L.E. *Subdesenvolvimento é um estado de espírito: a questão latino-americana.* 1985

13 – CLARK, C. *Les conditions du progrèss économique*. 1960.
14 – MCDOWELL, R.E. *Improvement of livestock production in warm climates*. 1972.
15 – idem, ibidem.
16 – BONSMA, J.C., 1958. *Apud* MCDOWELL,1972.
17 – MCDOWELL, *op. cit.*
18 – FAO Trade Yearbook, 1991.
19 – MYRDAL, G. *Subdesenvolvimento*. 1970.
20 – GALBRAITH, J.K. *A era da incerteza*. 1982.
21– TREWARTHA, G.T. *An introduction to climate*. 1968.
22 – LE DANOIS, Ed. *Le Rythme Des Climats*. 1950.
23 – CLARK, C. *Les conditions du progrèss économique*. 1960.
24 – Dario, jogador de futebol, em VEJA, edição 1311, 1993.
25 – GORBACHEV, M. *Perestroika - Novas idéias para o meu país e o mundo*. 1987.
26 – KAMARCK, A.M. *The tropics and the economic development*. 1976.
27 – SERRA J. "Existe uma saída." VEJA, 30, 1990.
28 – COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. 1927.


16 anos

Documento

MESA-REDONDA: APUBH, 16 ANOS. BALANÇO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

Caminhos promoveu nos dias 15 e 22 de outubro de 1993 mesa-redonda com a presença de ex-dirigentes e atuais diretores da Apubh-UFMG e Seção Sindical da Andes-SN, a fim de colher dos participantes depoimentos sobre a entidade que dirigiram e uma reflexão coletiva sobre o Movimento Docente (MD) na UFMG.

Conforme registrado no convite formulado aos debatedores, a cada um foi solicitado: 1°) identificação, função e papel exercido na época em que participou da diretoria da entidade; 2°) análise de como eram a Apubh e o MD naquela época e como são vistos hoje; 3°) uma reflexão sobre o tema "Para onde caminha o MD e para onde deve caminhar a Apubh?"

Todas as falas foram gravadas em vídeo. Neste número, *Caminhos* reproduz os dois debates, fazendo assim o primeiro registro histórico da entidade, através do depoimento de seus dirigentes. As falas são conservadas em sua integridade, respeitando-se a espontaneidade de seus autores. Entretanto, antes da publicação, foram enviadas cópias a cada um, a fim de que procedessem à revisão ou mesmo a possíveis retificações.

Na primeira sessão, dia 15/10/93, depois de expostos os objetivos da mesa-redonda, cada um dos presentes fez sua apresentação e falou da Apubh daquela época e a comparou com a atual.

José Henriques Maia Filho *(Tostão)* – Fui vice-presidente nas gestões 87-89 e 89-91; nas três últimas semanas do 2° mandato fui o presidente. Por motivos óbvios prefiro que o resumo das duas gestões seja feito pelo Prof. Elias, que foi o presidente.

Edgar Pontes de Magalhães – Fui presidente em 79 e parte de 80, o terceiro presidente eleito da Apubh. Antes de mim presidiu a entidade o Prof. Fábio Wanderley Reis – 1° presidente que exerceu o mandato provisoriamente. O segundo presidente foi o Prof. João Machado Borges Neto. A época da minha gestão, ainda no bojo da fundação de nossa associação, foi a da luta pela anistia. O primeiro congresso nacional de que participamos foi em São Paulo, onde com a Anistia colocaram-se grandes temas. Estávamos começando a pensar, a estruturar os temas. A pauta consistia no sistema político e tudo girava em torno dum fulcro comum: sermos contra a repressão. Tal era o tom das discussões. Depois vinham questões de política universitária: democratização, abertura de concurso (esta era uma questão de extrema importância), o problema dos professores colaboradores, até a questão salarial já estava em pauta. A ordem de importância era: da política mais global, passando para a política universitária e terminando nas questões de interesses mais imediatos, de natureza econômica. Esta foi a época em que foi deflagrada a primeira greve de professores: a do boicote ao vestibular.

Carlos Afonso Rego – Foi o primero movimento de resistência, vamos dizer assim, por questão salarial. Participei desta gestão e lembro que o boicote ao vestibular ocorreu no final de 80.

Délcio Vieira Salomon (*coordenador*) – Nesta época também, foi possível debater, para depois recusar, os célebres pacotes do MEC, como o da transformação das universidades autárquicas em fundações, o da direção das universidades e das unidades, o projeto de carreira docente?

Elias Antônio Jorge – Isso já foi no ano seguinte. Em 79 parece que a greve que tivemos foi de solidariedade às professoras primárias do Estado. Mais do que greve foi um dia apenas de paralisação.

Edgar Pontes de Magalhães – Bem; não foi nem greve, foi um dia de paralisação. Em nossa gestão não houve greve propriamente dita. O movimento mais acirrado foi o do boicote. A Guida deve lembrar.

Margarida Luiza de Matos Vieira (*Guida*) – Foi em 79, pois em 80 veio a

greve que foi em parte resultado do boicote ao vestibular.

Edgar Pontes de Magalhães – A primeira greve foi em outubro/novembro de 80. Não estava mais na direção da Apubh. O importante para ser guardado, acho que marcou muito minha visão do MD, é essa ordem de hierarquia dentro do movimento. Isso vai acarretar conseqüências mais à frente. Acho que para entender o movimento temos que voltar a esse ponto, depois ver em relação a ele como as coisas evoluíram.

Carlos Afonso Rego – Fui 1° vice-presidente nesse período em que o Edgar presidiu a Apubh: 79-80. O resumo já foi feito e eu o subscrevo.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Fui da primeira diretoria eleita – a do João Machado – e depois fui presidente da Apubh em 80, sucedendo à gestão do Edgar. Quanto às questões de gestão vou falar rapidamente. Nós começamos justamente com um trabalho de recomposição da Apubh, porque o boicote ao vestibular provocou uma cisão muito grande. Então, o primeiro trabalho nosso foi justamente ir de unidade em unidade, de departamento em departamento, conversar sobre o trabalho da Apubh e recompor a entidade. Acho que isto foi básico, ao lado de uma discussão nacional na época (mesmo porque ainda não tínhamos a Andes). Tínhamos um Conselho Nacional de ADs, em que a discussão – o Edgar deve se lembrar – era se nós mandaríamos ou não para essa assembléia a proposta de greve, pois naquela época não se imaginava o professor universitário fazendo greve. E aí acabou ganhando esta posição e em novembro saiu a primeira greve do MD. Eu estava de licença da diretoria (minha filha mais nova nasceu em outubro). Mas acho que uma das características básicas que a gente desenvolveu e que era da diretoria da época foi primeiro uma convivência interna da diretoria, que era excelente. Nós tínhamos pessoas de vários partidos políticos e na época havia conflito partidário muito grande e conseguimos ter uma excelente convivência, pois o objetivo básico era cumprir as decisões do MD. Então as questões partidárias ficavam para discussão posterior. Um segundo elemento essencial era a decisão basicamente a partir da maioria dos professores. Isso é fundamental, porque qualquer decisão a gente sempre buscava na assembléia e até perdemos propostas da diretoria em assembléia. Acho que isso foi um elemento importante nessa gestão. Em terceiro lugar, nós sempre achamos que esses três objetivos da Apubh têm que ser integrados. É claro que em alguns momentos um toma mais destaque, outro menos. Mas a questão da defesa dos

interesses e dos direitos dos professores, a questão da qualidade do ensino e a questão da democracia na Universidade e na sociedade, penso que esses três elementos fazem parte da história da Apubh. Isso ocorreu de forma diferenciada em alguns momentos, em que se salientou mais um ou outro aspecto, mas uma preocupação nossa foi sempre tentar dar espaço para que esses três objetivos pudessem ser levados à frente.

Carlos Afonso Rego – Talvez seja importante lembrar algo que foi comum nas duas gestões: o Conselho de Representantes funcionava muito. Havia realmente um conselho de unidades. Os representantes das unidades participavam de reuniões, havia mobilização em torno da entidade, que era muito presente. Tínhamos reuniões dos conselhos com um número relativamente grande de pessoas presentes. Isso ocorreu tanto na nossa gestão como na da Guida.

Margarida Luiza de Matos Vieira - Quero reforçar esse ponto, porque acho que o Conselho não pode ser pensado burocraticamente. Às vezes até havia conselheiros que não apareciam. Comunicávamos às unidades: "vejam, os seus conselheiros não estão aparecendo". O resultado era que os professores faziam que seus representantes trabalhassem ou então eram substituídos com nova eleição. Não se pode ter essa visão burocrática de que só se pode fazer eleição do Conselho daqui a não sei quantos anos etc. Acho que um Conselho de Representantes é essencial, ao lado da assembléia e da diretoria.

Luiz Pompeu de Campos - Pertenci à direção da Apubh de 83 a 85. Nossa gestão foi num período de muita efervescência política no Brasil. Poderia resumir rapidamente assim: em termos da associação, nós recebemos na época uma entidade já com um mínimo de infra-estrutura material. No período do Edgar e no anterior não se tinha sede; a cobrança da mensalidade era feita de porta em porta, nos departamentos. Era uma dificuldade muito grande. Nesse período nós já tínhamos uma pequena sala na Escola de Direito, onde funcionava a diretoria e daí nós tivemos condições de começar a implantar a infra-estrutura física e material um pouco mais organizada. Acredito que a gente conseguiu criar o setor de comunicação que a diretoria considerava fundamental. Tínhamos um jornalista contratado conforme manda o figurino, ou seja, de acordo com o sindicato dos jornalistas; tínhamos uma secretária e conseguimos adquirir o primeiro telefone: coisas desse tipo que davam sustentação para o movimento. Depois a gente pode detalhar um pouco mais. O período nosso é o que pegou o governo Figueiredo, Tancredo no governo de Minas e o período inicial de Sarney. Foi

uma fase em que na sociedade tivemos a luta pelas Diretas e eleição direta para presidente. De uma maneira geral, isso, sob o ponto de vista político mais amplo e do ponto de vista da formação, da estruturação do movimento sindical. Foi exatamente quando tivemos o 1º Congresso das Classes dos Trabalhadores, o grande racha que foi determinado pelas posições político-partidárias dos diversos partidos que já começavam dentro do processo de abertura democrática, de conquista dessas prerrogativas. O PT, o PC do B, o PCB, todos os partidos envolvidos e que se dividiram inicialmente em uma proposta de formação de um movimento único, de uma central sindical única e que acabou dando o racha da CUT e da CGT. Então, na época, participamos ativamente desse movimento. Tanto do Congresso, do Conclat, da criação da CUT e depois da CGT. Foi um movimento, segundo penso, de quebra da visão muito fechada da Universidade. O professor universitário via aquela discussão: "professor é trabalhador, não é trabalhador". Discussão que se fazia muito nas assembléias naquele momento. Acho que na época passamos por dois momentos: o da dificuldade de mobilização, como foi colocado a respeito dos Conselhos de Representantes e que nós recuperamos, inclusive, com modificação dentro desse período da própria diretoria executiva. Nós conseguimos através do Conselho substituir diretores eleitos por diretores escolhidos pelo próprio Conselho. Assim foi possível depois fazer a diretoria funcionar. Deste modo conseguimos viver os 84 dias de greve em 84. Veio, então, o segundo momento: o do movimento, em que a meu ver se conseguiu a maior mobilização dos professores em torno dos problemas da Universidade; fazê-la ir para as ruas e tudo o mais. A revista *Os Caminhos* da gestão anterior vinga realmente nesse período e se transforma em *Novos Caminhos*. A idéia foi do Roberto Martins – presidente anterior – que editou o primeiro e único número. Retomamos a idéia e sob o título *Novos Caminhos* foram lançados cinco ou seis números. Hoje é a nossa *Caminhos*, com publicação regular e com porte realmente de revista com artigos acadêmicos dignos do MD. Enfim, o que posso falar dessa época, em síntese, é isso.

"ENTRE 83 E 85 VIVÍAMOS A LUTA PELAS DIRETAS E A ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL"

Délcio Vieira Salomon – Foi em sua gestão que a Andes se transformou em

Sindicato Nacional?

Luiz Pompeu de Campos – Não. É posterior. A Andes se transformou em Sindicato Nacional depois, em 85. Eu fui para a diretoria executiva da Andes, na vice-presidência. Nesse período, exatamente logo depois da Constituição, é que houve a transformação em Sindicato Nacional. Foi no final da nossa gestão, com o Newton Lima Neto na presidência, que se iniciou e se corporificou o processo, mas oficialmente a Andes virou Sindicato Nacional no início da gestão seguinte.

Elias Antônio Jorge – Sou um dos raros filiados-fundadores da Apubh pela Universidade Católica. Na época era professor das duas: UFMG e UCMG (mais tarde PUC-MG). A Apubh recebeu este nome justamente porque pensávamos em reunir numa só associação todos os professores universitários de Belo Horizonte. Depois vim a ser presidente em duas gestões seguidas: 87-89 e 90-91 (tendo havido alguns meses de prorrogação no segundo mandato, por impossibilidade de eleição devido à longa greve de 91). Na primeira gestão inverteu-se, de certa forma, o grau de proletarização salarial: o professor já não tinha mais nenhuma dúvida se era trabalhador ou não. O nível de salário tinha caído de forma tão assustadora que só veio a sofrer uma certa oxigenação com a isonomia em 87, que durou relativamente pouco. Durou até outubro a lua-de-mel com o salário recebido. Com o fim da greve estabeleceu-se a continuidade da negociação com o governo federal. Fui, inclusive, coordenador da negociação nacional do Plano de Carreira. Passamos praticamente seis meses em Brasília, num processo de negociação permanente e a Apubh foi uma das entidades mais presentes ao longo desse processo inteiro. Coincidentemente era o ano em que estava se deslanchando a Constituinte. A Apubh teve oportunidade de fazer nessa gestão de 87-89 uma bela mobilização com a greve. Mas logo em seguida houve um descenso. Da diretoria eleita, de repente só se reuniam três diretores, pois os demais, por problemas pessoais, se afastaram. Apesar desse descompasso, conseguimos manter a Apubh viva e se reestruturando. Lembro-me de que na assembléia final da greve de 87, nem o Maurício nem eu éramos diretores da Apubh, nem pretendíamos ser, mas nós é que fomos para a assembléia da Medicina recompor a contribuição para a Apubh, pois a Apubh estava devendo à Andes. No final da greve, todos estavam devendo, porque tinha-se parado de reajustar os valores mensais das contribuições e por uma proposta minha e do Maurício, a diretoria da Apubh pretendia na época fixar em 30 cruzeiros e se conseguiu elevar para 100 e logo depois, em função da necessidade de

continuar a negociação, passamos para 200 cruzeiros. Assim a Apubh passou a respirar, do ponto de vista de sua viabilidade de acompanhar o processo constituinte e a negociação. O destaque importante nessa fase de 87 a 89, é que a gente conseguiu fazer um acompanhamento semanal do processo constituinte, ocasião em que se editou o jornal chamado *Luneta* – um semanário que, a partir de determinado momento, tinha como responsáveis por sua publicação a Apubh, a Assufemg e o DCE. Tivemos oportunidade, inclusive, de propor emendas à Constituição Mineira, já depois da fase da Constituição Federal. Então, retomando aquilo que o Edgar tinha destacado: o surgimento da Apubh como protesto contra a violência do Estado – tendo como segunda preocupação a política universitária e só e em última instância na escala de prioridades vinha a questão corporativa salarial. Já no nosso momento era prioridade a questão do salário. Verba era um apêndice. Foi colocada na greve de 87 e a gente conseguiu a primeira conquista de "compromisso do governo" com relação à verba e se pôde fazer então uma intervenção política mais global no campo da educação, já na Constituinte. Mas do ponto de vista da questão da política universitária, da política interna da Universidade, a intervenção da Apubh foi frágil. Chamaria de primeira manifestação de cansaço do MD, esse período de 87 a 89. Coincidentemente parece que o movimento tomou a decisão de, a partir de 85, passar os anos pares tentando descobrir novas formas de luta e nos ímpares sistematicamente encontra como sua única forma de luta a greve. Tem sido assim desde 1985, quando houve a grande greve das fundações que gerou o seu Plano de Carreira que deu origem ao plano de carreira da isonomia. Isso no que respeita à primeira gestão nossa, eu chamaria de uma gestão de sobrevivência. A segunda gestão (89 a 91), pegamos a greve de 89 que foi basicamente fundada na questão salarial – pois o salário estava muito degenerado, visto que as conquistas foram diluídas. A greve de 89 foi muito complicada. Teve contornos muito diferentes de todas as outras greves. A gente tinha organização de comando nos vários lugares e entretanto, em 89, praticamente só se tinha o comando central, quer dizer, não havia comando de unidade e a greve foi sendo tocada dessa maneira. Aí aconteceu um fato interessante: a greve foi fraca e o movimento saiu fortalecido dela. Tanto que houve o que julgo um fato inédito, pois jamais vai se repetir, lamentavelmente: conseguimos passar a gestão de 89 a 91 com todos os diretores, inclusive os dois suplentes se reunindo todas as segundas-feiras, sem nenhuma exceção: absolutamente inédito e é verdade!

Este caso merece um estudo sociológico à parte: a persistência das pessoas no período 89-91. Bem, para terminar o relato da gestão 87-89: o Maurício, junto com a Beatriz e Marcos Goursand eram três diretores honorários, porque ninguém fazia questão de cargo. Voltando ao período 89-91, a gente introduziu nessa época um negócio que considero muito importante: foi passar a levar o vídeo para as assembléias. As nossas assembléias têm registro de como o processo de discussão se deu. Ninguém pode falar em manipulação: se falar, tem que ir lá, pegar o vídeo e mostrar. Também nas assembléias houve pai de aluno ou o próprio aluno falando. O momento em que o movimento tinha vida era o de greve. Depois da greve, sumia. Foi nesse período também que se retomou a reedição da revista *Caminhos*, com um padrão de qualidade importantíssimo. Bem, foi um "timaço" essa gestão de 90-91. Acabamos tendo os dois mandatos prorrogados, em função das greves. Terminava o mandato em período de greve, tanto que o 2° mandato começou em julho e na seqüência acabou em dezembro de 91. A gente enfrentou a greve de 91, que a UFMG puxou quinze dias antes que o Comando Nacional. Foi a greve mais longa de que se tem notícia no país, uma greve de 124 dias – acho que nenhuma outra categoria fez desse tamanho – mas o movimento aí se manifestou clara e extremamente cansado. A exaustão, acho que em 91, ficou bem caracterizada. Chegamos até a fazer, acho que em maio, um pouco antes da greve – em abril talvez – um seminário do MD para estudar o que estava acontecendo; foi feito ainda lá no subsolo da Fafich, depois a gente foi fazer uma reunião no Taquaril.

Délcio Vieira Salomon – Se não me engano, entre a greve de 89, que terminou no final do ano, e a greve de 91, que começou em maio, é que se deu este período a que você se referiu, de arrefecimento do MD, o que provocou posteriormente o seminário e a reunião do Taquaril. Nesse tempo me lembro de que você sugeria convocar as assembléias com faixas do tipo: "A Apubh vai acabar!" Faixas provocativas...

Elias Antônio Jorge – Isso: "A Apubh vai acabar!" Tínhamos que fazer faixas do tipo "a vaca vai pro brejo" – e nas semanas seguintes: "a vaca chegou ao brejo", "a vaca entrou no brejo", "a vaca está atolando"... Era essa a seqüência. Chegamos a ter assembléias com menos gente que havia na reunião de diretoria, assembléias de dez pessoas e aí a gente fazia a provocação e na próxima só havia cinco. Foi um processo muito complicado. Estou falando de um período global de quatro anos e meio em que a gente esteve tocando a entidade. Mas esta acabou saindo estruturada, do ponto de vista

da sua capacidade operacional. A Apubh certamente foi a entidade que mais participou do MD em nível nacional, quer dizer, semanalmente a gente tinha gente em Brasília. Nas greves nós conseguimos manter sempre dois ou três companheiros do comando de greve e havia inclusive uma sistemática de formação de quadro: ia sempre um companheiro sem experiência com outro que já era velho de guerra, para poder manter aquela história de passar o bastão. Acho que se conseguiu talvez forçar muito a mão na direção da reivindicação econômica. Isso acabou caracterizando bastante essas duas gestões da Apubh. A preocupação com a questão da sobrevivência em detrimento da questão política mais geral. Aí eu acho que não dá para se aprofundar mais, porque na verdade muitas pessoas buscaram outros caminhos de participação política que já não era mais através do MD. Depois a gente aprofunda um pouco isso.

"CONTRA A ANDES, BUSCAMOS UMA SOLUÇÃO JURÍDICA QUE MANTEVE NOSSA AUTONOMIA"

José Maurício Machado da Silva – Sou da gestão atual (dezembro de 91 a dezembro de 93), cujo mandato está terminando. Vou falar e depois o Délcio, que é nosso 1º vice-presidente complementa. Nós pegamos essa gestão da Apubh com uma crise muito grande, gerada em função de uma briga com a Andes. Uma briga por termos criado aqui uma "associação sindical", já na gestão do Elias. O estatuto da Andes não permite a filiação de associação sindical, apenas associação de docentes e/ou associação profissional ou seções sindicais. Brigamos muito em torno disso. A coisa ficou preta mesmo e tomou muito de nosso tempo. Gastamos muita energia e grande parte de nossa gestão nessa luta. Acabamos dando uma solução que, certamente, foi a melhor: manter a associação antiga – a Apubh – como associação profissional dos docentes da UFMG e paralelamente criamos a Apubh-Seção Sindical da Andes e as duas entidades apenas juridicamente separadas, mas na prática e politicamente fundidas numa só, com o objetivo de manter de fato nossa autonomia, não só no âmbito da Andes (isso o estatuto da Andes garante), mas tambem extra-muros andinos, quer dizer, em questões que envolvem terceiros. A Apubh - a antiga que virou associação profissional - tem seu patrimônio, todo tipo de autonomia, nada tem a ver com a Andes. Claro que as duas entidades têm os mesmos sócios, os mesmos diretores, o mesmo

Conselho de Representantes, a mesma sede. Agora, o patrimônio é da Apubh-UFMG. Já a seção sindical não tem patrimônio. Uma coisa que caracteriza nossa gestão também é que a formação da diretoria foi feita com pessoas que não tinham no seu todo identidade comum. Alguns sim, outros não, mas na verdade foi a chapa possível depois da frustração de uma chapa já montada ter-se desmoronado, por causa de alguns problemas no momento de compor os nomes. Parece que agora está ocorrendo algo semelhante. Temos comentado que teria sido bom se tivéssemos duas chapas, com propostas distintas, mas já convocamos amplamente uma reunião aqui e apareceram pouquíssimas pessoas e percebemos que mal mal se formará uma chapa. Quanto à nossa gestão, diria que tivemos muitos problemas políticos e sindicais que tomaram muito o nosso tempo. Começaria por lembrar a emenda constitucional PEC-56B, que aparentemente daria autonomia à Universidade, mas no fundo iria destruir a Universidade pública: deu-nos um bom trabalho. Aliás foi a única vez que fizemos um evento, tivemos um debate com cerca de 200 a 300 pessoas na Reitoria. Um outro assunto que me envolveu muito pessoalmente, pois tive de me dedicar bastante a ele, por considerá-lo muito importante, foi o da Lei das Patentes. Muitos não vêem que ela tem a ver com a Universidade, mas tem e muito. Sobretudo para o país, pois pode passar no Congresso uma lei de patentes extremamente entreguista que impossibilitaria o progresso científico brasileiro quase totalmente. No nosso programa tinhamo-nos proposto resolver o problema da sede da Apubh: não conseguimos fazer de maneira definitiva, porque a proposta da Reitoria para a cessão do lote em regime de comodato, a gente considerou que era um tanto leonina. A Apubh construiria a sede própria e depois de vinte anos a edificação passaria a incorporar o patrimônio da Universidade. Claro que não haveria muito problema, porque nesses 20 anos a situação poderia mudar, mas por questão de princípio, a gente resolveu, após debate intenso aqui na diretoria e em AG não aceitar esta proposta. Assim, acabamos comprando esta sede aqui na Rua Artur Itabirano. Mas esta, juntamente com a questão de corte de ponto numa das greves, foram as duas únicas rusgas que tivemos com a reitora. Outra coisa que cumprimos foi a informatização da Apubh. Já adquirimos um equipamento e brevemente teremos aqui três computadores. Muito interessante é um programa que tem sido desenvolvido principalmente pelo Ado e Délcio – claro que também ajudo no que posso, mas é coisa mais deles – e se trata de uma feira de computação que vai ocorrer

agora neste final de ano, onde os professores, além de ter todos os equipamentos de diversos fabricantes, principalmente estrangeiros, à mostra, poderão usar a Lei 8.010 para comprar o de seu interesse para uso em pesquisa-ensino-extensão com uma linha de crédito que vai possibilitar que se pague em dólar, em até 24 meses, a uma taxa anual de juros de 5,6 %, ou seja, abaixo da *libor*. Parece que vai ser algo bem interessante, uma atividade típica da associação profissional, mais do que da Seção Sindical. Tivemos duas greves frustradas: uma exatamente na época do impeachment do Collor, quando havia uma ameaça nacional de greve, através da Andes, e por ela comandada, que acabou sendo adiada. Quase que a UFMG sozinha deflagra esta greve no dia do *impeachment*. Lembro-me de que não foi fácil segurar muitos companheiros nossos que queriam entrar em greve isoladamente da Andes. Este ano tivemos mais uma greve frustrada na UFMG. Foi deflagrada, mas de fato não ocorreu. Acabou antes de nascer. Quanto à greve, há uma coisa que me chama muito a atenção. Não é específica desta gestão. A greve de 84 foi uma grande greve, em que a gente fez um movimento bonito, saímos para a rua, junto com outras categorias da Universidade e fora da Universidade, pessoal de saúde, etc. Em 87 tivemos uma greve mais mobilizada. Mas nas outras greves me parece que começou uma coisa que tenho chamado de greve automática. As pessoas, de fato, até param as aulas, como em 89, quando a maioria dos professores parou as aulas, mas só isso, pois foram passear ou trabalhar nos seus projetos, pois acham que basta isso e que automaticamente a coisa se resolverá. É verdade que em 89 tivemos alguns ganhos, mas o fato é que esse tipo de greve me parece não vai ter muita chance de acontecer mais, porque o desgaste da reposição de aulas tem sido terrível. Um outro grande problema que tem havido e não é só desta nossa gestão, mas que noto vem acontecendo há muito, é o da pouca participação da UFMG no MD, através da Apubh ou não. Aliás, a participação é pequena na UFMG ultimamente em tudo. Nos debates para reitor, qualquer tipo de programação que se propõe corre o risco de esvaziar-se. Se se trouxer aqui o Caetano Veloso, é capaz de poucos professores virem. A gente faz festa aqui de lançamento de revista, inauguração da nova sede, aparecem 50 pessoas. Esse é um problema sério e acho que temos problemas que não se resolverão facilmente. Esse, da pouca participação, é o principal deles. Vejam: o Conselho não funciona, já não funcionava na gestão anterior. Apareciam pouquíssimas pessoas. O Conselho talvez tenha decaído mais ainda, porque no início de nossa gestão

ninguém agüentava mais as brigas com a Andes. Por outro, lado tivemos conflitos internos, muitos relacionados com as tentativas de solução que se queria dar ao *affair* com a Andes. Por isso é que disse que ficamos quase um ano de gestão desgastados para resolver esta questão. Nós trabalhamos a questão da seguridade. Somos co-criadores da Casu, com o que marcamos uma posição muito diferente da Andes. A Andes e a Fasubra querem que os servidores públicos tenham assistência médica através do SUS, para fortalecer o SUS. Nós aqui temos uma posição de querermos fortalecê-lo sim, mas queremos um sistema específico de saúde para o servidor público, que seja de ótima qualidade. Defendemos a universalidade do atendimento médico para a população brasileira, mas consideramos que não é preciso passar fome para lutar contra a fome, não ter terra para lutar a favor da reforma agrária. Queremos uma assistência de boa qualidade, sem prejuízo da nossa luta que já vem de há muito tempo. Outro grande problema, cuja discussão nos tem ocupado é o do Plano de Carreira. Aliás, por ter vindo de muito tempo atrás, está ficando uma questão histórica dentro da Andes. Pelo menos há três anos que se discute isso e não se chega a uma solução. A versão "vitoriosa" é a de que a carreira seja construída em função da titulação e por esta estruturada. Sou plenamente favorável e alguns de nós aqui desta diretoria também. Temos discutido o DPC para os SPFs, pois a partir daí teríamos o nosso plano de carreira específico. Vocês sabem que nós não temos um plano de carreira. Temos o PUCRCE que é o Plano de Cargos e Salários e alguma coisinha de carreira. Algumas coisas que a gente incrementou bastante também foi a das ações jurídicas. No ano passado vivemos um processo muito interessante para entrar com ações jurídicas. Achamos que não devia ser por substituição processual, por isso enviamos para todos os filiados da Apubh questionários, procurações, de maneira que bastava o associado devolver à Apubh, pelo malote ou pelo correio, nós fazíamos o reconhecimento da firma dele em cartório, e os professores pouco tinham que fazer para o ingresso em juízo. Mesmo assim, um terço dos sócios apenas é que entrou nessas ações propostas. Só queria observar mais uma coisa de já algum tempo. Fui da última gestão do Elias e antes, como ele disse, fui um agregado da diretoria. Naquela época a Apubh começou a cobrar a contribuição sindical das bases e em algumas greves também cobramos. Inclusive, passamos a cobrar desde a gestão anterior, de forma diferenciada: em janeiro 5% dos não-sócios e 2% dos sócios. Houve resistência muito grande, mas já acabou. Vários tentaram entrar até com

ação jurídica, como um grupo da Escola de Direito e da Física. Implementamos também a mensalidade de 1% não sobre o total da remuneração, mas quase sobre o total dela. Isso significa hoje que a Apubh tem uma situação financeira excelente e infelizmente muito dinheiro e pouca participação. Se pudéssemos escolher, nós preferiríamos ter menos dinheiro e muito mais participação. A gente trocava. Nós mantivemos a revista *Caminhos*. Ficou até este ano sob os cuidados do Humberto e do Giroletti e hoje do Délcio, que é o presidente do Conselho Editorial. Mantivemos o Informativo e o Boletim. Para terminar, quero dizer que atualmente estamos trabalhando a questão da Revisão Constitucional, pois consideramos da maior importância. Talvez, o fato político, depois do *impeachment*, mais importante para o país durante nossa gestão. Finalizando, quero citar problemas que tivemos com o seguro. Tínhamos um convênio com determinada seguradora. Por causa de várias irregularidades, cortamos o convênio e passamos para outra companhia. Houve também o problema do FGTS que ocorreu com o saque pela Assufemg no início e que acabou passando para o Sind-Ifes à revelia dos professores e servidores. Hoje sabemos que foi algo absolutamente ilegal. Se fosse legal, mesmo assim teria várias irregularidades e nós estamos com advogado para cuidar dessa questão. Poderíamos entrar em detalhe depois, se alguém assim o desejar.

" A APUBH VAI BEM. MAS PREFERIRÍAMOS MENOS DINHEIRO E MUITO MAIS PARTICIPAÇÃO"

Délcio Vieira Salomon – Como o Maurício, no início de sua fala, disse que eu poderia completar seu relato, tomo a liberdade apenas para esclarecer um pequeno detalhe e talvez até retificar o que ele disse quanto ao *affair* Andes-Apubh. O antigo estatuto da Andes, antes de ser Sindicato Nacional, possibilitava dois tipos de filiados e associados: o professor, pessoa física, e a AD, pessoa jurídica. No novo estatuto, o da Andes-SN, só é filiado o professor, que se associa através da seção sindical. Não há mais lugar para a AD, pessoa jurídica. As ADs que não se converteram em seções sindicais, através das disposições transitórias, tiveram seus prazos para se transformar. Poucas resistiram, entre as quais a Apubh, juntamente com a da UFRJ. Era só este detalhe, porque o Maurício deu a entender que pelo estatuto a Andes não permite a filiação de associação sindical, mas sim de associação docente ou profissional. É

curioso, porque tanto a Andes como as ADs conservam o nome de raiz "associação docente", AD (inclusive no nome Conad). Mas, como defendem os diretores da Andes, a sigla é só fantasia. Não poderia também deixar de registrar um dado que julgo relevante na questão do SUS, aludida pelo Maurício, quando ele defende o SUS e ao mesmo tempo o atendimento específico para o servidor público. Para corroborar sua tese trago o argumento histórico: no tempo em que a Previdência era mantida através dos institutos de previdência, os servidores públicos federais tinham o Ipase: enquanto existiu era o melhor sistema de assistência à saúde do servidor. A mania de centralização dos governos militares – tipicamente ditatorial – acabou com os institutos. Não seria o caso de rever a centralização, a unificação, no bojo da discussão sobre o SUS e da chamada falência da Previdência? Mas a razão principal de minha intervenção é como coordenador dessa mesa-redonda: o Maurício foi o último dos presentes a falar e assim encerra-se a primeira fase, de identificação e do relatório da própria gestão. Antes de passar para a segunda fase, gostaria de colocar para os companheiros uma questão que servirá de ponte: comparando a Apubh de sua gestão com a a Apubh de hoje, o que considera de semelhante e de diferente, tanto em relação ao MD, como em relação ao progresso da entidade?

José Maurício Machado da Silva – A minha obviamente é igual.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Eu estou muito preocupada com uma questão que o Maurício suscitou: "é preferível a gente ter menos dinheiro e mais mobilização..." Esta é a diferença entre aquele tempo e hoje. Mas antes a gente tem de situar historicamente as coisas, para não cair no saudosismo e dizer "olha, no meu tempo era muito bom..." E esquecer que nesse meio tempo muitas coisas mudaram. Nós estávamos numa ditadura. Este dado é importante. Os professores mobilizavam-se de uma maneira muito mais efetiva, pois estavam brigando por questões muito mais amplas. O muro de Berlim ainda não havia caído. Isso também foi uma mudança substancial na cabeça das pessoas. Em terceiro lugar, a Universidade de nossa época também era diferente. Ela era muito menos atomizada do que é hoje. Chamo atomizada essa Universidade em que realmente a gente não consegue encontrar-se com as pessoas, discutir coletivamente, a não ser em alguns momentos muito limitados. Acho que hoje ela tem uma dinâmica interna mais atomizada. Ela é mais burocratizada também. Bom, a partir disso, tendo claro essas diferenças históricas, acho que nós tinhamos menos eficiência administrativa. Não recolhíamos a

mensalidade em folha. No final da gestão, eu me lembro que nossa tesoureira é que começou a organizar tal tipo de cobrança, que acabou sendo implantada pelo Roberto Martins. Depois a Apubh passou a ter uma administração mais eficiente. Ao mesmo tempo, nós tínhamos uma politização maior e acho que isso aí, independente de que época for, uma direção da Apubh não tem que ficar só centrada em questões como seguro, sede, não sei mais o quê. Acho que ela tem que ter uma proposta política para a Universidade, ouvindo o pessoal. Então, não basta dizer: "olhe que coisa, os professores não se mobilizam." Acho até que há uma ação interessante que vocês estão fazendo: a pesquisa para saber o que os professores estão pensando sobre várias questões. Mas também acho que não adianta só chegar um papelzinho na minha mão, aquele papel distante, ou botar um cartaz na frente da escola, como aconteceu na greve. Eu me divirto realmente. Aquele cartaz, por exemplo, que dizia: "A UFMG está em greve". Era para avisar aos professores que eles estavam em greve. No fundo era isso. Isso é o que eu chamo de ação burocrática, ou seja, você não está indo às unidades, discutindo com as pessoas. O que os professores estão querendo da Apubh hoje é mais do que simplesmente ficar nessa postura de "ora, nós estamos fazendo as coisas corretas, nós estamos tratando do seguro, de não sei o quê mais..." Acho que isso é importante. É uma parte da ação, mas a ação central é realmente conseguir o diálogo com os representados. Caso contrário, não tem o menor sentido a entidade. Que adianta a entidade estar bem, mas seus representados não darem a menor pelota para ela? É uma coisa para a gente sentar e pensar! A reflexão central que nós temos que fazer hoje é: mudou. Não é imaginar a mobilização dos professores como há alguns anos atrás. Por isso acentuo a questão do Conselho de Representantes: eu acho que é fundamental. Uma coisa que acho central na entidade é você não ter dispensa de trabalho, você continuar trabalhando. Isso é importante para manter a ligação com a vida da Universidade e dos professores. Mas acho que você tem de criar um instrumento de ligação direta com os professores e esse instrumento para mim é o Conselho de Representantes. Por isso tenho uma sugestão para a formação da nova diretoria. Acho que tem que haver um trabalho de discussão em cada unidade e se tentar partir de uma discussão do que deve ser a Apubh, tirar candidatos para representantes no Conselho e possíveis candidatos para a diretoria. Fazer esse negócio ao contrário: em vez de pensar em chamar para virem para cá, pois isso não vai funcionar, é preciso ir ao encontro dos professores nas

unidades. Como você disse, Maurício, quantos conselheiros vieram aqui na reunião de quinta-feira passada? Pois é, dez pessoas. Ora, para fazer uma boa diretoria com uma ou mais chapas nessa eleição, acho que pelo menos em algumas unidades-chave devia se convocar uma discussão sobre isso, sobre os rumos que a Apubh deve ter e quem se dispõe a trabalhar. Aí eu acho que você pode ter condições de formar uma diretoria. Bem, vejo que saí muito do tema, mas é porque sinto que a angústia nossa é esta: você tem uma entidade forte financeiramente e frágil em termos de representação.

Edgar Pontes de Magalhães – Dentro dessa gestão é preciso acentuar o fato de que não tivemos tempo. Quando a gente assumiu, fizemos isso de ir lá, porque era a fase da constituição da Apubh e não havia a Andes. Estávamos montando a entidade e, por isso, íamos realmente nos lugares a que devíamos ir etc. O ambiente era muito mais favorável. Vejam bem: não estou comparando, para justificar ou criticar, mas sim estou tentando mostrar a necessidade da ida da diretoria aos lugares em que se julgava dever ir. Depois do boicote ao vestibular, sem querer entrar no mérito da questão, o que de fato aconteceu foi a ruptura. A coisa chegou a ficar tensa, e como a Guida falou, ela assumiu a tarefa e teve de reconstituir o tecido, porque uma associação voluntária, como é o nosso caso, nunca tem a mobilização ou a participação como algo já constituído. Tem-se que se reconstituir freqüentemente, porque qualquer coisinha pode esgarçar o tecido. Quero deixar claro que a participação não pode ser considerada como dada e só nas greves que as coisas estão realmente juntas. Olhem lá! São tantos os problemas que a questão é muito complicada e não depende só de tempo. Realmente é muito complicado, conforme a Guida mostrou.

Carlos Afonso Rego – E há outro detalhe que pode parecer sutileza, mas acho que é uma coisa que tem de ser considerada nessas análises. É o seguinte: o quadro docente hoje está profundamente alterado. Cerca de 30% do corpo docente aposentaram-se. Primeiro, não se consegue fazer a recomposição desse quadro na mesma velocidade em que se deu a aposentadoria. E o pessoal novo que está entrando, não conhece a história da Apubh, não conhece como se montou e tal. Acho que nesse aspecto, Guida, você tem razão. A entidade, para se fortalecer, tem que ter realmente militância e mobilização. Mas isso é muito difícil, porque se você não tem militante na associação, ou seja, o pessoal que vai nas unidades, o pessoal que insiste, que chama para a reunião, que faz reunião com três, depois com quatro, com cinco, para ir aumentando,

é muito difícil. Mas eu acho que esse dado é relevante. Quando você tem uma troca, uma substituição de um corpo docente com 30% desse contingente aposentados e esses eram lideranças que participavam das coisas, e hoje você tem um corpo novo, que nem sequer conhece a entidade, aí a coisa complica.

Elias Antônio Jorge – Concordo com você e acrescento mais coisas a respeito dessa linha do que era e do que é. Quero pegar a frase do Maurício para complementar sua intervenção de que há uma alteração, pois ela é significativa, a respeito do "não ter tempo". Acho que dois elementos têm de ser considerados: primeiro, o MD está 16 anos mais velho fisicamente do que quando começou a articular a Apubh, em protesto a uma invasão do Campus da Saúde. Ou seja, a Apubh não nasceu para a reivindicação salarial. No entanto, depois de três anos de constituída, no seu aniversário de três anos, ela foi fazer a primeira greve em torno da questão salarial. Então todos nós estamos dezesseis anos mais velhos. Segundo, hoje as alternativas de participação política são muito maiores e, inclusive, com a inserção na administração de um volume significativo de militância do MD. Acrescentaria um terceiro elemento. Nós temos que levar em conta o seguinte: nós estamos a sete anos de praticamente 100% de aposentadorias na Universidade. No ano 2000 a gente vai ter menos de 10% dos docentes que iniciaram a Apubh na UFMG já aposentados. Quer dizer, há gente que está por dois, três, um ano. Logo, você tem um conjunto de fatores que favorece o processo de desinteresse, de desmobilização. Também há gente com mais ou menos um discurso de que "já vi, já cumpri meu dever e tal". Costumo citar muito o Pompeu e não cito a Guida, porque ela saiu para fazer doutorado nessa fase. Não sei se você se lembra de que em 87, quando essa gestão de 87 assumiu, havia uma chave num cartãozinho, com os dizeres: "entrega da chave da Apubh". Essa chave rodou todos os corredores da Universidade num gigantesco esforço de compor a chapa. Nunca foi fácil compor as chapas únicas que concorreram na UFMG. Então, dentro da fala do Edgar de que não se tem tempo, é isso que estou tentando rememorar: em 87 a gente saiu de uma greve extremamente vitoriosa, a gente tinha a Apubh desestruturada do ponto de vista financeiro, mas tinha um

"16 ANOS MAIS VELHO, O MD SOFRE UM PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO E DESINTERESSE"

ímpeto muito grande de euforia. Só que aí pintou a necessidade das pessoas se qualificarem para se ter garantias salariais. Então você tem um conjunto de fatores, todos eles desfavorecem a situação de mobilização e de participação. No passado tínhamos muito maior mobilização: não é saudosismo e sim realismo. As pessoas estão separadas, estão nos terapeutas, seus filhos estão casando. Estão virando avós. Há uma momento que eu julgo ser um registro fundamental: quando Viçosa fez a caminhada, creio que na greve de 89, de Viçosa até Belo Horizonte, o Edilton antes veio aqui propor, no Comando de Greve, que a gente fosse receber o pessoal em Ouro Preto. Não dava. Então que fosse receber no Xuá. Eu estava dirigindo a reunião do comando e pedi que todos os presentes que fossem avós levantassem o braço: 80% das pessoas que estavam no comando de greve eram avós. Era para justificar que a gente não podia ir lá na caminhada. A proposta deles era jóia, mas para uma Universidade extremamente jovem como Viçosa. Seus professores conseguiam andar 180km, mas um comando de greve que tem 80% de avós, não dá para poder ter este tipo de lance. Então, eu queria fechar dizendo que a Apubh está muito melhor estruturada, do ponto de vista administrativo e patrimonial – e tenho como referência o seguinte: a Apubh cuida dos interesse globais, seja através de ação jurídica, administrativa, política etc. Acho que a semelhança, pelo menos em relação à nossa gestão é que a marca principal, menos abstrata, continua sendo a luta pela garantia da condição individual de trabalho, que é o salário. Essa é a semelhança que existe. E o que considero diferença é que realmente no momento atual (estou falando dessa última greve, por informação) me surprendeu muito a UFMG ser das últimas universidades a entrar em greve, quando sempre foi ou a puxadora ou das que entraram no primeiro momento. Mas a notícia que tenho é que não houve as tais assembléias como em 89 e 91. Nós não tínhamos comandos estruturados localmente, mas tínhamos assembléias de 500 a 600 pessoas. No início da década de 80 as assembléias grandes eram as de encerramento. Mas tivemos greve aqui que na segunda assembléia já havia 600 professores presentes, e este número se mantinha do meio para o final da greve, quando o pessoal já se posicionava contra ou a favor. Resumindo: acho que o pessoal não tem mais disposição de retomar esse tipo de situação por causa desses quatro ou cinco fatores que considero relevantes. Não é só o aposentado não. Também o aposentável a curtíssimo prazo. E digo mais: neste momento atual – outubro de 1993 – o único elemento capaz de mobilizar os professores da UFMG é a ameaça à aposenta-

doria paritária. Não há nenhuma outra razão que possa vir a mobilizar as pessoas. Se você convocar uma assembléia para discutir o fim da aposentadoria paritária, aí você vai entupir o auditório de gente. O pessoal vai dar contribuição espontânea, porque na verdade, no dia em que a gente conseguiu, em 90, o RJU, eu disse: a Apubh vai precisar de repensar sua ação, sob o ponto de vista das aspirações sindicais, pois estavam todas contempladas. A gente tinha um probleminha de política salarial, mas estava com tudo praticamente contemplado. E, se você notar, de agosto do ano passado a outubro deste ano, se formos avaliar o salário de junho de 92 comparando com o salário que temos hoje, as condições salariais são provavelmente melhores do que nesse período todo. E com esse arremedo de política salarial que existe. Então, não há motivos para as pessoas se mexerem. Por isso elas estão cuidando das suas terapias, das suas relações afetivas, dos seus netos, dos seus problemas com filhos e estão fechando sua carreira dentro da Universidade. Acho que esse é o referencial que a gente vai ter que começar a trabalhar para repensar o MD.

Luiz Pompeu de Campos – Quando o Carlos Afonso falou, estava pensando exatamente em levantar esses aspectos que ele tocou e que o Elias, de certa forma, complementou. Mas há outros aspectos que acho a gente poderia levantar para enriquecer nosso trabalho. Primeiro: ao fazer a análise da mobilização, do papel da entidade, a gente não pode deslocar isso de um contexto mais geral. Tanto do contexto político nacional mais amplo, quanto do contexto do movimento sindical e da Andes em particular. Acho que isso tem de ser feito para referenciar o que está acontecendo com o MD no interior dos outros movimentos. Na época em que a Apubh foi fundada você vê problemas voltados mais para questões políticas, como já foi dito. Você vê a questão da Anistia, depois a da conjuntura política mais ampla, a democratização da sociedade, a democratização da Universidade. Enfim, uma luta ampla. E mais à frente a Constituição e tudo o mais. Então, acho que nós professores tínhamos uma dificuldade muito grande em falar de salários, de nos organizar como outros trabalhadores estavam se organizando. Isso era uma questão que rolava nas assembléias, inclusive. Agora o contexto mudou e a Universidade também está mudando, e muito. Mas a prática da entidade não muda, a prática da Andes não muda. Essa é a questão que deve ser pensada. Então nós temos hoje um enxugamento muito grande do quadro de professores, uma heterogeneidade grande de tratamento salarial, inclusive entre os professores – o que não existia, por exemplo, no início do movi-

mento, quando se reivindicavam salários. No meio dos anos 80, nessa época, a compressão salarial era muito grande e a aproximação do menor para o maior nível era muito grande. Hoje não, além da gente ter um distanciamento muito maior daqueles que estão entrando para aqueles que já estão titulados, nós temos professores titulares num quadro já muito mais vazio, já se aposentando ou conseguindo outras formas de renda, como as assessorias, os projetos de pesquisa, bolsas etc., que os mais novos não têm. Os mais novos, não conhecendo a entidade, não estando dentro dela, não tendo essa dinâmica, não estão organizados. Têm o salário achatado sim. Então a preocupação em relação a essa nova forma de organizar tem que ser feita. Quero dizer que a oportunidade que tive de freqüentar os últimos congressos, os últimos eventos da Andes me mostrou que a forma como eles se organizam, a gente vê que a coisa está caduca. Eu considero caduca a forma como o MD está organizado, como ele vem se organizando. É muito descolado das bases. O que vem sendo trazido não tem mais aquela discussão mínima que existia antes. A gente percebe isso claramente. Isso tem a ver não com a Apubh exclusivamente, tem a ver com a organização geral do movimento. A crise do movimento sindical é uma crise sim que está dentro do MD. A gente vê aí o que tem acontecido dentro das centrais sindicais, dentro de alguns sindicatos etc. Agora, o MD hoje está desatualizado – ao menos eu considero assim – em relação à própria estrutura da base. Então eu vejo que hoje uma das questões principais é retomar essa discussão nesse nível. Quem é esse professor que está aí hoje na Universidade brasileira? Essa questão merece ser tratada e não tem sido feito assim. Do ponto de vista das formas de mobilização hoje, considero que essa questão da reforma constitucional merece atenção. O que nós tivemos em termos de trabalho na época da Carta, em 87 principalmente, é digno de ser retomado. Com o movimento pela Constituinte começou uma mobilização que redundou na greve que foi a mais vitoriosa em termos de conquistas: plano de carreira, unificação das universidades, acabando com o tratamento completamente diferenciado das fundações. Em termos de organização do MD a nível das federais e de participação ativa dentro do Congresso em relação à Constituição. No entanto, hoje as conquistas sociais que foram conseguidas por causa da organização desse movimento com as outras entidades que estavam juntas, estão correndo o risco de se perderem. Na área, por exemplo, da educação, o Fórum de Educação foi fundamental para disputarmos com os *lobbies* das privatistas determinados dispositivos consti-

tucionais. Isso foi fundamental.

Elias Antônio Jorge – Na área da saúde também.

Luiz Pompeu de Campos – Na área da saúde foi fundamental. Já a participação da Andes no Fórum da Educação foi decisiva. Eu evoco isso porque estive dentro da organização desse Fórum na época, dentro dos congressos da Andes, que deliberaram como organizar o movimento. Lembro-me bem que fizemos congressos extraordinários para rever posições da Andes sobre questões das verbas públicas, das escolas públicas. Era uma discussão interna do movimento, muito rica. Hoje, quando já está acontecendo a reforma da Constituição, nós não temos nada, absolutamente nada. Nem nesse nível, que é o nível mais corporativo que pode existir, que é o de garantir o direito de ter uma aposentadoria como se tem hoje, corremos o risco de pôr tudo a perder. Não é só a aposentadoria, mas ela particularmente. Já imaginaram se a lei mudar hoje? No ano 2000 ou 2010 nós todos ainda estaremos dando aula na Universidade, pois pela nova fórmula proposta teremos que completar 90 ou 95 anos. Isso não é brincadeira. Nem parece pertencer a um nível de conscientização dentro da Universidade. Bastaria perguntar ao professor. Considero isso complicado. Agora, o Maurício tem razão: ter dinheiro, mas não ter mobilização é muito difícil. É frustrante. Mas dá para pensar uma nova forma de mobilização do movimento.

José Henriques Maia Filho – Queria complementar a fala do Pompeu com o seguinte: o pessoal, no último Conad em Natal, aprovou como grande tema a Revisão Constitucional. Alguns GTs da Andes já tinham trabalhado no assunto, inclusive o grupo a que pertenço – o de salários e verbas. Nós tínhamos feito uma cartilha com os artigos que estavam sendo ameaçados, de um lado, e na outra coluna as propostas e a maneira de combater etc. Os vários GTs foram chamados a dar contribuição e o fizeram previamente. Assim, saiu um "cartilhão". Foi distribuído aqui e isso não rolou na assembléia. Foi pesado para o pessoal aceitar. Outra coisa curiosa que me aconteceu ontem: encontrei-me com dois companheiros nossos que estão fazendo campanha para um determinado candidato a reitor, correndo todas as unidades, colocando cartazes, distribuindo santinho. Comentaram a respeito da dificuldade de encontrar os pro-

"A REVISÃO ESTÁ AÍ E O MD NACIONAL NÃO SE MOBILIZA. CORREMOS O RISCO DE PÔR TUDO A PERDER"

fessores nas unidades, no cafezinho. Eu tinha esta impressão, pois na minha unidade, a Face, é um fato. A linguagem que a Apubh deve escolher é a da mudança, a de avançar e a de procurar saber o que eles querem. A pesquisa que o Délcio o Ado estão levando adiante pode nos dar pistas. Outras a gente já tem. Voltando à questão desse progresso material da Apubh: acho interessante essa história da informatização, pois vai permitir também contato com a comunidade. Imagino que estes computadores poderão ser conectados com outros. Um tipo de informatização mais ágil, com os boletins sendo feitos aqui mesmo, com mais rapidez na divulgação. Enfim, acho que não se deve parar o progressso. Não podemos deixar que isso vire elefante branco. É muito bonito, mas que seja usado com a finalidade de chegar mais perto de nossos associados. Mas concordo com o Pompeu. Tanto a Andes como a Apubh, principalmente a Andes, não mudaram a maneira de atuar. Os militantes que a gente hoje encontra nos congressos e Conads são os mesmos que vocês encontravam no início, com as mesmas idéias. Mas quanto à semelhança e dissemelhança, já foi constatado que os grandes temas políticos estão sendo esvaziados independentemente da atuação da diretoria. Acho que a culpa da diretoria tem de ser diluída para outras. As pessoas discutem isso, mas acho que o fazem em outros fóruns. Uma outra questão que tem incomodado muito – o Maurício já se referiu a ela – é a questão da construção do consenso nessa diretoria em relação a outras. Pelo menos em relação à nossa. Posso falar por ela e por esta, mesmo que não tenha sido assíduo nas reuniões dessa última. É muito difícil administrar a entidade com tanto dissenso. Isso aponta para o futuro. Estamos em vias de sucessão na própria Apubh e nesse rumo é que nós formamos um grupo de pessoas que já começou a conversar sobre a construção de um consenso mínimo para poder administrar a entidade. Se não for assim, realmente é inviável. Sei que ninguém faz deliberadamente, mas de fato ter que enfrentar e matar o leão em cada reunião da diretoria é extremamente difícil e essa permanência do conflito acaba refletindo na assembléia, na própria disposição dos amigos da Apubh, no Conselho ampliado. Eu sei que não é uma característica só desta diretoria; no final da nossa gestão também já existia esse problema. A preocupação maior, minha e desse grupo que começou a pensar na sucessão na Apubh, é justamente tentar afinar um pouco mais a equipe para poder usar enfim essas novas condições materiais de trabalho, de administração, de comunicação, que a Apubh tem, para tentar, então, atingir mais

esse número maior de gente que não conhece a Apubh ou alguns que, até pelo fato de conhecerem, estão um pouco afastados.

Edgar Pontes de Magalhães – Quero falar de um tema que está aí colocado: o problema de uma entidade que é representativa de categoria, de classe, mas que não tem a participação dos sócios. Representação sem participação. O que penso bate com o que o Pompeu falou, ou seja, são desatualizadas as formas de agir. O MD aprendeu que a única forma de participar é mobilizar. Todas essas razões o mostraram, inclusive uma que não foi tocada aqui, que é um problema da institucionalização liberal que o país está atravessando. Não estou falando de democratização. Só de institucionalização liberal, ou seja, de um processo todo de segmentação do conflito numa sociedade liberal. Trata-se da forma de uma sociedade liberal tratar os conflitos, minimizando-os. Divide para acalmar, para pôr tudo na Justiça, ou seja, separa os conflitos para canalizá-los. Estes não se multiplicam, não se acumulam. Tudo isso mais aquele fato já apontado – o do muro de Berlim – realmente reduzem, por incrível que pareça, a potencialidade dos conflitos, por isso o nível de conflito existente tende a diluir. Por outro lado, quanto mais esse processo cai, digamos do ponto de vista de um indivíduo normal, inclusive da massa, sua atitude passa a ser: "bem, eu quero ser bem representado, quero que as ações funcionem bem, quero uma entidade profissional que me dê informação, através de revista, computador, boletim, do que seja, mas eu quero parar e ficar recebendo". Quando falo aqui da massa, incluo nela todos nós, professores universitários. Então acho que esta questão de uma associação ser representativa e exigir participação é muito complicada. Será que a Andes ou a Apubh querem assumir esse papel de efetivamente representar e se tornarem eficientes em algumas áreas corporativas, profissionais, políticas, tanto quanto em outras, como na Lei de Patentes, sem ter o mesmo grau de participação das bases? Acho que não. Acho que isso provoca frustração em nós. Nós, os militantes, os carregadores de piano, os politizados, porque a nossa concepção sempre foi a de que não deve ser assim. Voltando um pouco à nossa época de dirigente, mas creio que todos os presidentes, todas as diretorias fizeram o mesmo: a gente tentava forçar as bases a tomar posição.

Elias Antônio Jorge – Houve uma diretoria, inclusive, que assumiu a oposição fictícia a ela mesma, só para provocar a base.

Edgar Pontes de Magalhães – Bom, realmente há falta do elemento político maior na sociedade e isto é um grande com-

plicador para esta questão da representação sem participação, ou seja, é o elemento político que provoca a participação, a mobilização. Isso pode estar faltando lá fora. Agora, acho que há um pouco de saudosismo nessa história de querer sempre reeditar os momentos das grandes mobilizações, fazendo disso o critério do sucesso. Acho que isso realmente tem a ver, pois se reflete nas nossas cabeças. Afinal esta nova forma tem um quê de frustração política. Vejam bem, o professor não vai ser militante para ganhar um pouco mais de dinheiro, para tirar licença, ter qualquer privilégio neste sentido. Inclusive, o MD é diferente do movimento sindical proletário. Para o proletário, ser membro da diretoria sindical, carregar um pouco de piano é parte de ascensão social, de prestígio, e às vezes até de mordomia. Para nós, não, para nós não é. Há realmente um nó aqui.

Carlos Afonso Rego – Edgar, só uma complementação. Para nós em geral, o aspecto acadêmico, quando a gente participa, acaba sendo prejudicado. Nós sabemos disso.

José Maurício Machado da Silva – Eu esqueci de falar sobre uma atividade que nos ocupou bastante, o Fórum em Defesa do Ensino Público e Gratuito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Não saiu um projeto, uma LDB dos sonhos, mas alguma coisa a gente conquistou. Quanto à participação e mobilização, acho que é o problema mais importante hoje para o MD e para os movimentos sociais em geral. Queria lembrar um fator: se vocês estão lembrados, logo no princípio da ditadura militar, o movimento estudantil foi quem de fato sustentou a resistência mais aberta. A ditadura sufocou o movimento sindical, que aliás, não era tão forte também. Mas sufocou o movimento sindical, os partidos políticos e concretamente os trabalhadores, através de uma repressão muito grande, de violência física, inclusive com assassinatos, torturas. E o movimento estudantil, talvez por ser constituído de jovens com menos responsabilidade, sem família para cuidar, foi quem sustentou essa resistência mais abertamente. Alguns chamam a "geração meia oito". Não tenho dúvida de que foi esta geração 68, principalmente, que construiu esse MD forte. Não só aqui em Minas; no Brasil inteiro. Eu me lembro, a maioria das pessoas que apareceram na assembléia de fundação da Apubh, quase todas, eu conhecia do movimento estudantil. Ora, essa geração hoje está se aposentando. Alguns têm cargos políticos, cargos administrativos e de qualquer maneira muitos já cansaram de segurar a cabrita para os outros mamarem. Logo após essa geração vem o pessoal que desde criança foi reprimida, com todos os meios de comunicação cen-

surados e foi submetida a uma propaganda política fascista, extremamente de direita. Enfim, foi excluída da participação política e até da informação política.

Edgar Pontes de Magalhães – Naquele questionário que apliquei em 83, ainda que tenha sido restrito o número de pessoas ouvidas, os dois indicadores mais precisos de participação em comando de greve em 81 e 82 eram ter feito greve durante o tempo de estudante e ter votado nulo na eleição de 70. Foi o ano da campanha do voto nulo.

Elias Antônio Jorge – Provavelmente o último voto nulo de todos nós.

Edgar Pontes de Magalhães – Exatamente. Era uma maneira de participar politicamente. Já em 80 o militante estava participando positivamente, porque nestes dez anos como estudante o futuro professor já estava engajado no movimento.

José Maurício Machado da Silva – Felizmente agora surgem os caras-pintadas, que já vêm de uma época mais pós-ditadura militar ou pelo menos do final da ditadura militar, bem mais suave do que a era Médici. Acho que há outros fatores também. Como a greve. A greve como instrumento de luta e, inclusive, como fator de mobilização, pois a relação é dialética. A gente se mobiliza para a greve, mas a partir do momento em que se entra em greve, a própria greve facilita a mobilização e a robustece. Às vezes – isso é histórico – a greve surge até contra nossa vontade, mas à medida que o movimento cresce nos torna quantitativa e qualitativamente mais participantes. Depois há o aspecto dos ganhos, que invariavelmente têm atingido mais o pessoal melhor posicionado na carreira, uma vez que os ganhos significam aumento no incentivo à titulação, à DE. Já o pessoal de início de carreira pouco benefício aufere. Um fator que tem que ser levado em conta. Porque no fundo quem tem sustentado a greve é o chamado baixo clero, ou seja, os que têm os menores benefícios. Atualmente surgiu um problema seríssimo: o dos 124 dias de greve que se transformaram em 124 dias de reposição de aula. As pessoas até hoje estão cansadas, estão estressadas. Julgo termos cometido um erro, ao aceitar a reposição de aulas. Tínhamos é de cancelar o semestre. Seria a melhor solução para todos. Para os professores, para os alunos, para os funcionários e para o ensino, a pesquisa e a extensão, para os objetivos, enfim, da

"QUEM TEM SUSTENTADO AS GREVES É O BAIXO CLERO, QUE TEM MENORES BENEFÍCIOS"

Universidade, teria sido melhor.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Gostaria de levantar três questões. Primeiro: acho que há um certo paradoxo da eficiência. Isso que o Maurício falou. O MD, queiram ou não, teve conquistas e em parte isso provoca o paradoxo da eficiência, manifestado pela reação do professor que diz: "olha, a minha associação é boa para conquistar determinadas coisas, por isso vou deixar que a diretoria resolva tudo em meu lugar." Então essa atitude do professor que não participa, porque confia na diretoria, nos ajuda a entender nossa própria perplexidade.

Délcio Vieira Salomon – Você está querendo dizer que "explica, mas não justifica".

Margarida Luiza de Matos Vieira – A segunda questão é não cair no saudosismo não. Mas imaginar uma entidade que seja pura representação, sem participação, acho que isso é negar toda a história do movimento, todo o projeto do movimento, toda idéia de entidade democrática etc. Pensando nisso, acho interessante lembrar que hoje nós temos interesses muito diferenciados entre os professores. É por isso que a entidade tem que desenvolver estratégias e atuações muito diferentes. Por exemplo, para uma parte dos professores interessa discutir Revisão Constitucional – não digo que a todos interesse. Mas uma parcela tranqüilamente quereria discutir. Podem não ir todos, mas essa parcela estaria ali numa discussão de Revisão Constitucional. A questão dos professores substitutos, acho que é uma questão que incomoda. Durante a greve senti que isso incomodava as pessoas, porque acho que é uma situação trágica. Os professores do quadro permanente sentem que é uma questão injusta: a Universidade está utilizando demasiadamente o professor substituto com salário baixíssimo etc. Mas a Apubh não provoca essa discussão. Para mim ela é fundamental. Penso que uma grande parcela dos professores gostaria de discutir o assunto. Alguns projetos para o Brasil, como este livro do Cristovam Buarque que está saindo agora e que discute a mudança de prioridades para o país. Uma discussão interessantíssima. Não discute a Universidade especificamente, mas um projeto para o Brasil. Acho que é o momento de pensar nesta atividade a ser promovida: a discussão de grandes temas, como este. Sinto uma certa angústia, porque a Apubh hoje tem dinheiro para fazer isso, para trazer gente de projeção para discutir amplamente assuntos nacionais e também certas coisas acadêmicas e...

José Maurício Machado da Silva – A gente tem feito isso. Por exemplo, fizemos um debate sobre a Lei de Patentes e trouxemos o Enio Candotti, gente do Ministério de

Ciência e Tecnologia, da Embrapa. Gastamos um bom dinheiro por sinal. Fizemos um trabalho razoável de divulgação e apareceram trinta pessoas. Fizemos uma assembléia sobre Revisão Constitucional e havia dezessete pessoas.

Edgar Pontes de Magalhães – Mas assembléia para discutir Revisão Constitucional ?

José Maurício Machado da Silva – Eu e Délcio chegamos a começar a planejar um seminário, depois tentamos um debate sobre Revisão Constitucional. Chamamos o DCE, a Assufemg. Não deu certo, não apareceram. Chegou num ponto em que nós acabamos resolvendo nada fazer: para que tentar chamar gente de fora e depois aparecerem vinte ou trinta pessoas? Então desistimos.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Acho que mesmo com 30 ou 40 pessoas vale a pena. Afinal não se trata de uma assembléia, mas de um encontro para discussão. Não estou propondo assembléia. Estou pensando que a entidade praticamente desaparceu para os professores. Essa é minha preocupação. Olhem, conversando com várias pessoas, chego a captar reações do tipo: "Olha, vai ter eleição da diretoria da Apubh", "Puxa! Acho que a Apubh é realmente uma coisa importante", "Então vai lá nessa reunião", "Ah, é!..." Ou então: "Eu acho que a Apubh hoje nada tem a ver com a gente, não representa mais os professores." A última greve – a greve que não houve – revelou muito este estado de coisas. É verdade que houve o problema do cansaço. Mas o que está acontecendo é que se perdeu o referencial. O único referencial era aquele de "o MD no Brasil está em greve, então devemos entrar em greve". Senti que as pessoas que estavam na direção do movimento tinham esse referencial. O referencial era externo, portanto. Aqui, a gente chegava na assembléia e ouvia: "Gente, as escolas não estão paradas; os professores não estão parados. Vamos raciocinar sobre isto?" "Não, isto nada tem a ver. Vamos discutir é o movimento nacional." Eu penso que se perdeu o nosso referencial. O referencial básico da Apubh são os professores da UFMG. Não estou negando que ela deva trabalhar a nível nacional. Mas se não tiver esse referencial básico, não adianta nada estar representada na Andes. Se não estiver referenciada nos professores cai naquilo dos "burocratas sindicais". Penso, portanto, que tem de se quebrar isso. Agora, é claro que não temos uma resposta imediata para isso, mas temos que começar a fazer as coisas e não ficar nessa apatia. Acho que há uma apatia hoje da diretoria da Apubh que enerva um pouco. Não vai nas unidades, não elege Conselho de Representantes. Por que não fazer a eleição do Conselho de

Representantes antes da eleição da diretoria? Aí já se teria um outro clima, sei lá, mas não ficaria nessa história de que nós estamos fazendo uma série de coisas, como seguro, não sei mais o quê... Bom, sinto muito, mas os professores não estão se mobilizando. E isso para mim é uma questão essencial e eles se mobilizam por várias coisas. Houve gente que sugeriu, por exemplo, que deveria haver um clube para a gente se encontrar. Então uns vão se mobilizar por causa do clube. Sugiro que aqui na sede houvesse almoço, porque a gente se encontraria para conversar. Assim coisas diversas, plurais, em que você pega trinta pessoas numa discussão, trinta em outra. Trazer nomes interessantes. Chegar, por exemplo, na Fafich e perguntar: quem é que vocês estariam querendo para uma palestra? A Apubh patrocina. A mesma coisa lá na Matemática. Assim a Apubh recomeça a ter importância na vida cotidiana dos professores. Agora, essa história de que todos nós somos avós – eu não sou ainda – paralisa. Então, estou achando que está faltando garra, visão política. É um pouco por aí.

Elias Antônio Jorge – Eu queria retomar um ponto. a gente sempre vai viver essa ansiedade de participação e representação. Quero dizer que a gente sempre vai enfrentar esse dilema. Então a pergunta é a seguinte: já que não se tem participação, a representação se esvazia e perde a legitimidade? Tento recolocar o problema como eu o vivi: na gestão 87-89 o presidente de fato era o Tostão. Eu era o embaixador plenipotenciário da Apubh nas questões constituintes, pois estava no MD em Brasília toda a semana. Se não fossem o Tostão e o José Antônio, a Apubh tinha virtualmente fechado. Aquela chave estava no corredor e a gente a manteve lá. Achava o maior barato. Gente discutindo o patrimônio da Apubh e eu dizia o seguinte: a Apubh tem um patrimônio de 1,80m x 3,5m que era aquela salinha do subsolo da Fafich, uma mesa e seis cadeiras. Vejam bem, eu queria tocar numa questão que a discussão até agora apenas aflorou: acho que a gente entrou no espaço da ambigüidade. A Apubh não deixa de nos representar e, no entanto, há pessoas que não participam. Ouvi de gente, logo depois da greve, o seguinte: agora eu não vou às reuniões, porque tenho certeza de que a questão salarial da gente está sendo muito bem cuidada. Acho que esse fenômeno pode estar acontecendo. A Andes também sofreu esse processo de organização administrativa na gestão passada muito mais fortemente. Quando ela se informatizou, colocou sistema de fax, quase que uma rede de informática em comunicação com as ADs, aconteceu o mesmo fenômeno da micro-organização daqui, mas em nível nacional. Quanto maior passou a ser a organização

formal, burocrática da Andes, com sede própria em Brasília, menor foi a participação das suas bases que são as ADs. Até porque se passa a ter diretor de plantão em Brasília, acompanhamento no Congresso. Agora eu queria retomar um pouco o que o Maurício levantou, ou seja, que o MD é extensão do movimento estudantil. A Andifes hoje tende a ser uma extensão do MD e dentro de muito pouco tempo a gente vai ter militantes do MD na direção das instituições. Isso é uma transição assustadora, porque o antigo militante passa a assumir a instituição com todo o ônus que representa ser instituição. Hoje, o Carlos, o Pompeu, são diretores de unidades. Na verdade vocês são funcionários de cargos de confiança da instituição e daquela burocracia formal que nós tentamos mudar. O Carlos, por exemplo, se envolveu na revisão do estatuto da Universidade, do regimento e não alterou em nada as relações democráticas, porque um cargo não te permite fazer esse tipo de coisa. Acho que para esta gestão que está por dois meses para findar, há muito pouca coisa para se arranjar. Ela pode fazer uma reflexão boa. Aliás, quero cumprimentá-la por essa iniciativa da mesa-redonda, porque toda vez que a gente fez uma discussão política de qualidade, renovou o sangue, a gana do movimento. O que quero dizer é que todas as vezes que se empreendeu aqui na UFMG, em época de crise, uma discussão política, conseguimos sair satisfatoriamente da crise. E toda a vez que cessa a discussão política, desaparece o movimento. Acho que está faltando para o movimento nacional um projeto. Vou usar uma expressão que creio ser do Tostão: "está faltando um projeto civilizatório para o país". O Luiz Antônio Medeiros encomendou ao Kandir um projeto. A Frente Parlamentar Nacionalista lançou na semana passada um livro com o nome "Brasil é Nosso", o Diap está lançando um livro que é um conjunto de propostas para a Revisão Constitucional. Vários agrupamentos têm agenda para a Revisão Constitucional, como as multinacionais, a Fiesp, etc. No dia 13 de maio de 1992, naquela festa da Veterinária – nós a chamávamos "vamos dar nomes aos bois e comê-los depois" – minha intervenção foi sobre um alerta vermelho-roxo. Levantava dez pontos que estão absolutamente atuais – que são os problemas a enfrentar no processo da Revisão

"NA UFMG, SEMPRE QUE FAZEMOS DISCUSSÃO POLÍTICA DE QUALIDADE, RENOVAMOS O MD"

Constitucional. Dizia que o movimento precisava de se organizar para poder trabalhar, pois se se quisesse ver a agenda dos neoliberais, bastaria pegar o projeto do ajuste fiscal e tributário que o Collor tinha mandado ao Congresso. Dentro desse projeto havia a agenda do social-liberalismo. Na verdade era um projeto que com a desculpa de ser de ajuste fiscal se propunha uma Revisão Constitucional, ou seja, esta já estaria sendo feita através da proposta do ajuste fiscal. É só pegar a agenda que se vêem as teses lá dentro. Enquanto isso o movimento social em geral, não só o docente, está barafundado. Perdido na briga contra a Revisão. Agora vai ter que ceder, vai ter que participar da Revisão. Talvez dos males seja até o menor. Se houver Revisão e for possível alavancar o movimento para dentro do Congresso, é uma oportunidade de mexer com o bolor dessa funesta letargia que está aí. No meu entender, o desafio que está posto para o movimento é o seguinte: hoje o espaço de atuação política das pessoas cresceu para fora e diminuiu para dentro. Nós temos dirigentes militantes do movimento aqui da UFMG, na direção do PMDB, PSDB, PT, PPS, PDT, PSB, PCB e PC do B. São oito partidos que eu sei. Fora outros que a gente ignora. Além disso, temos ex-militantes do MD nos sindicatos de arquitetos, de engenheiros, de médicos, de odontólogos etc. Temos gente nos Conselhos Regionais fazendo intervenção política. Na SBPC. Gente cuidando de AIDS, gente cuidando do movimento de bairro, SUS etc. E gente na administração. São pontos que estão fazendo a sangria de recursos humanos ou de quadros do MD. Penso até que essa questão deve ser colocada para a Andes fazer reflexão. A Andes tinha um GT de Ciência e Tecnologia que foi atuante. Hoje seu ex-coordenador é próreitor de Ciência e Tecnologia numa Universidade. Então, se por um lado isso representa perda de quadros, significa o potencial do MD, particularmente da Andes. Caberia, pois, à Andes trabalhar um projeto civilizatório para o país, para o qual agregaria o pessoal ligado à Ciência e Tecnologia, à Educação, à Saúde etc. Quanto à Educação, por exemplo, a Andes participou de cheio no Fórum da Educação e demos nossa forte contribuição. As plenárias de Saúde continuam ocorrendo, mas não se sustentaram, não se organizaram nos estados. Não é de agora que está acontecendo a falta de participação. Lembro-me da Glaura, diretora da FAE, no aniversário da UFMG, ter promovido no auditório da Reitoria um debate sobre LDB. O projeto original era do Otávio Elísio, professor dessa Universidade e depois deputado federal. Lembram quantas pessoas apareceram? Seis pessoas para discutir LDB. Um debate proposto num horário morto de aula.

Então, na verdade, o que vejo como mobilizador é a gente lançar um desafio para o MD: ter um projeto de intervenção política que não pode ser substitutivo dos partidos. Tem de haver um espaço partidário. Também não pode ser substitutivo de outros sindicatos específicos. Poderia ser, por exemplo, o de o movimento assumir o desafio de construir um projeto chamado, digamos, "O Brasil tem jeito". Nós temos inteligência suficiente dentro da Universidade para desmistificar certas propostas que rolam por aí. Ou mesmo mostrar que certas coisas como a Previdência dão certo apesar de muita gente dizer que não dão. Os direitos sociais hoje estão na Constituição e, no entanto, na época da Constituinte foram bombardeados. O grande problema é o do paradigma que vamos enfrentar na Revisão e que nós não estamos preparados para discutir. Basicamente a Revisão vai discutir o seguinte: cortar direitos ou agregar receitas. Provavelmente a tendência é cortar direitos, redistribuir a operação desmonte para estados e municípios e agregar algumas receitas para dar conforto ao Estado capitalista, chamado de capitalista moderno. E nós tínhamos que estar contra-atacando, enquanto movimento social. Eu acho que a Andes tem um espaço privilegiado para intervenção supra-partidária, porque aí não tem a ciumeira que existe em outros lugares. Ao menos aqui na Apubh a gente tem conseguido manter isso razoavelmente. É verdade que houve uma exceção, quando houve aquele conflito partidário entre as duas chapas da Andes. Mas acabou sendo cicatrizado muito bem. Então, se a gente se propuser a esse tipo de desafio, se agregariam as teses da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Educação, que são um tripé básico, onde a gente tem maior talento para intervir. Muito mais, por exemplo, do que em reforma agrária, porque nesses três pontos dá para articular propostas e sair tanto para a defensiva como para o ataque. Não vejo outro caminho: convocar as pessoas para construir propostas. A Universidade e o movimento como um todo, mais do que a instituição, porque a instituição é estática. Ela não pode ir contra o Estado, mas o movimento pode. Minha síntese é: estamos perdendo a condição de movimento e estamos ganhando o caráter de instituição, seja a Apubh, seja a Andes. O que sempre me fascinou no MD foi esta sua marca de movimento. Quando não havia a Andes e existia um Conselho de Entidades, tínhamos uma cadernetinha para se convocar uma reunião recorrendo aos nomes dessa cadernetinha – aqui mesmo na Apubh se fazia convocação por telefone. Não tínhamos equipamento, mas tínhamos agilidade. Talvez hoje não dê para operar do mesmo jeito. Mas o desafio está colocado: para se

articular uma tentativa de construção, de condução do movimento, tem que ter projeto. Sem isso vamos ficar amassando barro como estamos. Vamos fazer muros de lamentações sucessivos. Está faltando um projeto para a Andes, para a Apubh, para o MD. Essa ação é interativa, não é um problema específico da UFMG. Há uma AD, por exemplo, em que a alternativa encontrada para tentar mexer com o movimento foi fazer uma chapa só de ex-presidentes. Creio que foi na Paraíba. Todos os elementos da chapa eram ex-presidentes da AD. Para ver se mexia. Creio que aqui não se precisa chegar a esse extremo. Mas chamo a atenção que a crise é nacional e é do movimento social como um todo. No MD ela se reflete com maior força. Isso porque a gente tem esse fator: na hora que pinta a crise, tem-se uma idéia como esta que o pessoal dessa diretoria teve. Chamar os ex-dirigentes para conversar. Resumindo, minha agenda mínima para o MD é a seguinte: construir projetos, ou melhor, ter um projeto de intervenção na sociedade que por sua vez venha a ter uma proposta de construir um projeto para o país. O projeto civilizatório que está faltando. Uma tarefa absolutamente importante para se fazer. E a marca da Andes para mim, o fato de ela estar no movimento sindical hoje poderia significar uma contribuição fantástica, semelhante à do Dieese. Fazer a ligação da academia com o movimento social. O grande lance, o fascínio que tenho pelo Dieese é este. A ligação da academia com o movimento social seria similar e muito mais ampla. Minha experiência no Ministério da Saúde está me permitindo ver coisas fantásticas acontecerem microlocalizadamente. Santarém tem um projeto chamado "Saúde e Alegria". Outro, o de um centro de estudos e pesquisas da Leopoldina no Rio de Janeiro, é do pessoal da Escola Nacional de Saúde Pública. Tive uma discussão com os responsáveis ontem. Esse projeto procura trazer os indivíduos para exercer a cidadania no cotidiano deles, na gestão da escola de saúde etc. Acho que está postò o desafio. Nós temos uma enorme contribuição a dar. Agora, ficar cultivando esta ambigüidade de que falei no início, não dá.

José Antônio Armanelli – Gostaria de colocar alguma coisa, referendando a fala do Elias. Não foi tão bem como ele apresentou, mas fiz esse tipo de análise nessa semana, ou melhor nesse feriado do dia 12, em Brasília. Realmente estou muito preocupado. Quando a Andes não tinha telefone, não tinha sede, não tinha nada, nós tínhamos um movimento. Hoje nós temos sede, rede de informática, secretaria montada, escritório de assessoramento jurídico, revista, jornal, temos tudo, mas não temos movimento.

SEGUNDO ENCONTRO, dia 22/10/93.

Délcio Vieira Salomon – A melhor maneira de retomar o debate, julgo seja lembrar aos colegas presentes que a finalidade desse encontro se concretiza em três pontos-chave: 1°) proporcionar a cada participante fazer o registro de seu papel no MD e na Apubh à época em que foi dirigente da entidade e de sua visão do MD na UFMG naquele período; 2°) estabelecer um confronto entre o MD e/ou a Apubh daquela época com o MD e/ou a Apubh de hoje, em termos de semelhanças e diferenças, progresso e regressão; 3°) em decorrência desse confronto e da análise do MD de ontem e hoje, obter a opinião de cada um sobre a questão principal dessa mesa-redonda: "Para onde caminha o MD e que rumo deve tomar a Apubh?" Como no primeiro encontro os itens 1 e 2 praticamente se fundiram nos depoimentos e nas reflexões havidos, esperamos que hoje a discussão se ocupe predominantemente do último item, ou seja: "como cada um está vendo o MD hoje, para onde ele está caminhando e que rumo deve tomar a Apubh?" Para começarmos, gostaria de dar a palavra à Guida, uma vez que ela já nos disse há pouco que "fez por escrito o dever de casa".

Margarida Luiza de Matos Vieira – Quero voltar um pouco ao primeiro ponto, porque houve a ausência de vários diretores. Vou fazer um retrospecto de memória, apesar de saber que não se trata da história da Apubh. Sobretudo para que a gente não perca essa lembrança, que julgo importante e se torna o principal referencial para atender aos objetivos dessa mesa-redonda. Então queria lembrar que a Apubh foi fundada em 1977 e nessa fundação houve um episódio importante com o Bicalho, que precisa ser lembrado. O Bicalho nunca foi de nenhuma diretoria da Apubh, mas foi uma das figuras mais importantes para a história da Apubh. Gostaria, inclusive que ele estivesse aqui. Mas preciso recordar uma manifestação que ele fez, quando da fundação da Apubh. Havia um grupo de professores que queria que a associação fosse uma entidade de esquerda. E o Bicalho reagiu mais ou menos com estas palavras: "Eu só entro para uma associação em que haja professor de direita". O que ele queria dizer realmente serviu de paradigma para a Apubh, pois nos guiou e ajudou o movimen-

"SÓ ENTRO SE TIVER PROFESSOR DE DIREITA."
ESSA FRASE FOI PARADIGMA PARA A APUBH

to a ter uma certa clareza de que a entidade não era para congregar só um tipo de professor. Teria que ser a entidade do conjunto dos professores. No fundo, a Apubh tomou naquele momento uma decisão capital: diante do dilema "ser uma entidade representativa dos professoress ou uma entidade política de esquerda", optou por ser uma entidade representativa. Isso marcaria, como de fato marcou, a formação do Conselho de Representantes. Na elaboração do estatuto da entidade, houve duas propostas divergentes. Pela primeira, cada candidato deveria conseguir um número X (creio que 20) de assinaturas para ser conselheiro da Apubh. Na segunda os conselheiros seriam escolhidos por unidade. Houve uma discussão muito ampla e acabou prevalecendo essa forma que a Apubh tem hoje, ou seja, "conselheiros por unidade". Outro dado curioso na fundação da Apubh foi a primeira diretoria (provisória). Foi escolhdo o Fábio Wanderley para presidente. Ficou na presidência muito pouco tempo, porque logo numa das primeiras reuniões, a da aprovação do estatuto, ele acabou renunciando.

Humberto Coelho de Carvalho – Inicialmente, gostaria de justificar minha ausência no primeiro encontro. Naquele momento estava às voltas com atividades próprias de um banqueiro: o de membro de uma comissão (banca) examinadora; indicava novos professores para essa Universidade, que aqui se discute. Participei da diretoria que sucedeu à do renunciante Fábio Wanderley. Nosso presidente era o João Machado. Voltando à questão da aprovação do estatuto levantada pela Guida, lembro que havia dois estatutos. Um preparado pela própria diretoria, defendido pelo Arnaldo, professor da Escola de Direito e outro, surgido à última hora, menos articulado, mais conservador, que teve como um dos seus principais arautos o Mauro, professor do Icex. Por angariar maior apoio político, foi vitoriosa esta 2ª versão.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Teve apoio político e visão política. Eu particularmente concordava com ela.

José Maurício Machado da Silva – Este estatuto vigorou até recentemente.

Humberto Coelho de Carvalho – Na hora da votação perdeu o estatuto mais progressista. O pessoal do Campus da Pampulha pesou na decisão.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Depende do que se entende por progressista.

Humberto Coelho de Carvalho – Naquela ocasião se falava que o da mesa era mais avançado. Perdera não por causa dos seus méritos, mas devido à predominância de professores do campus. Mentes e corações presentes à assembléia a que a Guida se refere se identificaram melhor com a outra versão.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Esse começo é bem interessante. O Humberto deve ter uma porção de lembranças dessa época. Tentei lembrar o significado desse início da Apubh, ou seja, o período que vai até o João Machado, o sucessor do Fábio Wanderley. Você, Humberto, acha que teria mais alguma coisa? Bom. A Apubh foi criada justamente em torno da defesa da Universidade e contra a repressão. No momento em que a repressão se manifestou com a invasão da Medicina e aquela ameaça dos órgãos de segurança contra um professor da Católica – Prof. Celso, marido da Regina. Foram esses dois episódios que acabaram unindo os professores das duas universidades para a fundação da entidade. Acabou ficando marcada como entidade "política" neste momento. Depois é que tomou um rumo mais sindical.

Délcio Vieira Salomon – Faço uma intervenção mais como participante do que como coordenador da mesa-redonda. Não podia deixar de fazê-la. Quando houve a invasão da Medicina, o reitor da UFMG era o Cisalpino. Lembro-me de que, no dia seguinte, o Morse Belém Teixeira me telefonou, de manhã cedinho: "Você viu o *Estado de Minas*? Na primeira página está o David Hasan invadindo a Medicina ao lado do reitor. Uma vergonha para a Universidade". Mais tarde comentei com o Walter Evangelista, após uma reunião dessas da fundação da Apubh: "Walter, está muito difícil dizer que estamos fundando uma associação em defesa da Universidade e do reitor". Até hoje os boatos que rolaram não ficaram esclarecidos, como o papel do governador, o Aureliano Chaves, o tal telefonema do reitor para ele na véspera da invasão etc. Poderíamos resgatar, através de cópia "xerocada" esta primeira página do *Estado de Minas*, o noticiário e guardar em nossos arquivos da Apubh. Entendam minha fala como um parêntese na discussão. Voltemos a debater a semelhança e a diferença da Apubh de ontem e a de hoje.

Humberto Coelho de Carvalho – Quando você pergunta qual a diferença e qual a semelhança, eu diria que naquela época, o movimento era mais de denúncia e de resistência. A Apubh era muito mais politizada do que hoje. Nós não nos preocupávamos muito com implementar ações, pois predominava a denúncia, a discussão, que iam para o jornal, com entrevistas etc. Nesse momento havia um grupo na Apubh constituído principalmente pelo pessoal do campus que achava que a entidade deveria ter um lado assistencialista. Negociamos oficiosamente com a Assufemg que também estava se formando, que a parte assistencialista ficaria com ela e a política com a Apubh.

José Maurício Machado da Silva – A

Assufemg já existia e já congregava professores também. Eu mesmo, desde que entrei para a Universidade, comecei militando na Assufemg.

Humberto Coelho de Carvalho – Há muitos professores filiados à Assufemg e não à Apubh. A liderança da Assufemg, de certa maneira, era compartilhada com a dos professores. Porque mais dispostos, mais preparados politicamente etc? Ou é uma interpretação elitista minha?

José Maurício Machado da Silva – A Assufemg só foi assumir um caráter mais sindical, depois que o Mário Márcio foi sucedido pelo Irany, que é mais político e mais sindicalista.

Humberto Coelho de Carvalho – Muitos professores queriam que ela fosse essencialmente assistencialista, mantivesse o reembolsável, promovesse atividades de lazer. Nós dizíamos que a Assufemg era nosso braço assistencialista. Inclusive ela aceitava que, às vezes, a gente falasse politicamente em seu nome. Sua liderança estava em formação, sofrendo a inevitável influência de parte de seus associados, os professores. É um momento histórico, como se falou. A conjuntura levava a isso. Não tinha sentido você estar se preocupando com assistencialismo na Apubh, se a Assufemg, na qual você estava também filiado, já fazia isso. Para evitar duplicidade de meios para fins idênticos, decidiu-se usar a infra-estrutura da Assufemg para a parte assistencialista ficando o resto com a Apubh. Claro está: era uma leitura de funcionário docente. Hoje é quase nenhuma a participação do segmento docente nos destinos da Assufemg. Há quem questione a dupla filiação.

José Maurício Machado da Silva – Mesmo o caráter sindical que a Guida está citando não se manifestou imediatamente. Foi lá para 1980.

Margarida Luiza de Matos Vieira – A primeira diretoria eleita – a do João Machado, em 78 – não tinha nenhuma preocupação sindical. Eu participei dela. Lembro alguns nomes dessa diretoria: Vanessa, hoje reitora, Beatriz Alvarenga, Lucília Neves, Humberto do ICB, Virgílio Baião...

Délcio Vieira Salomon – A Vanessa – nossa reitora – na primeira diretoria da Apubh?

Humberto Coelho de Carvalho – Sim. Cobrei dela na época em que ela se candidatou para reitora, o não ter relacionado entre seus títulos este de ter sido da diretoria da Apubh. Perguntei-lhe se fôra propositado. Ela sorriu, "monalisamente".

Margarida Luiza de Matos Vieira – Não sei qual o cargo que ela ocupou. Mas participava das reuniões da diretoria. Nessa época tivemos uma discussão com o reitor

da Católica, Dom Serafim Fernandes de Araújo. A Apubh ainda congregava os professores da Católica. Lucília Neves e eu entramos na diretoria da Apubh representando os professores da Católica. Imediatamente fomos aprovadas em concurso para a Federal e a Católica perdeu suas representantes. Mas tivemos várias questões da Católica que resolvemos. Vários professores foram demitidos, porque reivindicaram salário. Então a diretoria da Apubh foi em peso conversar com Dom Serafim. A discussão foi pesada, bem violenta. Ele dizia: "vocês não têm nada a ver com a Universidade Católica e na casa de vocês eu não vou dar palpite". Então fizemos ver a ele o caráter da Universidade. Mas houve um caso na Católica, que acho importante relembrar, porque mostra o espírito da Apubh, não só dessa época como o de hoje. Muita gente acusa a Apubh de corporativista, que defende o professor em qualquer caso. Não é verdade: nunca defendemos professores irresponsáveis. Houve um certo professor – não cabe aqui dizer o nome, inclusive porque já morreu – que nos procurou na Apubh para dizer que estava sendo perseguido na Católica, pois tinha sido mandado embora. Fomos à Católica e consultamos o chefe do departamento, os alunos do diretório acadêmico e a opinião foi unânime: o professor não preparava aula, não corrigia prova, dormia enquanto os alunos expunham os trabalhos. A única coisa que nós fizemos foi pedir ao chefe do departamento, por ter demitido o professor sem consultar o departamento, que ouvisse os membros do departamento. Ele nos atendeu. Por decisão do departamento ficou confirmada a decisão. Ficou claro para nós que ele não estava sendo perseguido. Ele nos xingou, acusou a Apubh de não defender professores perseguidos. Isso mostra um traço da Apubh: ela é corporativista quando se trata de defender os direitos dos professores e não na defesa da má-fé.

"ACUSA-SE A APUBH DE CORPORATIVISTA. NÃO É VERDADE. NUNCA DEFENDEMOS PROFESSORES IRRESPONSÁVEIS"

Délcio Vieira Salomon – Ponto importantíssimo que a Guida levanta. Tive ocasião de mostrar em artigo escrito na Caminhos que existe um falso corporativismo e um corporativismo sadio. Não podemos entrar nessa de que o sufixo "ismo" torna um sistema, um movimento etc. perverso, porque o "ismo" é pejorativo. Inclusive a origem da Universidade é a corporação, pois *universitas* significa "corporação".

Humberto Coelho de Carvalho – Uma vez que estamos em fase de registro histórico, importa lembrar que a Apubh deixou de ser, como a sigla evoca, a "Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte" para ser somente associação dos professores da UFMG.

José Maurício Machado da Silva – É muito simples. Formalmente, a Apubh, até a segunda gestão do Elias, ainda representava os professores universitários de Belo Horizonte, pelo estatuto. Na prática, havia poucos filiados de outras escolas (parece que havia um da Fafi-BH e seis da Católica). Então o próprio desaparecimento dos professores de fora da UFMG fez com que a entidade ficasse só da UFMG. Quando fomos reformar o estatuto há uns três ou quatro anos atrás, uma das coisas que fizemos foi manter o nome-fantasia "Apubh", uma vez que é assim conhecida nacionalmente. O Délcio recentemente sugeriu Apubh-UFMG para designar nossa Associação Profissional Docente distinta da Apubh-Seção Sindical da Andes. E foi aprovado. Mas realmente, na prática, já na época do Pompeu, professores de outras escolas não participavam da Apubh. Creio que na gestão da Guida também.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Desde a diretoria do João Machado a Católica já não tinha mais participação. No Conselho de Representantes havia um representante da Católica, mas ele não conseguia levantar sequer um problema de lá. Eram tantos os problemas da UFMG que os professores das outras escolas foram deixando a Apubh – ou melhor, preferiram fazer a opção deles: atuar pelo sindicato dos professores das escolas particulares. Afinal, o sindicato tinha poder legal para fazer acordos.

Délcio Vieira Salomon – Há necessidade de esclarecer um ponto. Já era professor da Católica desde 1960, inclusive sou professor fundador do Curso de Psicologia de lá e confesso que o sindicato dos professores naquela época e por muitos anos seguidos (não sei se até hoje) só funcionava para os professores de ensino superior na hora da demissão. Inclusive, apoiava a demissão *pro forma* para se pegar o FGTS. Lembro até do Elias, que era da diretoria do Sindicato dos Professores, e ele fazia questão de verificar os papéis e sempre encontrava uma saída para melhorar a situação do professor demitido, mesmo *pro forma*. Não deixava de ser um papel interessante do sindicato. Havia também uma grande vantagem em pertencer ao sindicato e julgo ser uma coisa que nós não temos e que merece ser pensada: a da bolsa de estudos oferecida pelo sindicato para os filhos de professores, incluindo um abatimento percentual significativo nas mensalidades.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Isso fazia parte do acordo salarial.

José Maurício Machado da Silva – É. Faz parte do dissídio coletivo. É um acordo intersindical que, no nosso caso, é extremamente difícil conseguir. A propósito, alguns professores estão pedindo declaração na qualidade de professor da UFMG e associado da Apubh e alguns colégios, por desconhecimento, devem estar aceitando isso.

Délcio Vieira Salomon – O traço sindicalista no nosso MD em âmbito nacional começa depois da Constituinte. Pompeu lembrou semana passada que já foi no final da gestão do Newton Lima Neto que a Andes vira Sindicato Nacional.

Carlos Eduardo de Athaíde Castro (*Ado*) – Acho, inclusive, que se deve considerar este fato com muito cuidado porque, a partir dele, ocorre uma mudança de caráter do movimento. A Apubh teve um papel político de denúncia do arbítrio, do estado de exceção, de exclusão política, econômica e social. Mas o papel das associações profissionais politicamente orientadas naquela conjuntura ainda era muito limitado. O espaço por excelência para este tipo de coisa era o dos grandes movimentos sociais, como o das Diretas Já, aos quais deveríamos nos associar. E isso soubemos fazer: respondemos afirmando nosso papel político com certa eficiência. E a esse momento nós respondemos com um papel político e um papel de eficiência. Logo após o quadro muda. Este momento é superado, rompido e instala-se uma crise de identidade em nosso movimento. É quando se dá a transição da associação docente para a seção sindical. Friso que nunca foi muito simpática a perspectiva sindical exclusiva, embora reconhecesse a importância dessa esfera de militância e representação. Para mim este é o momento em que a conjuntura política determina a redefinição de papéis, dando início à transição, redefinindo o tipo de representação tradicionalmente cumprido pelas associações docentes. Isso surge lá na Andes e depois se expande para os estados, internalizando-se aqui também. Em Minas, particularmente, através de uma situação muito especial. Havia uma resistência a esta tendência aqui e ela é parte de nossa tradição. Mesmo assim, infelizmente, a gente se submeteu a essa tendência geral e todos os demais princípios e posições se relativizaram. Como notório resistente a esta tendência costumo brincar que sou o 2° vice-presidente da Apubh-UFMG e não da Seção Sindical. Uma brincadeira com o duplo caráter de nossa associação, mas que dá dimensão das coisas. Minha formação política e minha experiência de militante me levam a privilegiar a dimensão no interior de nossa corporação: a Universidade. A natureza das relações entre os diferentes estratos ou segmentos da Universidade não

são da mesma natureza que as relações entre os agentes da atividade produtiva privada. Nessa existe uma tensão entre capital e trabalho, uma relação conflitual, de antagonismo, é soma zero mesmo: ganha-se o que outro perde; mesmo se considerarmos os ganhos de produtividade decorrentes da racionalização dos processos produtivos e adoção de tecnologia de ponta ou, se quisermos, da mais-valia relativa. Essa tensão entre a força de trabalho assalariada e o proprietário dos meios de produção, entre capital e trabalho, não existe de maneira direta e da mesma forma em nossa Universidade. Donde se deve concluir que a natureza dos conflitos em uma e outra situação são de outra ordem e o papel dos instrumentos clássicos de luta e defesa dos trabalhadores, diferente. Isso permite ao movimento, inclusive, quando age de modo estritamente corporativo, como no caso das lutas por melhores salários, não entender como antagônicos os interesses da categoria e os interesses da instituição. Entre nós, os interesses da instituição e os da categoria são compatíveis, ou, se quisermos, um jogo de soma variável. Não seria outra a razão de nos darmos bem com os reitores e demais dirigentes da Universidade. Há tensões, mas sem maiores conseqüências. A gente se afina com os estudantes, mesmo quando temos de discutir a reposição das aulas, após um período de greve. E essa coisa é própria da academia; não nos deparamos de modo imediato com os problemas clássicos das relações capital-trabalho. E isto constitui uma oportunidade privilegiada para orientarmos politicamente a nossa ação e nos dá uma razão a mais para opormo-nos à prática estritamente sindical. O desafio para nós hoje é conviver com esta duplicidade. Há uma outra coisa que gostaria de falar. Sei que é uma posição pessoal. Marca, porém, a nosssa relação com a Andes. Acho ótimo que tenhamos uma organização e representação nacionais, entendo que a Andes é necessária. Há, porém, um excesso de coordenação nacional em nosso movimento. E o problema maior é que há um aparelhamento da Andes por grupos político-partidários, grupos que ocupam extensamente o espaço de nossa entidade nacional. Este espaço torna-se francamente fechado para nós. Coerentemente com nossa história e tradição, nossa solução para a questão da sindicalização deveria ser diferente, típica. Tentamos e não conseguimos descobrir a fórmula que preservasse nossas posições e tradição. Nossos arranjos legais e regimentais não foram suficientes para preservar-nos e garantir eficiência no encaminhamento de nossos projetos e posições; ao contrário, ampliaram-se as nossas arestas em relação ao movimento nacional. Por vezes, quando

de nossa participação na esfera nacional, lutamos por nossas concepções, criamos problemas e de vez em quando revertemos situações. Estivemos em condição minoritária e pouco depois havíamos derrotado tendências dominantes. Lembram-se do Plano de Carreira? Mesmo com a posição redefinida por nossa atuação nas plenárias, nas negociações com os ministérios e governo, as posições dos negociadores designados desconhecem o estabelecido propugnando pelas posições das lideranças oficiais em claro confronto com decisões tomadas em plenárias. Seria o caso de se mandar plantar batatas... Deixei de ir à Andes. Não porque não achasse importante, mas porque me cansei. Os mecanismos de resgate da posição perdida foram os mais diversos e nem sempre os mais ortodoxos. Por isso desisti de participar dos encontros nacionais. Fre-qüentemente me pergunto sobre a eficiência de minha atitude, tentando reconsiderá-la em favor da busca de contato e retomada das discussões com nossos colegas da Andes, pois reconheço a necessidade de se manter esse vínculo tradicional da entidade nacional por nós criada. Mas, sinto-me desencantado! Não vejo muito espaço.

"NEGOCIADORES DA ANDES FREQÜENTEMENTE CONTRARIAM POSIÇÕES DAS PLENÁRIAS"

Margarida Luiza de Matos Vieira – Eu só queria terminar aquela história das diretorias, só para manter a ordem do debate. Depois da diretoria do João Machado, a Apubh acabou ficando muito questionada: ela só tinha praticamente atuação em forma de resistência. Era chamada a entidade que só assinava manifestos. Então houve uma certa reação com a diretoria do Edgar. Ele já falou sobre sua gestão aqui. A diretoria do Edgar teve de refazer certo espaço da Apubh. Logo depois do Edgar, vem a minha gestão que teve também que fazer uma reconstrução, como já contei, depois daquele episódio da não participação no vestibular. Posteriormente vem a gestão do Roberto Martins, que infelizmente não esteve presente aqui.

Humberto Coelho de Carvalho – O boicote do vestibular não foi na gestão do Edgar ?

Margarida Luiza de Matos Vieira – Foi no final de 79, na gestão do Edgar. A Universidade estava rachada, pois o Icex e o ICB não tinham aceitado aquela história do boicote e a Apubh estava numa crise muito grande. Então tivemos que refazer todo esse caminho. Fomos em cada depar-

tamento. Lembro-me de uma discusão no Departamento de Física, ainda bem que a Beatriz estava lá e me ajudou, porque realmente levei uma saraivada de críticas. Até que conseguimos repor o clima de diálogo e pude dizer qual era o projeto da Apubh. Terminamos a reunião numa ótima. As pessoas todas se propondo a participar etc. Então, acho que a Apubh passa por crises sim e é possível refazer o caminho. Claro que há momentos históricos diferentes.

José Maurício Machado da Silva – O problema na epoca era o seguinte: a decisão de boicotar o vestibular era coletiva, mas poucos eram os que participavam do vestibular. Por isso o Vivaldo, da Matemática, dizia que era fácil boicotar com o pescoço dos outros.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Sim, mas na época houve renúncia da comissão do vestibular.

Humberto Coelho de Carvalho – Eu estava lá. A Beatriz Alvarenga, a Vanessa também. Alguns membros da primeira diretoria participavam da Comissão Permanente do Vestibular. Nós renunciamos coletivamente. As bases e a direção da Apubh encontravam-se, porém, divididas. O vestibular se realizou sem maiores atropelos, com a conivência de uns e de outros, o nariz torcido de uns poucos e o *feeling* desregulado de parte substancial da liderança.

Délcio Vieira Salomon – Gostaria de acrescentar um depoimento pessoal sobre o boicote do vestibular. Na época eu era diretor da Fafich e o reitor era o Celso Pinheiro. Fiquei sabendo que o reitor tinha feito contato oficial com a Fundação Carlos Chagas de São Paulo para aplicar o vestibular, uma vez que tinha havido a renúncia da Comissão do Vestibular.

Humberto Coelho de Carvalho – Quem era o encarregado direto do vestibular, como até hoje, era o vice-reitor, na época o José Henrique.

Délcio Vieira Salomon – É verdade. Não sei se o José Henrique era da Apubh ou se é até hoje. Mas o Celso já tinha contatado a Fundação Carlos Chagas. Era de manhã quando eu soube. Corri à sala do Celso e com a liberdade que tinha com ele, fui dizendo furiosamente: "nao faça isso; você vai pôr por terra todo o movimento dos professores e quem vai sair perdendo não é só você, é toda a UFMG. Você desmoraliza a comissão do vestibular e nunca mais a UFMG conseguirá fazer o seu vestibular". Ele arregalou mais ainda seus grandes olhos e fechou a porta da sala e conversamos mais de uma hora. Consegui fazer com que ele voltasse atrás. Sei que, apesar de ser diretor, colocava o MD acima do cargo. Uma posição pessoal minha, que contraria, inclusive, a análise ou a referência que na última

vez aqui fez o Elias, aludindo ao fato de que os que vão para a administração são levados a abandonar o MD ou a não participar dele. Agora, voltando ao boicote ao vestibular: que é o momento do primeiro grande racha no MD, isso é verdade, como lembrou a Guida. Lembro-me de que dos militantes, naqueles dias de férias, em nome da Apubh ficamos de plantão apenas dois professores: Lúcia Gazolla e eu. Gazolla ficou tão decepcionada e frustrada por todo mundo ter ido para as férias e termos ficado sozinhos, só nós dois, que me confessou que nunca mais iria participar do MD. Parece que de fato cumpriu sua decisão, pois não me lembro de tê-la visto mais nas assembléias de greve, em conselhos de representantes etc.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Logo depois de minha gestão vem a do Roberto Martins. Pena que ele não veio. Seria importante o seu depoimento. Creio que na diretoria do Roberto estavam a Cleusa, a Yolanda... Da minha diretoria eram: Renato Ortiz, vice-presidente; Beirão do ICB, Machadinho da Medicina, Julinho do ICB, Reiko, tesoureira. A Reiko foi importante, porque foi ela que começou a organizar a questão do desconto em folha, embora viesse a efetivar-se só com o Roberto Martins. Na época, as pessoas achavam que não se devia fazer o desconto em folha por uma questão política. A Universidade podia controlar em um determinado momento, segurar o desconto em folha e não repassar para a entidade. Era o medo! Bom, estávamos sob a ditadura dos militares. Mas isso era realmente muito complicado. Além da Reiko, havia o Ziviani da Engenharia, a Dirlene da Face. Bom, isso da minha gestão. Na do Roberto, só lembrei algumas coisas, apenas para não ficar um hiato nessa nossa mesa-redonda. Acho que foi uma gestão importante, sobretudo para a organização da infra-estrutura da entidade. Foi na administração do Roberto que se montou o desconto em folha. Deu-se a greve de 81 e 82. A de 80 e 81 foram greves vitoriosas, apesar de todos os problemas. Foi sempre assim: a gente sempre ganhou alguma coisa e o governo nos impôs alguma outra coisa contra a autonomia da Universidade. Mas foram no geral greves vitoriosas. A greve de 82 é que foi uma greve negativa. Era a época da primeira eleição direta de governador e todos estavam interessados, fosse do PT, PMDB, todo mundo estava interessado. Era uma eleição importantíssima e ninguém estava muito preocupado com greve. Lembro-me de que nós da UFMG, nessa ocasião, acabamos sendo obrigados a entrar na greve. O Brasil inteiro estava em greve. Aí nós entramos. Algumas pessoas chamavam "a greve de solidariedade". Mas me recordo de

um comentário do Roberto na assembléia que ficou famoso: "com outra greve dos professores as pontes cairiam, os doentes morreriam", pois estaríamos prejudicando de forma irreversível a formação dos estudantes. A diretoria seguinte foi a do Pompeu, que já relatou aqui as principais questões. Para mim o elemento central foi aquela greve de 84. Uniu um quadro político com um quadro de reivindicações. Realmente foi uma greve que nos traz lembranças importantes. Depois do Pompeu vem a gestão da Ivana, que imaginava estaria aqui. Mas, quem sabe, depois vocês consigam uma entrevista com ela. Não vou falar sobre a gestão da Ivana. Depois dela, veio o Elias, que já fez seu relato e finalmente o Maurício. É só para a gente ter um quadrinho geral para servir de referência para se fazer a memória da Apubh: tivemos oito diretorias até hoje – sem contar a primeira, a diretoria provisória: João Machado, Edgar, Guida, Roberto Martins, Pompeu, Ivana, Elias (duas vezes) e Maurício.

Délcio Vieira Salomon – Seria interessante que a Guida, por ser fundadora da Apubh, ter sido presidente, depois por motivo de força maior ter-se afastado, para retornar após alguns anos, mas sem nunca ter perdido a ligação com nossa associação, nos respondesse como ela se posiciona sobre a atual dupla personalidade jurídica da Apubh: a Apubh-UFMG (Associação Profissional dos Docentes da UFMG) e Apubh-Seção Sindical da Andes-SN.

José Maurício Machado da Silva – Antes disso, me inscrevi para discordar de algumas das coisas que o Ado falou.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Concordo em parte com que o Ado levanta. Não totalmente. É verdade que não acompanhei bem essa época. Justamente em 89 é que saí para o doutorado. Então é nessa época que isto começou a ocorrer. Agora que voltei estou tentando entender esse processo. Acho que essa solução jurídica que se arranjou aqui é ótima. Acho que temos de continuar associação profissional e manter a representação sindical. Acho que o que está faltando é na prática ser associação. Ou seja, está funcionando só o lado sindical. Aquela associação que tínhamos possuía três objetivos: a defesa dos direitos dos professores, a questão da Universidade (a discussão do ensino, da pesquisa, da extensão, da Universidade na sociedade) e o terceiro, a defesa da democracia. Acho que está faltando a defesa da democracia em questões específicas, a discussão da educação, da pesquisa, das questões tecnológicas etc., a do ensino público em geral, não só o universitário. É um gancho importante. Este tipo de discussão pertence mais à associação do que ao sindicato. Neste sentido é que

gostaria de reforçar o que o Ado estava levantando. Acho que é importante a gente manter as coisas assistenciais que a Apubh está fazendo, manter a representação dos docentes enquanto entidade juridicamente constituída. Quando estava de licença, achava ótimo toda vez que vinha uma cartinha da Apubh contar que um direito nosso havia sido defendido. Por exemplo, tínhamos direito à devolução do Imposto de Renda do mês anterior e rapidamente estava em nossa conta. Isso leva a gente a dizer: que ótimo! A Apubh está nos defendendo, apesar de eu não estar fazendo nada. Agora eu queria juntar a fala do Ado com aquela do Elias, em que propunha também que a gente discutisse um projeto civilizatório para o Brasil, que a Apubh fosse um dos fóruns em que se pudesse desenvolver isso. Eu acho que essas duas discussões são importantes: a questão acadêmica e do ensino publico, à qual a gente desse um destaque especial e à outra: a de pensar um projeto para o Brasil. Tenho até uma sugestão para o final, para atender à última questão da mesa-redonda. Tentar fazer com que as pessoas se mobilizassem por outras questões que não aquelas do mero cotidiano.

"A APUBH DEVE SER FÓRUM PARA DISCUSSÃO DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO PARA O BRASIL"

José Maurício Machado da Silva – Aproveitando a fala da Guida, vou discordar não só do Ado, como dela também. É que acho que não está faltando nada disso. Nós continuamos trabalhando com todas essas áreas apontadas. Não tenha dúvida. É por isso que afirmei na última reunião que não tenho tempo para nada. É muita coisa você mexer com questões jurídicas, direitos trabalhistas e outras iniciativas, você trabalhar com questões próprias da Universidade e questões profissionais, por exemplo: a Universidade diante do governo, a questão da autonomia e tantas outras coisas, a questão da pes-quisa, do ensino e da extensão e questões de políticas gerais do país que também nos têm envolvido e quanto! Continuam nos envolvendo bastante. O que realmente está faltando é participação. Resta analisar se foi uma falha nossa dessa diretoria ou se é falha de diretoria (não só a nossa portanto) ou se não é um problema psicossocial, político, de conjuntura, sei lá. Assim é que vejo o quadro. A grande falha da Apubh é não conseguir envolver a categoria nas suas discussões, nas suas ações. A questão para mim é participação. Agora em breve teremos um relatório para prestar contas das

atividades da diretoria atual. Vamos passar para a outra gestão este demonstrativo. Vamos publicar um boletim para isso e você vai ver que não está faltando nenhum setor: o político, o sindical, o profissional, o cultural, estão todos presentes o tempo todo. Agora, queria discordar do Ado em alguma coisa que ele falou. Quando ele diz que as coisas vêm da Andes para a Apubh-Seção Sindical, isso não é verdade.Vou citar um exemplo: quando a Andes ainda era a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, não era ainda sindicato, as questões sindicas já começavam a aflorar. Eram questões salariais, problemas de verbas para as universidades (embora não seja uma questão puramente sindical, a envolve, pois implica condições de trabalho, ameaça de privatização etc.). As associações de docentes existem muito antes da Andes, mesmo da Andes como associação só. A nossa até não é das mais antigas. Há associação de mais de quarenta anos. Mas também não é das novas. De repente, aqui na Apubh, começamos a perceber que começaram a surgir problemas de natureza sindical, quando a associação não tinha sido criada exatamente com este objetivo. Aconteceu a mesma coisa com outras ADs, como o caso do contraste entre as fundações que tinham uma situação melhor face às autarquias. No mesmo momento nós, no país inteiro, começamos a lutar por melhores salários, por mais verbas, contra o projeto da privatização da Universidade e nisso é que se sentiu a necessidade da criação da Andes. Quando a Andes nasceu, este lado sindical já estava muito mais presente, ainda que não fosse muito grande.

Humberto Coelho de Carvalho – A Andes é de que ano?

Margarida Luiza de Matos Vieira – A Andes é de 81. Antes tínhamos aqueles encontros de ADs. Havia a Coordenação Nacional de Associações de Docentes. Eram encontros nacionais das ADs. Depois da greve de 80 é que se viu a necessidade de uma entidade nacional. Então em 81, a Andes foi criada. E nós participamos da sua criação.

José Maurício Machado da Silva – O que queria dizer é que esse lado sindical da Andes surgiu a partir das ADs. Nunca houve isso de a Andes tornar-se sindicato e obrigar as ADs a sindicalizarem-se. Portanto a Andes já nasceu com isso um pouco desenvolvido. Cada vez mais ela foi assumindo esse lado sindical. Mas nunca se descolou das questões políticas mais gerais. Tanto é que a importância da Andes no movimento pela Anistia, no das Diretas Já é fundamental. Tenho uma revista - *Isto é* ou *Veja* - em que Lula, Meneghelli, Newton Lima Neto e mais alguém aparecem juntos. Eram pou-

quíssimas as pessoas e as entidades que estavam na frente da questão das Diretas Já. Então, dizer que esse lado sindical das ADs veio lá de cima, da Andes, quando virou sindicato, não é verdade.

Délcio Vieira Salomon – Maurício, permita-me interrompê-lo para esclarecer melhor os dois lados da discussão: o do Ado e o seu. Você está correto, quando defende que os problemas de natureza sindical já existiam para as ADs, antes da Andes ser criada e muito antes, portanto, de se transformar em sindicato nacional. Não participei do congresso do Rio de Janeiro, nem do de Curitiba. Mas pelo que li, inferi: 1°) que a Andes enfrentou num determinado momento o dilema: virar uma confederação de sindicatos (na hipótese de cada AD transformar-se em sindicato regional) ou ser um sindicato nacional; 2°) entrar para a CUT ou não. Lembro que no congresso de Goiânia, no grupo em que discutíamos esta questão, havia uma professora que era petista doente e quando ela ficou sabendo que caminharia para a plenária a proposta de a Andes virar sindicato nacional, ela exclamou: agora ela não escapa de entrar para a CUT. Sabemos que a Andes optou por ser sindicato nacional para evitar cair no peleguismo que a idéia de confederação trazia desde o Estado Novo. Mas esta opção não resolveu até hoje o problema da história das ADs – do seu passado e do seu futuro. Pelo contrário, complicou a situação para o MD, em minha análise. Tanto é verdade que desde Curitiba muitas ADs de peso – como a nossa, a UFRJ e creio que a UFRGS – não aceitaram converter-se de imediato em seção sindical e foram jogadas nas "disposições transitórias do estatuto da Andes". Neste ponto vejo o lado correto da colocação do Ado: a pressão de sucessivas diretorias da Andes em fazer com que todas as ADs fossem simplesmente seções sindicais. Mas com isso tais diretorias, que acabaram influenciando toda a Andes, via Congressos e Conads, escamotearam, mas não solucionaram o velho problema: ser associação docente, com interesses voltados mais para a vida acadêmica, para a Universidade, para as questões da educação, que fogem claramente da relação de força entre capital e trabalho, e ser ao mesmo tempo um sindicato, com toda a carga de representação e de luta que esta opção exige.

José Maurício Machado da Silva – Quando o Délcio me interrompeu eu ia colocar uma coisa que realmente me incomoda e nisso acho que o Ado tem certa razão: é o patrulhamento da Andes. E o faz através de uma coisa meio abstrata chamada "Articulação Andes Autônoma Democrática". No congresso de Salvador houve uma tentativa de se fazer uma chapa única, aliás

nós da Apubh – a Ivana era presidente e fomos eu, ela, o Bicalho, o Tarcísio Ferreira, o Pimentel – saímos daqui com a firme intenção de batalharmos para a chapa única. Estava, entretanto, havendo uma divergência e isso não foi possível. Aí de fato deu-se um racha. Surgiu uma chapa com Newton Lima na cabeça e o Pompeu já participava dessa chapa como 2º vice, embora não estivesse presente em Salvador (foi consultado por telefone). A outra chapa era a do Paulo Rosas, se não me engano um professor nordestino. A chapa do Newton era apoiada pelo PT, mas não era só o PT, e a outra apoiada pelo PCB e PC do B, mas também não era só PCB e PC do B. Havia gente sem partido, independente, nas duas. O Bicalho ficou 2º vice do Paulo Rosas e o Pompeu, 2º vice do Newton. E o processo ficou muito desgastante, não só por causa desse racha, incluindo dois colegas nossos em lados opostos, mas também porque o Paulo Rosas tinha participado do projeto Geres. Na campanha, descemos o porrete no Paulo Rosas por causa disso. Ele dizia: sim, participei, mas não concordo com todas as idéias do projeto. Bom, o fato é que a partir desta única vez em que houve duas chapas, e que provocou um racha (hoje parece já superado), criou-se a tal de "Articulação Andes AD" que hoje é conhecida simplesmente como "Articulação". Mas não tem nada a ver com a "Articulação" do PT. A da Andes é ridícula. Não tem sentido sua existência. Naquele momento de sua criação havia motivo para identificar uma das chapas. Hoje para você participar de discussão de chapa na Andes tem que ser só no fórum da Articulação. Exigem carteirinha e me parece que alguns estão exigindo filiação ao PT. Mas realmente a dupla chapa fez com que muitos companheiros pertencentes ao PCB ou ao PC do B se afastassem da Andes e não participassem mais. Hoje muitos estão voltando.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Como você imagina mudar isso? Acho um absurdo.

José Maurício Machado da Silva – Parece que para essa eleição pode mudar. Muita gente já critica isso. Não aceita e parece que pode até ter uma chapa fora da Articulação. Eu, quando questiono isso, ouço dizer: não é chapa do PT, mas acho tão ruim quanto e talvez pior. Agora, o que se consegue com isso é o seguinte: a existência dos radicais, dos xiitas que estragam tudo. Há um na diretoria da Andes que lá está porque é da Articulação, defende os princípios da Articulação e se mostra fiel seguidor da Articulação. Ao invés de estar prestando serviço, está prejudicando a Andes. Mas está na posição que ocupa porque pertence à Articulação. Temos notado que desde que a

Articulação começou a funcionar, o nível da diretoria da Andes está cada vez pior. Se um companheiro falar mal da Articulação está fora de qualquer cargo. Está aí o caso do Elias. Tenho certeza de que ele hoje não defende a Articulação. Mas, quando pensou em ser presidente da Andes – e todos nós o queríamos lançar, pois tinha muita chance, devido a grande apoio em nível nacional – chegou a participar de muitas reuniões da Articulação. Acontece que o Elias se queimou, quando inventou aquela história de associação sindical. Na última eleição da Andes eu me recusei a participar do processo, mas presenciei o estrago que fizemos dentro da Articulação, por causa da homologação da Apubh como seção sindical da Andes e se mantendo como AD independente. Nossa delegação, de certo modo, fez com que o processo fosse conduzido para o lado do Márcio, que veio a ser eleito, contra as pretensões do Paulo Rizzo. Para terminar, gostaria de tocar na questão da carreira, que o Ado colocou. Realmente nós da Apubh, principalmente eu e ele, demos uma força muito grande numa coisa chamada "titulação". Porque víamos que havia gente defendendo simplesmente uma carreira fruto do mais deslavado corporativismo. Por exemplo, a AD do Pará tirou em assembléia geral uma carreira que era o seguinte: o professor entraria como Auxiliar 1 e de ano em ano ou de dois em dois anos, teria um promoção automática. É como se estivesse numa hélice cilíndrica posta a girar. Então nós demos uma força, apoiamos a turma que exigia carreira estruturada por titulação. Ainda não é o modelo perfeito. De fato é muito mais fácil você avaliar a insti-tuição do que as pessoas. Como a Capes faz para avaliar a qualidade dos cursos de pós-graduação. Lógico que há de se avaliar o desempenho também. Mas a carreira estruturada pela titulação já é um grande passo e ganhamos isso no congresso de Ma-naus. Só que parece que a coisa emperrou. A partir daquele momento o processo estagnou. Quero dizer aqui como depoimento que nós da Apubh nunca fomos atrelados a PT, a CUT. Nem à Andes. Isso de dizer que a Andes chega aqui e nos manda fazer isso ou aquilo, não existe para nós. Temos um amor muito grande à unidade nacional e vemos que é muito difícil ela se dar fora da Andes. Então, a questão da unidade do movimento é uma coisa preciosa para nós. Agora, diretorias da

"NUNCA FOMOS ATRELADOS A PT OU CUT, MAS AMAMOS A UNIDADE NACIONAL"

Andes, quando cometem erros, nunca foram poupadas por nós.

Carlos Eduardo de Ataíde Castro – Eu não tenho o menor propósito de negar a prática, nem o papel do sindicato. O problema surge no momento em que se subordina o papel político a esse papel. Uma questão de prioridade, pela qual a prática sindical e o papel sindical são subalternos à prática e ao papel políticos. O Maurício disse que nada impediu que, ao transformarmo-nos em sindicato, continuássemos a trabalhar em todas as áreas. Mas a pergunta que eu coloco é a seguinte: qual é a eficiência, a qualidade do trabalho nessas outras áreas? É muito importante que a gente se envolva em questões de política salarial e de defesa das conquistas da categoria, mas o fato é que isso realmente tem comprometido a atuação nossa em outras áreas. Trata-se de discussão de ciência e tecnologia? Estamos lá. De política educacional? Estamos lá. De saúde? Estamos sempre nos grupos de trabalho. Mas qual nossa contribuição? Muito pouca. Mesmo porque se tem muito pouco tempo para se dedicar ao aprofundamento dessas questões. Nós sabemos que isso é muito complicado. Nossa participação é praticamente marginal. Por exemplo, a questão dos textos: chegamos no congresso e tecemos duras críticas aos textos oficiais da Andes. O que adianta? No fim, nossa eficiência é reduzida. Mesmo quando viramos a mesa, como ocorreu no episódio lembrado pelo Maurício, essa virada de mesa é transitória. Os companheiros que foram criticados recuperam rapidamente o espaço. É esta a natureza da minha pergunta. As grandes questões políticas nacionais têm sido comprometidas por causa da ênfase dada ao papel puramente sindical e por causa do aparelhamento da associação nacional. Uma outra coisa que está sendo avaliada aqui é a participação da base e isso é da maior importância. Se a gente tivesse procurado um pouco que fosse as unidades, a gente teria representatividade maior – foi dito pela Guida. Será verdade? Acredito que não. Estou sendo categórico e provocativo. Sabem por quê? Porque há uma indefinição de papéis. Hoje não sabemos o que vamos fazer. Pelo menos o que estou fazendo não me agrada. Acho que aos meus colegas também não. Portanto, enquanto esse papel não estiver redefinido, acho que o apoio da base a ser procurado não vai ter nenhum tipo de ressonância. Ficar junto com você, no cafezinho ou em reunião de unidade, só para discutir com você? Vamos pensar juntos e tentar uma solução? Bobagem, isso não vai acontecer. Você pode ser uma voz escutada, um sujeito identificado, envolvido em certas questões, mas sem essa redefinição de papéis, sem redefinição de estratégias, tudo

não passa de uma besteira. Agora, que teoricamente ela é importante, não há dúvida. Além disso eu acho que questões sindicais são questões muito específicas. O fato de a Andes agir como sindicato não significa que foi isso que permitiu que se discutissem certas questões centrais. Vejam bem: a questão de verbas, não sei se essa questão seja especificamente sindical. Política salarial, sim, mas verba creio que não. Há uma questão de legislação que condiciona a representação, sobretudo a representação nacional e a atuação em certas áreas, como o substitutivo processual. Importantíssimo. Temos que manter essa prerrogativa. Também a política salarial, no momento é ponto crucial de mobilização. Sabemos que nos últimos anos o que mobilizou o pessoal para as discussões foi sem dúvida a questão salarial. Mas o que me incomoda é o seguinte: a Andes é necessária, mas por outro lado a própria Andes é culpada pela falta de participação maior das ADs e dos companheiros, por causa da perspectiva sindicaleira e petista-cutista assumida ultimamente. Aí não dá para a gente trabalhar. Irritante. Acabam vencendo pelo cansaço. Mas voltando à afirmação do Maurício de que o fato de ser sindicato não impediu que participássemos do movimento da Anistia, das Diretas Já. Curiosamente a perspectiva sindical não estava instalada durante esse movimento. A participação do MD em BH durante o *impeachment* foi ridícula. Em todas as manifestações em que eu estive, inclusive com Mayre, Herzila, carregando 22 faixas, não havia ninguém para ajudar. O Sindicato dos Arquitetos, o dos médicos etc. estavam lá. A Vanessa, o Capi, eram quem estava junto com a Apubh.

José Maurício Machado da Silva – Pois é. E nós pagamos grande parte das despesas com o movimento pró-*impeachment* em Minas Gerais e em nível nacional.

Carlos Eduardo de Ataíde Castro – Essa questão é muito importante sim, mas acho que deveria haver uma abertura maior e uma forma mais democrática, menos burocrática e mais avançada de se participar em nível nacional.

Humberto Coelho de Carvalho – Essa preocupação com a coordenação nacional vem dos primeiros tempos. Ela se efetuava no início através de reuniões das ADs, que ocorriam apenas em momentos de crise. Havia mais criatividade, talvez porque fossem momentos de crise e as pessoas não tivessem os aparelhamentos que o Ado criticou. Sentia-se, porém, a necessidade de se ter algo mais sistematizado a alcançar-se com a invenção da Andes. Esta sistematização viu-se, todavia, acompanhada de uma duvidosa burocratização. Estamos questionando agora se valeu a pena a abertura que

se perdeu em nome dessa *soi disant* eficiência que se ganhou. Realmente, a burocratização parece possuída de todos os vícios que o Ado apontou.

José Maurício Machado da Silva – Só um aparte rápido. Isso aconteceu não na gestão do Newton Lima Neto, nem na do Sadi. Essa burocratização e o aparelhamento acho que começam a partir da gestão do Baldijão.

Humberto Coelho de Carvalho – Tenho o sentimento de que um componente daquela participação mais espontânea das bases, reclamada pelo Ado, começou a se perder porque transferimos para outras instâncias a discusssão e a solução de nossos problemas. Não precisávamos mais pensar: havia alguém mais competente para fazê-lo. Assim, o "baseiro" começou a se omitir, a desaparecer. É um alto preço que se paga por isso e não sei se vale a pena pagá-lo. Algumas pessoas parecem acreditar na existência de um mecanismo automático, que para funcionar bem bastaria a presença de um representante seu lá instalado. Ledo engano. Para serem concebidos e implementados, os projetos globais dependem também das iniciativas particulares, da contribuição e criatividade de cada um. Eventuais bons desempenhos de uma liderança "esclarecida" não devem implicar em necessária passividade dos liderados. Sem envolvimento destes, de forma organizada, não se desenvolverão ações de efeito duradouro. Mais: enfrentar e superar interesses e resistências é tarefa que exige competência técnica e compromisso político. A diretoria da Andes passou a resolver em nível nacional, às vezes à revelia das ADs. Tal fato, a meu ver, contribui para enfraquecer a participação. Quando transferimos o poder de decisão para a Andes, "porque lá eles têm mais condições para resolver", faz-se um exercício de pura racionalização. O MD tem que ser repensado – inclusive essa relação dúbia entre a Apubh e a direção nacional. Para mim, quanto menos direção vinda de cima, quanto mais independência, tanto melhor. As ADs devem dispor de mais espaço para expressar sua individualidade.

Margarida Luiza de Matos Vieira – O que o Humberto está levantando é muito importante para fazermos a diferença entre tratar de questões sindicais que estão aí mesmo antes de sermos uma entidade sindical – portanto por uma associação não-sindical – e ter que se transformar em sindicato, na estrutura que tem o sindicato no Brasil, para se ocupar dessas mesmas questões. Quando se fala em burocratização, lembro logo de um livro, embora não concorde com certas afirmações do autor: é do Armando Boito Jr., *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Deveria ser uma leitura obrigatória

para qualquer sindicalista. O autor vai mostrando como é a estrutura sindical no Brasil, mesmo depois da Constituição de 88, que deu uma certa liberdade para os sindicatos. A forma da estrutura sindical no Brasil tende justamente para a burocratização muito forte. Então, quando a gente critica a diretoria tal "por estar ficando burocrática", não são as pessoas, mas a tendência, a estrutura sindical é que vai levando a essa burocratização. É isso que está na minha fala, quando digo que precisamos mais de associação e menos de sindicato. Não é que não tenhamos que brigar por salários, pelos direitos, não é isso não. Mas temos que ter menos estrutura burocrática e mais espaço para as pessoas participarem. Concordo que há uma mudança histórica: as pessoas já têm outros lugares para fazer política, para discutir ensino, pesquisa etc., mas acho que ainda há o espaço "associação" que a gente tem de retomar. E tentar uma nova estratégia, táticas diferentes etc., mas acho que passa por essa preocupação com o tipo de entidade que estamos construindo. Se este tipo vai consumindo as pessoas num trabalho com exigência burocrática, acaba fazendo com que as pessoas só pensem burocraticamente. Aquilo que o Maurício falou: "temos dinheiro, mas não temos participação". É muito mais importante dar a contribuição em mobilização do que em dinheiro. E é isso que quero ver como vamos mudar.

José Maurício Machado da Silva – Não é bem isso o que eu queria dizer. Afinal a gente continua tentando mobilizar o pessoal. Acontece que em 84 conseguimos levar à mobilização um mundaréu de gente. E hoje não se consegue mais.

"BRIGAR POR SALÁRIOS, PARTICIPAR MAIS; SER MENOS BUROCRACIA, MAIS ASSOCIAÇÃO"

Margarida Luiza de Matos Vieira – Concordo, mas aquele era um outro tempo. Entendo que não vamos ter mais outro tempo igual ao de 84.

José Maurício Machado da Silva – Acho até problemático conseguir um pique em torno de um carisma, tal qual o do Elias. Eu pelo menos não tenho nem um pouco. Então conseguimos até entrar em greve antes dos outros. Nós quase entramos em greve sozinhos, como aconteceu no dia do *impeachment*. Agora imaginem a loucura se tivéssemos entrado naquela greve. Lembro-me muito bem: cheguei de viagem, conversei com vários colegas. Tentamos segurar e foi extremamente difícil. Havia um grupo em ponto de bala que ficou revoltado com a

direção da Apubh. Acho que esse pique demasiado de um grupo pequeno pode ser perigoso. Mas vejo que esse refluxo por que estamos passando seja em grande parte porque ficamos 124 dias de greve. Houve universidade, como a UFRJ, que entrou no final e ficou uma ou duas semanas de greve, outras ficaram sessenta dias. Nós ficamos um semestre em greve. Depois nosso movimento não teve a ousadia, a força de conseguir cancelar o semestre!

Délcio Vieira Salomon – Gostaria de fazer uma observação: senti que faltou na discussão uma colocação que julgo importante e que está ligada justamente a essa separação Apubh-UFMG e Apubh-Seção Sindical. Naquela época da "briga" com a diretoria da Andes, enfrentamos o "fantasma de Curitiba". Na verdade a diretoria da Andes estava com uma fixação contra nós. Acusava-nos de, desde Curitiba, continuarmos defendendo a Confederação, ao invés do Sindicato Nacional, quando na verdade não era esse o nosso pensamento. Poderia talvez ter sido lá. Mas, se foi, não o era mais, já estava superado. Sempre defendemos a autonomia da associação docente, para ela não ser extinta ao se transformar em simples seção sindical. Essa transformação descaracteriza inteiramente uma associação docente, sublinhe-se a palavra docente. Sempre tememos a centralização, a burocratização, o excesso de sindicalismo que sufoca os objetivos de uma associação docente. Hoje vejo que a própria Andes – e as análises aqui estão evidenciando isso – sacrificou os objetivos "docentes" das ADs em nome da centralização, da burocratização sindical. Quando digo Andes, digo sobretudo a diretoria da Andes. Vejam bem: o ponto de partida no momento em que se fundou uma associação docente, em que se fundou a própria Andes, é valorizar a atividade docente – e nesta especificamente o ensino e concretamente o professor de ensino superior. No entanto, esta valorização praticamente se perdeu, tem sido preterida. Reparem, por exemplo, no projeto da Andes sobre carreira docente. Qual o critério predominante de ascensão funcional? Titulação. E esta fortemente ligada à atividade de pesquisa. A pesquisa que condiciona a dissertação de mestrado, a tese de doutorado, os trabalhos científicos publicados, para justificar o título ao professor, ou seja, em última instância, a razão de ser da qualificação do professor. Ora, para uma entidade que lutou contra o projeto Geres esta atitude é uma incoerência. Sempre se defendeu (a ponto de se transformar em lugar-comum) a indissociabilidade da pesquisa-ensino-extensão. Mas, quando se fala em capacitação docente, avaliação acadêmica, não se valoriza a atividade docente por excelência: a

aula, o ensino, com tudo o que estes dois termos representam – desde a preparação até a didática, passando pela carga horária e a distribuição de encargos escolares. O que se valoriza é o título e o trabalho publicado, a produção de pesquisa. Essa exclusividade, na minha opinião, mostra, às escâncaras, a contradição da Andes ao propor um projeto de carreira como este e sua postura anti-Geres. Se começarmos a considerar a luta das universidades do Norte e Nordeste do país para sobreviverem, suas dificuldades enormes para manter um mínimo padrão de qualidade no ensino, concluiremos que a Andes está totalmente equivocada. Com mais um agravante: ela quer abarcar todas as instituições de ensino superior do país, sejam públicas (federais, estaduais, municipais), sejam particulares. Se ela quiser impor este projeto de carreira única vai encontrar forte resistência, pois tal projeto tem como referencial obviamente a instituição pública, notadamente a federal. Mas, voltando ao ponto principal de minha observação, uma das graves conseqüências da centralização e da burocratização acarretadas pela transformação da associação docente em sindicato é a da perda de seu principal objetivo: a defesa da atividade docente que caracteriza seus associados e filiados. Não digo que seja incompatível com os objetivos sindicais, mas é muito mais apropriado à associação do que ao sindicato.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Só acrescentando: o que acho que temos de desenvolver é alguma forma de avaliação qualitativa que consiga alcançar essa experiência docente, porque para a experiência de pesquisa e titulação é mais fácil. Já o ensino é de difícil codificação. Acho que tínhamos que trabalhar neste sentido, se quisermos ser competentes. A pesquisa tem de ser valorizada, obviamente, mas junto com o ensino. Temos é que bolar formas e urgentemente encontrar uma maneira de avaliação da experiência, do trabalho, do ensino. Evidentemente, na Universidade há professores muito bons na sala de aula e às vezes não tão bons em pesquisa. Como valorizar esse professor? Para mim, entretanto, o professor que é mestre é aquele que é capaz de criar escola, de formar pesquisadores – e freqüentemente esse mestre não é valorizado na Universidade, porque não tem uma titulação muito grande, não publicou grande número de artigos em revistas estrangeiras etc.

José Maurício Machado da Silva – O Délcio tem razão. Esse projeto de Universidade de padrão único de qualidade que a Andes pretende só é viável se você tiver um plano nacional de capacitação que atenda exatamente à realidade brasileira. Tem que ir no sentido contrário do projeto Geres, do projeto Goldemberg, que são um

pouco fascistas. Quem é ruim vai continuar assim a vida inteira.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Eu não diria fascistas, mas elitistas.

José Maurício Machado da Silva – Não. Eu acho que são fascistas mesmo. Se lá no Nordeste, no Piauí, por exemplo, a Universidade produz pouca pesquisa, por isso é considerada de baixa qualidade, tanto o projeto Geres como o do Goldemberg prevêem restrição de verbas, ao invés de promover um programa de capacitação, de planejamento que levasse essa Universidade a atingir um dia uma qualidade parecida com a UFMG, a USP, a UFRJ. Tais projetos são muito mais punitivos do que de melhoria do pessoal docente. Mas está bem claro dentro da Andes hoje: plano de carreira por titulação com avaliação de desempenho de todas as atividades. Mas isso só é possível com um plano nacional de capacitação docente que cumpra esse papel de permitir a todas as universidades atingir um padrão de qualidade que a gente deseja.

Humberto Coelho de Carvalho – Com relação a isso, acho que o problema é se reconhecer a Universidade como o lugar da diversidade. No entanto, se age na prática ao contrário. Age-se como se tudo fosse uniforme. Tratar os diferentes de maneira igual é uma grande fonte de mal-entendidos e de injustiça. Quando eu estava na CPPD, questionava muito, porque a regra era a mesma para todos os professores. Todos tinham que fazer simultaneamente ensino, pesquisa, administração e extensão. Ninguém faz bem isso tudo junto. Quem tentar, fa-lo-á mal, inclusive, porque não dá tempo. Mas o professor ideal para o burocrata seria quem tivesse desempenhado todas essas atividades concomitantemente. Já naquela época discordava da mentalidade departamentalizada, embora aceitando a estrutura departamental. Para mim os departamentos bons seriam aqueles que tivessem o ensino bom, a pesquisa boa, a administração boa, a extensão boa. O docente poderá estar lá dentro só fazendo pesquisa ou mesmo só ensino, e não necessariamente as três coisas ao mesmo tempo. Agora, a qualidade que saísse desse departamento teria que ser boa. A Universidade tem de vê-los com suas particularidades tanto em termos das unidades como dos professores que lá estão. Teria que haver uma negociação e se estabelecer um mínimo de regras. Aplicar uma norma única e achar que todos nela se encaixam é o sonho do dirigente convencional. Temos, porém, que levar em conta também a qualidade e não só a produção de papel, freqüentemente sem relevância. Há necessidade de bons laboratórios, de boas bibliotecas, de boa infra-estrutura, em suma, de boas condições de trabalho para que as pessoas da área se

desenvolvam. Tudo isso é necessário (e dificílimo de se encontrar em nosso meio!), mas não é suficiente. Também são necesssários tranqüilidade, estabilidade, continuidade e espírito crítico para perceber que o excesso de controles pode restringir a liberdade e sufocar o bom ensino, a boa pesquisa, a boa extensão e a boa administração. Mesmo tendo a sua disposição todas essas condições extrínsecas, o desempenho do docente poderá ainda ser insatisfatório, se lhe faltar interesse (uns dizem amor) pela causa que abraçou. Desse último aspecto se preocupam os administradores ?

Délcio Vieira Salomon – Concordo plenamente com o Humberto. Mas acredito que ele não esteja defendendo que na Universidade deva existir um corpo só de pesquisadores e um só de professores. O dia que se implantar isso oficialmente, acaba a Universidade, ela se cinde em duas: o instituto de pesquisa que não dá aula e a faculdade que só tem ensino. Devemos estar sempre atentos a isso, porque essa idéia é antiga e seus defensores paradoxalmente acabam endossando a proliferação de pseudo-universidades e de faculdades particulares onde não existe pesquisa. O grande responsável pela queda de qualidade do ensino no Brasil é o Conselho Federal de Educação pois, formado em grande maioria por donos de escolas particulares, as defende e permite o credenciamento de faculdades que são verdadeiras agências profissionalizantes, onde não se produz ciência, não se faz pesquisa e acabam vivendo a reboque das Universidades públicas. Estas sim são (ou ao menos deveriam ser) os legítimos centros de produção de conhecimento científico para o país, através da institucionalização da pesquisa integrada no ensino e na extensão.

"RESPONSÁVEL PELA MÁ QUALIDADE DO ENSINO, O CFE É FORMADO POR DONOS DE ESCOLAS"

Margarida Luiza de Matos Vieira – Eu tenho uma idéia que não está ainda evoluída. Mas que vou expor, pois é o momento de começarmos a trabalhá-la. Proponho que num momento qualquer a gente sentasse e convocasse os nossos aposentados, por serem pessoas com maior experiência de Universidade para se fazer uma discussão com quem está entrando, com quem já está no meio do caminho, enfim uma discussão que tenha perfis diferenciados. Esses perfis todos dariam uma base para nossa carreira. Não tenho o projeto ainda muito claro, mas já poderíamos ter um perfil que se enquadraria mais com a

área de pesquisa. Mas acho também que na Universidade não pode haver alguém que só fizesse pesquisa. Então, se ele quer fazer só pesquisa que vá para um instituto de pesquisa. Mas não é admissível um professor universitário que esteja ligado só à pesquisa, porque a contribuição ao ensino passa a ser menor. Por outro lado, o professor não deve estar só ligado ao ensino, sem fazer pesquisa, ainda que com graus diferenciados. Acrescentaria mais um ponto nesta linha de atribuições do professor universitário: a questão do padrão de administração. Ando muito preocupada com nossa Universidade porque já se começou a institucionalizar o padrão de administrador. Nessa eleição para reitor está acontecendo uma coisa interessante: só concorrem diretores de escolas. Não tenho nada contra os candidatos, mas é sintomático: estamos criando uma carreira de administradores. Não sei se é bom ou se é ruim. Pessoalmente acho ruim.

Délcio Vieira Salomon – Sob a ótica do MD, sob a ótica de uma concepção de Universidade defendida pelo MD, inclusive pela Andes, julgo péssimo. Não posso conceber a democratização da Universidade, institucionalizando-se dentro dela ou paralela a ela, a carreira de administrador de escola superior, de administrador de Universidade. É o fim de uma grande e sadia tradição, desde a origem da Universidade, onde o diretor da faculdade, o reitor da Universidade são escolhidos dentre os pares, ou seja, dentro do corpo docente. Ótimo que um professor candidato a diretor ou a reitor faça curso de administração de escola, de especialização para dirigir uma instituição superior de ensino-pesquisa-extensão. Será um título a mais em seu perfil de candidato. Mas transformar esta característica em exigência, em condição necessária para poder ser diretor ou reitor é institucionalizar a tecnocracia e assinar o atestado de óbito da meritocracia. Creio que esta questão é um bom tema para ocupar o MD na atualidade.

Humberto Coelho de Carvalho – Concordo com as discordâncias do Délcio e da Guida, no tocante a minha última e longa intervenção. Mas, cuidado! A tão propalada integração ensino e pesquisa se realiza com alta freqüência nos discursos de formatura, nas aulas inaugurais e nas justificativas para captar recursos das agências de financiamento. Ela é, porém, muito pouco exercida no dia-a-dia escolar. Essa problemática que não é só nossa, está à espera de melhor equacionamento. Dar boas aulas e não fazer pesquisa, ou fazê-la com excelente qualidade sem dar aulas, seria até louvável, quando muito um pecado venial. Pecado capital, porém, é o fingimento de que se faz bem

ambas, quando na verdade se faz nenhuma, ou apenas uma e, mesmo assim, em nível insatisfatório. Por outro lado, se considerarmos a escola e a educação como instrumentos de democratização, então temos que dar bons exemplos, valorizando sua dimensão social e política. Não sei se estamos dando esses bons exemplos. Acho que não. Essa característica dos candidatos, apontada pela Guida, é sintomática e preocupante. Estaria o exercício de nosso cargo maior exigindo uma certa iniciação tecnocrática, um certo profissionalismo burocrático? Se assim for, oremos para que não se transforme em carreirismo e não se divorcie do interesse social. Os ocupantes de cargos eletivos na Universidade deveriam se considerar porta-vozes ou agentes da comunidade que os elegeu. Atenção! Falei comunidade, não este ou aquele segmento dela. A ela deveriam ser mais harmonicamente leais. Mais do que a transitórios governantes – mesmo legítimos, mas freqüentemente ilegítimos, a que sofregamente servimos.

Margarida Luiza de Matos Vieira – É claro que nós temos que ter experiência, eficiência, mas seria bom abordar o tema em algum seminário. Mas quero agora puxar a discussão para o último item da proposta da mesa-redonda: tentar pensar o MD hoje. O MD está em crise, tem uma série de dificuldades e não sabemos qual o rumo a seguir. Uma boa para gente conversar aqui e agora: pegar a experiência do Humberto, por exemplo, a de cada um de vocês. Seria bom que estivesse mais gente aqui. Pensei encontrar hoje uma "mesona-redonda", onde se pudesse retomar algumas idéias que surgiram na primeira discussão e aprofundá-las...

Carlos Eduardo de Ataíde Castro – A Universidade é onde se produz o saber e é diferente do lugar onde se transmite o conhecimento. Produção do saber é pesquisa. E pesquisa é o quê? É aquela pesquisa tradicional, onde se tem a formulação e a definição do problema, se tem a definição do método, das técnicas – mas é também onde certos grupos detêm o monopólio e a distribuição do poder e é onde se favorece aquele que passou pela formação clássica: graduação, mestrado, doutorado, e aí se consolida a estrutura de poder. A natureza da produção intelectual que antigamente se esperava da Universidade era chamada produção do saber. Por outro lado, paralelamente, a Universidade tem um de seus caminhos centrado na pesquisa de descobertas originais, de relações originais, de construção de teorias originais, de desenvolvimento tecnológico específico. Agora acho que nós já temos todos os instrumentos de maneira bastante ampliada para pensarmos diferentemente. Quem produz conhecimento? É só o pesquisador com bolsa do CNPq?

O que é atividade de ensino? Por que esse desprezo enorme que se tem com a atividade de ensino? O conhecimento não é só o científico. Concordo com o Maurício: temos de ver qual o tipo de profissional que nós queremos habilitar tecnicamente. Mas se há desafio de desenvolvimento científico, cultural, intelectual, tecnológico, a Universidade teria que ter a resposta ou, ao menos, aceitar o desafio. E a discussão sobre esta finalidade e sobre a atuação da Universidade não está sendo feita. Enquanto MD, nós temos todos os elementos para nos envolver nesta discussão, e nós não a temos feito. Acho que esses são alguns dos termos prioritários para uma reflexão sobre o MD e seu posicionamento hoje.

Délcio Vieira Salomon – Penso, Ado, que um ponto de partida é começar a pensar dialeticamente o ensino-pesquisa-extensão como processo único, que em determinados momentos é enfatizado ora sob o aspecto de atividade de ensino, ora sob o aspecto de atividade de pesquisa, ora sob a de extensão. Só para ilustrar: é muito difícil ministrar um curso de nível universitário que não seja, no mínimo, lastrado em pesquisa. Uma das formas de preparar o curso e de ministrá-lo é recorrer à pesquisa. Agora é preciso derrubar, como você deixou implícito na sua fala, o mito da pesquisa; diria mais, é preciso desmitificar a pesquisa na Universidade. Já é tempo de desmascarar aqueles que só vêem a pesquisa na pós-graduação e em gabinetes fechados, sem nenhum compromisso com o ensino e/ou com a extensão. Mas, voltando ao propósito de não nos dispersarmos e ligando o final da fala do Ado com a última intervenção da Guida, fica para todos aqui a pergunta: qual sua avaliação do MD hoje? Considera que realmente está em crise? Se sim, quais são as causas dessa crise e como a caracteriza? Finalmente, como sair dessa crise ?

Margarida Luiza de Matos Vieira – É claro: o MD está em crise. Todos nós concordamos com isso. Há razões históricas e na primeira discussão aqui isso ficou muito claro. O país é outro, é outro o tempo. Boa parte da mobilização que se tinha na época era contra a ditadura e hoje não temos mais a ditadura. Boa parte foi uma luta ideológica muito feroz e hoje ela está bem mais abrandada. Então não vamos cair no saudosismo e querer voltar àquele tipo de Apubh que não temos mais. Não é por aí. Uma parte da crise está dependendo de nossa atuação. Acho que não é impossível mobilizar os professores para a discussão de algumas questões que a gente cedo ou tarde vai ter de discutir com os colegas e descobrir quais devem ser. Num primeiro momento temos de ouvir as pessoas e isso não estamos fazendo. Nessa última greve o que mais me

impressionou foi não se escutar o silêncio, e o silêncio é fundamental em determinado momento. Às vezes uns indagam: por que determinado sujeito não veio à assembléia? Não discute e continua dando aula? E parava-se nisso. Ou melhor, decidia-se contra essa maioria silenciosa que não queria fazer greve. Eu particularmente gosto muito de escutar o silêncio e a partir do silêncio tentar descobrir como e porque as pessoas não estão participando. Já falei no primeiro encontro: há uma iniciativa importante que é essa pesquisa iniciada pelo Délcio (não sei como ela está andando). Julgo que ela já é uma forma de escutar as pessoas. Mas há uma segunda coisa, se houver tempo. O que vou propor é delicado e difícil, porque eu mesma não me disporia a fazer e, no entanto, estou propondo. Talvez nem a atual diretoria teria condições, mas é perfeitamente viável com a próxima. E é o seguinte: convocar para um final de manhã numa determinada unidade, com convite especial, mesmo por telefone, as lideranças daquela unidade para a discussão do problema. Depois ir estendendo esta reunião a outras unidades.

José Maurício Machado da Silva – Mas nós já fizemos isso. Convocamos várias reuniões de Conselho de Representantes, onde estão as lideranças. Nada. Temos uma lista dos que chamamos "amigos da Apubh". A Mary ligou para todos eles e que aconteceu ? Veio uma pessoa...

Margarida Luiza de Matos Vieira – Mas não é para virem à Apubh e sim para a Apubh ir até eles, lá nas unidades.

José Maurício Machado da Silva – Tenho um exemplo clássico. Havia uma turma ótima que funcionou numa determinada greve. Uma turma ótima para comunicação. No início dessa gestão procurei alguns deles: uns dez ou doze. Apareceram três ou quatro. Fui ao Departamento de Comunicação da Fafich. Não deu em nada. As pessoas dizem que não têm tempo. Elas estão cansadas. Claro: devem ter outros motivos. Tentei criar uma comissão permanente de comunicação aqui na Apubh e não foi possível. Numa segunda reunião para formar esta comissão apareceram apenas o José Milton e o Paulinho, ambos do mesmo departamento - o de comunicação da Fafich. O Paulinho propôs que a Apubh fizesse um convênio com o Laboratório de Comunicação da Fafich, comprasse seus serviços, sua assessoria. Não aceitei, porque minha

"A PESQUISA É UMA FORMA DE ESCUTAR AS PESSOAS. AGORA, É PRECISO SABER ESCUTAR SEU SILÊNCIO"

intenção era envolver professores na política de comunicação da Apubh. E é claro que queremos isto em todos os setores da Universidade.

Délcio Vieira Salomon – Quando o Maurício revela esta proposta do Paulinho lá do Departamento de Comunicação da Fafich, fico até assustado, para não dizer perplexo. Será que ele é que está certo e nós é que estamos errados? Será que no fundo sua proposta não esteja revelando nosso amadorismo? Eu, por exemplo, projetei a pesquisa sobre o MD na UFMG e jamais passou pela minha cabeça cobrar, mesmo em termos profissionais de prestação de serviço, alguma coisa da Apubh, pelo meu trabalho de pesquisador, de coordenador da pesquisa etc. Nem o Ado. Por outro lado, estendo minha perplexidade: em matéria de comunicação a UFMG é um exemplo de como uma instituição é incapaz de se comunicar, de montar os meios mais avançados de comunicação com a comunidade interna e externa, esta concretamente: Belo Horizonte e Minas Gerais. E no entanto tem um Departamento de Comunicação e mantém há quase trinta anos anos um curso de comunicação! Diante dessa proposta do Paulinho eu realmente fico baratinado! Será que eu estou tão errado, tão fora de época assim? Para onde caminha realmente a UFMG ? Desculpem o desabafo, mas voltemos ao cerne do debate: a crise do MD.

Humberto Coelho de Carvalho – Vejo que o MD não está bem. Quando chego a ser chamado de experiente, é porque está mal. Considero-me um incompetente no relativo ao MD – e a outras questões também! As lideranças e os dirgentes de agora, como os de todos os tempos, deveriam assumir um "quê" mais socrático: o de serem capazes de confessar publicamente que não sabem, que têm dúvida. Realmente, somente quando conseguirmos conversar com os colegas a ponto de dizer para eles que não sabemos o que está acontecendo, mas que queremos saber, aí nós vamos crescer. Quando o outro se sente envolvido e percebe que dele depende também a decisão, a coisa fica diferente. Esse é o cerne da democracia. Num dia o colega está em cima, no poder, noutro está em baixo. Qualquer que seja sua atual posição, poderá contribuir para a construção desse frágil, mas tão indispensável edifício. A burocratização, ao contrário, por sistematizar em demasia, por fazer com que as pessoas se repitam no poder e as coisas não mudem, é antidemocrática. Por isso acho que a Apubh tem de fazer esse exercício da dúvida, da incerteza, de que "a única coisa que se sabe é que nada se sabe". Mas, para esclarecer o que é a Universidade, o que deve ser o MD, para você sair da dúvida, você tem que

procurar, ou seja, você tem que pesquisar. O único jeito é você levantar hipóteses (pode ser isso, pode ser aquilo?) Mas você só ultrapassa a etapa da hipótese na hora em que você pesquisa. Bom, se o camarada for um cabeça dura, continuará cometendo o mesmo erro. Mas se a tem mais aberta, muda as hipóteses e susta os resultados da hipótese falsa. É assim que o conhecimento anda. Acontece que nós do MD, nós da Apubh, nós não experimentamos e, pior, temos medo de experimentar. Isso que estamos fazendo aqui é uma reflexão sobre nosso passado. Ela vai nos ajudar a tomar consciência das tantas besteiras que fizemos, nos ajudar a ficar mais humildes e nos obrigar a ouvir os outros. Às vezes o outro é ou parece ser espiroqueta, mas vai ver, tem alguma coisa de verdade no que fala. Por outro lado, de repente você desconfia que foi usado, que não passou de peça de manobra. O que quero dizer é isso: nós ainda não sabemos o que é o MD. Poderíamos ter um projeto, um programa de Apubh, aberto para ser mudado ao longo das "acontecências". Diria que temos um sonho. Um sonho antigo. Mas este deve se concretizar num projeto aberto. Quem é que vai bancá-lo?

Délcio Vieira Salomon – Humberto, por favor me esclareça: quando você fala que a Apubh deve ser um projeto aberto, você está entendendo a Apubh como um processo que está sempre se fazendo, se construindo, é isso? Você quer nos dizer que não podemos encarar a Apubh como uma instituição estática, simplesmente com aquela forma congelada, como se fosse definitiva, que é retratada no estatuto registrado em cartório, é isso? Por outras palavras, você está querendo dizer que a Apubh não é, não existe como tal, ou seja, ela está sendo, está se fazendo continuamente, porque a Apubh somos nós que estamos sempre mudando a cada momento? Concordo com você, se é isso que está nos dizendo: a Apubh então é um projeto aberto, porque é um processo. Mas esse processo de sempre se refazer, tem que ter uma direção, concorda?

Humberto Coelho de Carvalho – É isso mesmo, mas quem decide o que é, ou melhor, o que deve ser a Apubh é a discussão com a participação de todos e não apenas com de lideranças esclarecidas. Essa direção pode mudar de uma hora para outra. Se o processo é democrático, de repente a discussão, a assembléia pode decidir mudar tudo. E é esse o sentido de democracia, o de conviver com essa coisa transitória, que faz parte da nossa vida aqui e agora e não pensar numa instituição definitiva, pronta, acabada, perfeita, que vamos deixar aí construída para sempre.

Délcio Vieira Salomon – Concor-

damos inteiramente. Mas há uma coisa que me entristece: a gente só vê o MD realmente em época de greve.

Carlos Eduardo de Ataíde Castro – Algumas coisas que foram tocadas aqui acho muito importantes. Não sei se elas são as mais importantes. Uma coisa que me preocupa é a falta de representação adequada dessa liderança formal em relação à base efetiva. Aconteceu uma coisa muito esquisita. É o problema da identidade: as pessoas não estão mais se identificando com a Universidade. Estamos passando por essa fase, que chamaria de cínica. E isso se reflete em tudo, pois todo mundo tem clara consciência da necessidade, por exemplo, de uma política salarial, mas ninguém está muito disposto a lutar por ela. Não venham me dizer que a greve é um instrumento superado, que a greve é inoportuna. Isso é uma bobagem. O que aconteceu nesta última greve é que não conseguimos ser legítimos nesse movimento. Particularmente eu achava que deveria haver a greve, mas não conseguia transmitir esta minha disposição e persuadir meus colegas a aderirem à greve. Ou seja, não conseguia exercer essa representação. Agora, havia uma coisa que me incomodava. Todo mundo sabia da agrura em que estávamos em termos de salários, sobretudo os que estão há mais tempo na Universidade, que já tiveram uma certa experiência de viver do próprio salário com capacidade de chegar ao fim do mês. A grande verdade é que nossos salários se reduziram em termos de poder de compra assustadoramente. Agora as soluções de cada um têm sido as mais estranhas do mundo. Hoje se faz consultoria, a pesquisa é paga, enfim, se resolvem os problemas individualmente. Não acreditam na Universidade e não estão dispostos mais a correr riscos e se envolver em movimentos desse tipo. Essa é uma dúvida que chega para mim com muita clareza. As soluções individuais estão a cada momento sendo dadas por antigos companheiros militantes.

Délcio Vieira Salomon – É o caso de perguntar como Machado de Assis, não é Ado? "Mudou o Natal ou mudei eu"?

Humberto Coelho de Carvalho – A questão salarial sustentou a mobilização das greves, que tiveram certo sucesso na nossa história. Ela não está mais, porém, operando como fator de aglutinação. Penso que está havendo uma preferência pelas soluções individualistas na abordagem dos problemas: "eu resolvo os meus problemas e não acredito mais nessa instituição". Quando o Ado pergunta se seria um fenômeno típico e específico da Universidade, respondo que não. É de toda uma sociedade que está a valorizar a competição em detrimento da solidariedade. Olhem o lugar que deram à edu-

cação no Brasil, particularmente do Sarney em diante. No governo deste ainda conseguimos alguma coisa. Chegamos a ter uma certa unidade aqui dentro da UFMG. Sobretudo porque havia alguma eficiência na mobilização em torno das reivindicações salariais e bem ou mal éramos reajustados a um patamar que a gente já havia conquistado anteriormente. Já com o Collor e mesmo com o Itamar, tudo se passava e se passa como se houvesse um perverso conluio para enfraquecer a educação e a Universidade. É como se copiassem o modelo do Newton Cardoso, estendido ao resto do país. Francamente acho que os jovens professores de hoje estão mais habilitados do que na minha época. O meu departamento, por exemplo, se cresceu em qualidade, perdeu, porém, em identidade, não tendo um projeto comum. Sem estes atributos, torna-se difícil conceber e desencadear um movimento de renovação efetivo. Hoje é como se cada qual só visse seu grupinho, brigando por certas coisas, mas perseguindo antes de tudo a realização pessoal. O subproduto disso é muito tímido em relação à potencialidade que existe. O MD reflete essa situação, também encontrada no restante da Universidade. É uma acomodação a uma política que é definida externamente à comunidade universitária. Em parte somos responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção de tradições culturais que legitimam a ordem social vigente, recebendo em troca algum prestígio e honra. Uns poucos, mais ladinos, sob várias formas conseguem também boas recompensas financeiras. Por isso acho essa idéia da Guida interessante, desde que se busque a visão da realidade junto e com as bases, tanto na hora do planejamento quanto na de sua implantação. Outra coisa é a estratégia a se usar a nível nacional. Continua sendo importante a nossa participação junto à Andes e a outros fóruns. Mas é prioritária a organização do nosso movimento aqui. Até porque a gente tem uma história que nos distingue do movimento nacional.

"MANTEMOS TRADIÇÕES QUE LEGITIMAM A ORDEM, EM TROCA DE ALGUM PRESTÍGIO"

José Maurício Machado da Silva – Para mim, quando atribuem todo o problema de falta de mobilização e participação à queda do muro de Berlim, por significar a perda dos paradigmas, fica me parecendo uma coisa meio estranha. Lembro-me de que houve um marco, quando certos setores considerados de esquerda começaram a falar coisas como

"assembleísmo" e nos criticaram a nós, militantes, como os do "baixo clero". No entanto, era o movimento docente forte e o tal "alto clero", formado por grandes pesquisadores, estava perdendo o poder dentro da Universidade, perdendo seus feudos – por isso nos atacavam. Havia um excesso de elitismo, aliás como até hoje nas estruturas da Universidade. Para mim esse foi o grande marco. Eu não consigo perceber como a coisa mudou. Não consigo entender que a queda do muro de Berlim de repente fez silenciar o movimento docente. Entretanto esse absenteísmo, essa maioria silenciosa me incomoda há muito tempo. Parece que foi o Nixon que inventou essa expressão "maioria silenciosa": realmente é fantástica. Às vezes fico incomodado com esse negócio. Nessa tentativa de greve, a última, quando eu provoquei aquele "piti", que os colegas de diretoria não queriam fosse publicado no boletim da Apubh, ou seja, a expressão "segurar a cabrita para os outros mamarem", eu estava furioso mesmo. Afinal são tantos os colegas que não participam das coisas e ao mesmo tempo vivem criticando. Eles não vão aos locais de debate para dizer se são contra ou a favor ou se querem ser representados pela minoria que carrega o movimento nas costas. Simplesmente não dizem nada. Um exemplo de uma coisa que acho ridícula foi quando implantamos aqui o desconto chamado "contribuição assistencial". Foi decidida em assembléia e nós avisamos em boletins, faixas, tudo; publicamos em jornal e as pessoas apareceram em número reduzidíssimo. Observamos o estatuto ao pé-da-letra e a assembléia acabou decidindo que cobraria 2% dos associados e 3% dos não-associados. Isso na primeira vez. Recentemente foi 2% e 5%. Pois bem, os que não eram filiados da Apubh ficaram revoltados, muitos entraram numa de apelar para a Justiça, foram ao Cid com abaixo-assinado, mas desistiram, porque não tinham respaldo jurídico. Já na segunda vez, num boletim, lembro-me muito bem, a gente pediu, dizendo para todos que os colegas não pertencentes à Apubh teriam direito a voto. Só faltamos dizer assim: "Olhem, organizem-se e levem uma turma para votar contra o desconto." Nem assim. Ninguém apareceu e continuam se queixando.

Humberto Coelho de Carvalho – Sabem o que eles dizem, quando lhes é perguntado por que não foram à assembléia? "Nós não vamos à assembléia dos que nada fazem", "não perderei meu tempo com esses corporativistas incuráveis". Fique tranqüilo, Maurício. Há muita encenação na vida universitária. Talvez mais hoje do que ontem, as pessoas estejam a desempenhar papéis que nada têm a ver com elas. Vivem em função de planos elaborados alhures, de necessidades criadas por outrem. Em busca

de certos ouropéis, benesses e mordomias, acabam perdendo o sentido do essencial. Tornam-se caricaturas (às vezes enfatuadas), enriquecendo seu *curriculum vitae* com o nem sempre oculto título de oportunistas. A maioria não se dá conta disso e de que estamos reproduzindo aqui muito do que criticamos lá fora. Há que se ficar atento à política educacional da cidade, do estado e do país e sua interação com a Universidade. Muito dessas políticas é "vampirizado" por pequenos grupos, em cujas composições há alta repetição das mesmas pessoas. Uma das conseqüências desse procedimento é a ampliação de idiossincrasias e de conivências ou conveniências veladas ou reveladas, anulando, às vezes, as ditas excelências dos componentes desses grupos.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Além disso, há outra coisa que eu ouvi muito nessa última greve. Quando eu provocava as pessoas e dizia: "Olhe, se você é contra a greve, vá para lá dizer que é contra." Uma boa parte das pessoas então me respondia: "Não vou à assembléia porque ela é manipulada." Ou seja, havia muita desconfiança quanto às direções das assembléias. Isso para mim existia.

José Maurício Machado da Silva – Esse negócio foi um barato. Sabem por quê? Porque existem fitas. Houve acusações contra a minha direção. Estava até disposto a aceitar as críticas, em parte. Mas depois que vi as fitas... Uma vez ouvi o Pierre, com a maior boa-vontade, querendo me mostrar que eu tinha errado e tal. Mas na gravação vi que houve um grande equívoco. Para terminar, acho que o Ado tem razão numa coisa: sem uma organização no movimento local não existe movimento nacional. Nós estamos vendo isso agora na questão da Revisão Constitucional. Em toda reunião que eu vou em Brasília para se tentar articular um grande movimento, a conclusão é esta: se nós não organizarmos no estado um movimento de massa, não vai haver movimento de expressão nacional. A última coisa que eu queria dizer é que os mestres de hoje são melhores do que os de antigamente. Não há nada a ver com o assunto, mas faço questão de reconhecer uma coisa: os governos militares da ditadura investiram de montão na qualificação de pesquisadores, como fator de segurança nacional. E num nível muito maior do que os governos civis que se seguiram.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Há outra coisa que eu queria colocar, tentando pensar essa crise atual. Uma, creio que o Ado tocou, ao rever a questão da organização. Acho que ela não passa só pela Universidade. Nós estamos numa sociedade bastante atomizada. Não é só a Apubh que está com dificuldade de organizar-se. Isso passa por vários lugares. É um processo

muito complicado. Agora, como é que se repõe isso? Acho que o Betinho conseguiu, como bom sociólogo atuante, descobrir um caminho, que é o da ética da solidadariedade. Não vai resolver o problema da fome, mas o que eu acho é que ele faz do problema da fome o problema emergencial que precisa ser resolvido. As pessoas percebem que é preciso acabar com esse negócio de ficar conversando, enquanto as pessoas têm fome. De outro lado, o elemento decisivo é criar de novo alguns laços de solidadariedade que hoje desapareceram, por ser uma sociedade capitalista selvagem, sem um mínimo de ética. Uma coisa desastrosa. Vejo que esses exemplos que você dá, do cinismo que você encontra em alguns colegas, o das pessoas que não reagem são sintomas dessa falta da ética da solidadariedade. Acho que um dos espaços a recuperar é este: o espaço da Universidade. Nós tínhamos uma certa ética em relação a ela, apesar de todas as brigas que tínhamos entre nós ou com a administração. Havia uma certa ética do trabalho na sala de aula, do trabalho na pesquisa, da relação dos professores entre si, da relação com os alunos. Hoje eu acho que está esgarçada essa ética, enquanto ética do trabalho acadêmico, da relação com os estudantes. Estou encontrando conflitos de professores e estudantes. Às vezes não dá para conversar, tal a resistência tanto de um quanto de outro. Acho que é um ponto para a gente começar também a provocar discussões. Se a discussão não pegar, bem, paciência. Mas quem sabe é o caso de começar com alguns núcleos, reunir vinte pessoas cada um, como a idéia dos nucleozinhos do Betinho, em vez da gente ficar pensando numa coisa enorme como assembléia de trezentas pessoas? Vamos pegar os pequenos núcleos que às vezes vão trabalhar com questões diferentes, mas vão tentar levantar um certo quadro de questões. Por exemplo, um núcleo que discuta a questão da carreira, outro um projeto para o Brasil, o tal processo civilizatório. Hoje vejo três grandes propostas: a do Cristovam Buarque, a do Mangabeira Unger e a do Wilson Cano. Se trouxéssemos essas três para uma mesa-redonda, duvido que teríamos só dez pessoas. São pessoas que têm uma crítica ao modelo anterior. Nenhum deles é a solução, mas você pode ter um tipo de discussão que iria no caminho que o Elias levantou na semana passada e que achei muito rico. A partir disso você criaria grupos para trabalhar com aquele tema. A questão da ética acadêmica é meio abstrata. Nós teríamos que encontrar alguns pegas concretos para discutir isso. Outra é a questão cultural. A Apubh pode desenvolver alguns projetos. Ela tem dinheiro hoje. Vamos então dar uma trabalhada em algu-

mas questões que a Apubh promoveria. Trabalhar e discutir a questão do ensino público. Promover um seminário, em que a gente trouxesse experiências ricas que estão ocorrendo na área do ensino público por exemplo – uma vez que há prefeituras que estão buscando trabalhar essa questão. Acho riquíssimo. Há novidades ótimas, e a gente da Universidade está trabalhando muito pouco isso, Parece que é uma obrigação só da FAE, mas nós formamos professores também, pelo menos na Fafich, no Icex. Tentar, talvez, fazer a listagem de algumas coisas e começar a "cutucar a onça", ou seja mexer com as pessoas. Podemos não conseguir nada, paciência. Mas se tentou. E é dentro disso que gostaria de discutir a greve. Num certo ponto o Ado disse: "olha, havia oportunidade para a greve". Concordo com você, mas o que eu quis colocar o tempo todo na greve era o seguinte: ela pode ser extremamente oportuna. A situação salarial estava péssima. Só que uma greve só se faz se as pessoas quiserem fazer, e elas não queriam. Então, esse dado objetivo é essencial. É uma questão de sensibilidade! Não adianta. Pode ser politicamente certo, o Brasil inteiro estava em greve, mas elas não queriam. Por que elas não queriam? Porque estavam cansadas e não tinham confiança nas lideranças. Além disso, estavam desinformadas. Havia um conjunto de coisas em que se insistiu, mas as pessoas não queriam. O que mais me impressionava eram as assembléias, pois não se queria discutir política. Então a Fafich, com todas as suas contradições, foi a única unidade que se juntou e discutiu. Havia gente de esquerda, de direita etc. Enfim, fizemos uma boa discussão. Aí a Fafich chegava e se posicionava. Nas votações a Fafich colocava a necessidade de discutir antes, de se esclarecer antes. A reação da assembléia era de que não precisava discutir, ou seja, estava havendo uma grande despolitização. Não se dava um quadro político mais amplo, a greve se concentrou apenas em salário, e fora de um contexto geral. Eu, por exemplo, não me mobilizo apenas por salário. Outro elemento: houve uma variação de composição no MD muito grande. Isso dificulta a participação, a mobilização. O essencial disso é que aprendi que nós temos que partir da escuta. Vamos escutar o pessoal, ao mesmo tempo oferecendo algumas opções. E ter essas duas dinâmicas: uma é escutar, tentar

"O BRASIL INTEIRO ESTAVA EM GREVE. AQUI, AS PESSOAS, CANSADAS, NÃO TINHAM CONFIANÇA NAS LIDERANÇAS"

o diálogo e outra é oferecer opções para ver se o pessoal se manifesta. Alguma atitude temos que ter, ao invés de ficar lamentando a desmobilização ou, ao contrário, achando até que tudo está bom.

Délcio Vieira Salomon – Estamos chegando ao término da mesa-redonda. De tudo o que se disse nesses dois dias, no mínimo uma coisa ficou clara: todos concordam que há realmente uma crise no MD. Todos estão conscientes disso. Há crise de identidade, crise de organização, de comunicação. Por outro lado, vejo também que há latente um sentimento de que nossos associados parecem que despejam a sua confiança na direção do movimento. A prova concreta disso é que não está havendo praticamente afastamento da Apubh. Um ou outro é que se desliga. E quase sempre porque se aposentou. Mais do que desligamento da Apubh, tem havido aumento do número de associados. O próprio pré-teste da pesquisa que estamos fazendo já revelou um pouco esse aspecto. Vários professores, por serem substitutos e estarem em situação provisória, confessaram forte desejo de entrar para a Apubh. Mas ficou constatado em várias falas nessa mesa-redonda que, fora o saudosismo, a comparação da Apubh antiga e a atual se fez necessária: entre o que houve anteriormente e o que está havendo hoje, entre a geração dos que estavam lutando pela organização do movimento e a de hoje, nota-se uma grande defasagem. Talvez a motivação de construir fosse mais forte que a de conservar. Hoje os objetivos se colocam de maneira ambígua e também muito burocratizante, vindos de cima, como foi exaustivamente discutido aqui. Uma constatação que ficou fortemente relembrada nessa mesa-redonda foi que nosso MD se formou dentro da UFMG e se institucionalizou em forma de Apubh porque havia motivos bem claros, ligados à vida acadêmica – mais do que os relacionados com o trabalho e com as questões salariais. Ou seja, a mim me pareceu que nossa vocação de MD é muito mais para associação profissional que para sindicato. Este vem por acréscimo. Quando falo em objetivos acadêmicos concretos que nos levaram a fundar a Apubh, lembro que, ao lado do fator ideológico – crucial, à epoca, pois se tratava de lutar contra a ditadura militar – havia a motivação dos professores colaboradores que queriam a regularização de sua situação; havia a ameaça de transformação da Universidade autárquica em fundação, primeiro passo para a privatização; havia a necessidade de democratização, como reflexo da luta pela redemocratização do país; havia o empenho de defender a Universidade pública diante do crescimento desordenado das escolas particulares. Havia o projeto de carreira, que

resultou no que temos hoje, que com todos os defeitos é melhor do que o de antes, que era praticamente nenhum. Junto com esses objetivos acadêmicos bem concretos já fundidos com um ideário político, tivemos o sucesso das grandes greves de 84 e 89, em que houve, entre outras conquistas, o aumento do percentual para DE, para mestrado, para doutorado. E o resultado disso pode ser debitado ao MD: o aumento em poucos anos dos mestres e doutores nas universidades federais, notadamente na UFMG. Hoje todos aqui firmaram uma convicção: os fundadores do MD estão se afastando, ou por idade, ou por aposentadoria, ou por estarem ocupando cargos administrativos. E em cima de tudo isso a greve semestral de 91, que deixou fortes seqüelas até hoje. Então o movimento tinha que passar por essa crise. E tudo o que foi falado aqui converge para um leito comum: nós estamos com uma nova perspectiva para o MD. Tem que haver uma nova forma de reorganizá-lo. Martelar sempre nos modelos antigos é prejudicial. Nós não conseguiremos criar se continuarmos insistindo em repetir. Daqui para frente temos que ter muita criatividade para que se tenha essa nova maneira de ser do movimento. Não basta batalhar por manter o construído até hoje. Em síntese, parece que foi o que se colocou nesses dias: a Apubh hoje não pode ser mais a mesma. Tem que mudar e encontrar novas formas de ser uma AD – uma associação de docentes da UFMG, ao mesmo tempo em que continua sendo seção sindical da Andes.

Margarida Luiza de Matos Vieira – Para se ter essa Apubh nova temos que juntar as duas coisas: o velho com o novo. Buscar alguns aposentados que estão a fim de colaborar e juntá-los com o pessoal novo, pois entre os novos há, por certo, muita gente boa de serviço.

Humberto Coelho de Carvalho – Termino retornando ao início de nossa conversa: como dar diretrizes ao MD, como ampliar a participação? Talvez tenhamos que ultrapassar o terreno da simples denúncia. A discussão e encaminhamento aos órgãos legalmente instituídos de um projeto como o que foi referido pode criar novas perspectivas e, quem sabe, uma nova realidade. Uma análise crítica do atual estado de coisas associada à sujestão de rumos para a Universidade que se sonha deveria ser a tônica desse projeto. Haveria que se aproveitar as brechas oferecidas pelo sistema, não só para questioná-lo nos seus próprios foros (conselhos, congregações, câmaras, seminários, debates etc.) mas também para explorar as possibilidades de intercâmbio com outros membros da comunidade, por este ou aquele motivo distanciado da Apubh. Alguns insatisfeitos com a

marcha do andor oficial, não vislumbrando outras saídas, poderiam ser atraídos para as propostas do projeto. A procura de um "porquê", de um "para quê" e de um "como", talvez nos ajude a dar sentido à nossa agitação, às vezes feroz e inconseqüente. São as perspectivas do futuro que direcionam os passos dos caminhantes do presente, estimulando-os a prosseguir sem desvios ou recuos face aos obstáculos encontrados. o "Projeto Apubh" seria necessário, mas não suficiente. Teria que ser acompanhado e defendido permanentemente nas diferentes instâncias pelas suas lideranças. Estamos chegando ao fim. Mas continuaríamos essa conversa sobre a Apubh se não fôra para tão grande tema, tão curto o tempo. Vejo que nos foi mais fácil falar do que éramos do que afirmar quem somos. Praticamente não tocamos no cerne da última questão: o que pretendemos ser. Terminamos como se deixássemos num cavalete uma tela esboçada, nem isso, em branco. E junto dela umas tantas tintas, uns poucos pincéis e alguns acenos para que outros, a partir de nossos esfarrapados gestos, a completassem. Corre-se, porém, o risco de alguém nela escrever: "Caminheiro, não há caminhos. O caminho se faz ao caminhar".

LOR



Extra

Diante da vida

Ronald Claver

Meu amor não morreu em Auschwitz
tampouco em Sabra e Chatila
meu amor ronda os subúrbios e guetos
de Varsóvia à procura dos fantasmas
de Hitler

Meu amor não teve as mãos cortadas
quando tocava guitarra com Vitor Jara
no Estádio Nacional do Chile
Nem sentou-se na cadeira do dragão
nos porões da ditadura brasileira

Meu amor sente frio nos charcos do Vietnam
se ofusca nos olhos divididos da Corea
e se aquece nos lábios morenos de Cuba

Meu amor não acendeu uma bala no coração
de Maiakoviski

Meu amor não esperou que a noite veloz descesse
sobre Guevara
Meu amor me espera às 5 da tarde
em Granada

Meu amor me espera em Atenas para
tomar cicuta e balançar numa corda
em Vila-Rica

IMPRESSO



Caminhos é uma publicação semestral da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte – Apubh, voltada à reflexão dos mais variados temas relacionados à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.